

# **Construindo uma escola promotora de atividade física: um estudo em contexto de estágio**

Relatório de Estágio

João Andrade

Mestrado em

**Educação Pré-Escolar e Ensino do  
1.º Ciclo do Ensino Básico**



# Construindo uma escola promotora de atividade física: um estudo em contexto de estágio

Relatório de Estágio

João Andrade

## Orientadora

Professora Doutora Isabel Condessa

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico



## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para que este relatório de estágio pudesse ser concebido, assim como a todos os que influenciaram toda a minha caminhada que me permitiu chegar até aqui, incluindo os colegas e professores que me acompanharam durante a Licenciatura e o Mestrado.

A toda a minha família, em especial à minha mãe, irmãos e avó: um muito obrigado por me terem permitido esta aventura académica e por terem sempre acreditado em mim. Sem vocês não seria possível ter chegado ao fim desta etapa.

Agradecer também à Carolina, a minha maior fonte de inspiração e motivação, e que sempre esteve ao meu lado nos bons e maus momentos, até ao último segundo.

Uma palavra para a professora cooperante e para a educadora cooperante que acompanharam de perto o desenrolar dos estágios pedagógicos e que foram um grande apoio. Uma palavra especial à orientadora do relatório de estágio, por toda a paciência e auxílio nos momentos difíceis.

## **Resumo**

O presente relatório de estágio, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tem em vista analisar e refletir as práticas inerentes ao desempenho da função docente em fase inicial de formação, contemplando a preparação, a ação pedagógica, a reflexão e a investigação. Durante a sua concepção apresentamos o nosso ponto de vista em relação à temática, realçando a importância da escola enquanto meio promotor de atividade física. No nosso estudo, foi dada prioridade à realização de uma entrevista a um profissional dos serviços da Direção Regional do Desporto. Ter uma visão ajustada à realidade regional e local, levou-nos a perceber o atual estado do desporto infanto-juvenil na região, analisar as políticas e projetos do Desporto Escolar em vigor que visam criar condições para a prática física e desportiva das nossas crianças. Foi possível também compreender que as áreas de intervenção carecem de maior investimento e atenção, nomeadamente na criação de instalações e espaços destinados à prática física, bem como do equipamento dos espaços com materiais e equipamentos de qualidade. Já no que diz respeito ao estágio pedagógico, este relatório apresenta os contextos de estágio e reflete, na teoria e na prática, acerca do desempenho do estagiário. Para tal, são apresentadas e analisadas com maior aprofundamento algumas experiências ao nível da prática pedagógica através de atividades realizadas, tendo como foco o tema de relatório de estágio, tanto no Pré-Escolar como no 1.º Ciclo. No aspeto mais teórico, além das componentes relacionadas com o tema do relatório de estágio, foram também abordadas temáticas como o papel das escolas e dos professores ao nível do ensino, assim como processos inerentes ao estágio pedagógico que dizem respeito à observação, planificação, avaliação e por fim à formação inicial e contínua de professores. Em suma, podemos considerar este documento como um espaço de reflexão acerca do processo de formação respeitante ao estágio pedagógico, etapa com uma importância inquestionável na preparação do indivíduo para a prática profissional e mesmo para a sua formação pessoal.

Palavras-chave: formação de professores; escolas; prática pedagógica; reflexão; prática física e desportiva, políticas; projetos.

## **Abstract**

The present master thesis, developed in the ambit of Pre-school education and Elementary school, has the objectives of analyze and reflect the inherent practices that teachers use in the initial phase of formation, contemplating the preparation, pedagogical action, reflection and investigation. During its conception, we presented our point of view relating to the thematic, emphasizing the importance of school as an environment that promoted physical activity. In our study, it was given priority to the realization of an interview with one of the professionals from Regional Direction of Sports. Having an adjusted vision to local and regional reality made us understand not only the present state of infantile-juvenile sports in the region, but also helped analyzing current school sports' politics and projects that will create conditions for physical, but also helped analyzing school current sports' politics and projects that will create conditions for the physical practice of sports of our children. It was also possible understand that intervention areas, such as creation of spaces for physical activity, and high quality equipment needed more investment and attention. Regarding the pedagogic training, this report presents and reflects, in theory and practice, the contexts of the intern performance. To achieve this, it is presented and analyzed in detail some experiences at the pedagogical practice through performed activities that focus on the theme of Master's thesis in pre-school and elementary school. In the theoretic aspect, besides the components related to the Master's thesis theme, it was also approached thematics such as the role that schools and professors play in teaching, as well as inherent processes related to the pedagogical training about observation, planification, evaluation, and finally about the initial and continuous professors' formation. In summary, we can considerer this document a reflection about our formation process and pedagogical training, that is a stage with an unquestionable importance in preparing the individual professional practice or even for personal formation.

Key words: professors' formation; schools; pedagogical practice; reflection; physical activity and sports; politics; projects.

## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Índice.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Quadros.....	viii
Índice de Esquemas.....	viii
Índice de Anexos.....	ix
Listas de Siglas.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1 - O Estágio Pedagógico: uma oportunidade para desenvolver uma escola em ligação com a comunidade.....	3
1.1. Introdução.....	3
1.2. O estágio – Formação Inicial de professores/educadores.....	4
1.3. O professor enquanto profissional, pessoa e modelo comportamental.....	8
1.4. Observação, planificação e avaliação no estágio pedagógico.....	11
1.5. O funcionamento e a contextualização geral do estágio pedagógico.....	19
1.6. O Estágio na Educação Pré-Escolar.....	22
<b>1.6.1. Caracterização do meio envolvente.....</b>	<b>22</b>
<b>1.6.2. Caracterização da Escola.....</b>	<b>23</b>
<b>1.6.3. Caracterização da sala de atividades e da rotina diária.....</b>	<b>24</b>
<b>1.6.4. Caracterização do grupo de crianças.....</b>	<b>25</b>
<b>1.6.7. Atividade 1: “Viagem matemática em aviões de papel”.....</b>	<b>29</b>
<b>1.6.8. Atividade 2: Momento de Educação Física.....</b>	<b>34</b>
1.7. O estágio no Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	39
<b>1.7.1. Caracterização do meio envolvente.....</b>	<b>40</b>

1.7.2. Caraterização da Escola .....	40
1.7.3. Caraterização da sala de aulas .....	41
1.7.4. Caraterização da turma .....	42
1.7.5. O Projeto Formativo Individual no Estágio em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	43
1.7.6. Atividades desenvolvidas em contexto do 1.º Ciclo do Ensino Básico .....	44
1.7.7. Atividade 1: <i>Kickboxing</i> .....	46
1.7.8. Atividade 2: <i>Peddy papper</i> .....	52
1.8. Considerações finais dos Estágios Pedagógicos .....	57
Capítulo 2 – Construindo uma Escola Promotora de Atividade Física .....	58
2.1. Introdução .....	58
2.2. Políticas educativas para a prática física e desportiva na infância .....	58
2.2.1. Políticas e orgânicas desportivas a nível regional.....	61
2.2.2. A Educação Física para a Infância: uma prática de AF no currículo escolar .....	64
2.3. O Recreio e o Desporto Escolar: práticas de AF extracurriculares na escolar .....	68
2.3.1. Projeto Escolinhas do Desporto .....	70
2.4. Metodologia do estudo.....	72
2.5. Apresentação e análise da Entrevista .....	74
2.7. Considerações do Estudo .....	91
3. Considerações finais do Relatório de Estágio .....	94
4. Referências bibliográficas.....	96
Anexos.....	100

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Aviões de papel. ....	31
Figura 2 - Construção dos aviões de papel através de dobragens.....	31
Figura 3 - Lançamento dos aviões de papel. ....	32
Figura 4 - Alvos do lançamento dos aviões de papel. ....	33
Figura 5 - Jogo da Barra do Lenço. ....	36
Figura 6 - Jogo “coelho à toca”.....	38
Figura 7 - Momento de diálogo com os alunos.....	49
Figura 8 - Aplicação das técnicas e exploração dos materiais. ....	50
Figura 9 - Simulação de combates. ....	50
Figura 10 - Exemplificação de técnicas de autodefesa. ....	51
Figura 11 - driblar a bola.....	64
Figura 12 - Saltar à corda.....	54
Figura 13 - Saltar a um pé entre os arcos.....	64
Figura 14 - Saltar a pés juntos. ....	54
Figura 15 - Lançar bola ao alvo.....	55
Figura 16 – Localização das perguntas.....	56

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 - Atividades desenvolvidas no estágio da Educação Pré-Escolar.....	28
Quadro 2 - Atividades desenvolvidas em estágio no 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	45

## **Índice de Esquemas**

Esquema 1 - Organização dos conteúdos da Educação Física na EPE.....	67
--	----

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 - Grelha de observação do estagiário durante a atividade de peddy paper.....	100
Anexo 2 - Declaração de Consentimento informado.....	101
Anexo 3 – Guião de Entrevista .....	102

## **Listas de Siglas**

AF – Atividade Física

DE – Desporto Escolar

EF – Educação Física

EPE – Educação Pré-Escolar

DRD – Direção Regional do Desporto

DRE – Direção Regional da Educação

OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

RAA – Região Autónoma dos Açores

PFI – Projeto Formativo Individual

EB - Ensino Básico

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

## **Introdução**

O presente relatório de estágio, inserido no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tem como objetivo descrever e refletir acerca da prática pedagógica do estagiário ao nível das unidades curriculares de Estágio Pedagógico I e II.

O tema de estudo escolhido para desenvolver neste documento, “Construindo uma escola promotora de atividade física: um estudo em contexto de estágio”, foi definido de acordo com questões de motivação para uma prática cada vez mais relevante, no que à Educação Física diz respeito, bem como pela crescente sensibilização para atividades como o Desporto Escolar ou a Atividade Física em fases prematuras do desenvolvimento das crianças. Apesar da Região Autónoma dos Açores ser considerada como desperta para essa realidade, as escolas, nos tempos que correm, terão que desempenhar um papel mais concreto no fornecimento de condições para que os seus alunos tenham, cada vez mais, uma oferta diversificada e estruturada que lhes permita uma formação ao nível do seu desenvolvimento motor e que lhes permita construir uma base sólida de crescente socialização com os seus pares. Na verdade, a escola terá a missão de ser cada vez mais um agente inclusivo, algo que os clubes federados hoje em dia não conseguem oferecer devido ao caráter excessivamente competitivo que, por vezes, ofusca os verdadeiros propósitos do desporto e da atividade física em geral: a criação de hábitos de vida saudáveis e a formação pessoal e social do indivíduo.

Enquanto parte integrante das escolas, cabe também aos educadores e professores criar situações e condições para que se possa verificar uma melhoria das práticas físicas que são levadas a cabo nas escolas. Como futuros formadores, o estágio surge como primeira oportunidade para começar a mudar determinados paradigmas da Educação Física, cabendo aos estagiários começar a criar uma linha de atuação para que a longo prazo possam, no exercício das suas funções, marcar a diferença e despertar mentalidades.

O presente estudo surge, por um lado, como uma tentativa de perceber e dar ênfase a boas práticas ao nível do que existe na região, e por outro, construir um projeto que coloque o que de melhor a atividade física tem para oferecer às crianças abrangidas

pelo sistema educativo. E para tal, há um fator que tem vindo a ser desvalorizado desde há muito tempo, apesar de já ser possível constatar a existência de algumas tentativas para mudar certas políticas: a crescente necessidade da influência da comunidade envolvente das escolas no seio do recinto escolar. Ora, quer isto dizer que, para atingir os ideais referidos, há que repensar a relação existente entre as escolas e as instituições que a rodeiam, pois é a partir dessa realidade que poderão ser lançadas as pontes para algo muito maior em termos da experiência à disposição das crianças e jovens.

Para a construção do presente documento, foram definidos os seguintes objetivos:

- Analisar e refletir acerca dos contextos de estágio e da prática pedagógica;
- Analisar as intervenções pedagógicas realizadas na Prática Pedagógica, com especial realce para as intervenções da temática – “Construir uma Escola Promotora de Atividade Física”;
- Conhecer a realidade e as políticas da atividade física na região;
- Construir um projeto, assente na comunidade, que permita uma prática física mais relevante ao nível das escolas.

Quanto à estrutura do relatório de estágio, este estará dividido em 2 capítulos: um referente ao estágio em geral, onde estará contemplada uma revisão de literatura acerca da formação de professores e outros aspetos da prática pedagógica, os contextos e as atividades do estágio, tanto ao nível da Educação Pré-Escolar como ao nível do Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e outro mais focado nas questões relacionadas com a atividade física nas escolas, nomeadamente na consulta das políticas existentes na região e na definição de um projeto com as características já referidas. No final serão apresentadas as considerações finais, onde estarão espelhadas as conclusões e limitações verificadas no estudo, bem como possíveis reformulações do mesmo. O documento será encerrado com a apresentação das referências bibliográficas utilizadas e anexos.

# **Capítulo 1 - O Estágio Pedagógico: uma oportunidade para desenvolver uma escola em ligação com a comunidade**

## **1.1. Introdução**

Nos tempos que correm surge cada vez mais a necessidade de aproximar a sociedade em geral e a comunidade dos espaços escolares. A enorme potencialidade de recursos existentes no envolvimento, quer materiais, institucionais ou pessoais, passíveis de serem mobilizados ao serviço da escola e, mais concretamente, das aprendizagens das crianças faz com que este seja um dos caminhos a seguir. Para isso é necessário que haja maior abertura e capacidade de cooperação de ambas as partes: por um lado, a disponibilidade e a responsabilidade da comunidade que rodeia uma escola para perceber que o seu contributo pode acrescentar valor à própria escola e dotar as crianças de experiências significativas no seu processo de crescimento e aprendizagem; e por outro lado, a abertura e capacidade de agregar por parte da escola, na aproximação da sociedade à escola, sendo que é necessária a mentalidade e predisposição para aceitar possíveis transformações na sua dinâmica de funcionamento com a entrada de elementos extra no espaço escolar.

Mas como se processa esta ligação e quem é responsável por fazer isto acontecer? Ora, além da escola enquanto instituição poder estabelecer protocolos e os devidos contatos com entidades externas, esta é também uma das missões dos professores no ensino contemporâneo. Apesar de toda a carga de trabalho que é reconhecida ao educador, hoje surge a necessidade do professor englobar, nas suas práticas pedagógicas, experiências diferenciadas para os alunos, tanto através da aproximação e participação dos encarregados de educação nas atividades propostas, como também das sociedades e instituições que rodeiam a escola a dois níveis: proporcionar atividade no espaço escolar com a presença na escola de entidades competentes e especializadas das áreas as quais se pretende explorar ou na deslocação da(s) turma(s) a locais fora do espaço escolar que sejam pertinentes e mais valias para complementar as aprendizagens das crianças ou mesmo para introduzir novas experiências, através da visita ou do uso de instalações e instituições colocadas ao serviço da escola.

Esta ideia é transmitida por Beltrão e Nascimento (2000, pp. 95) quando se referem à “cultura de escola como a interação dos diversos protagonistas (professores,

alunos, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, autoridades locais) com o conjunto de valores, objectos e criações que esta comunidade inventou...”.

Mais recentemente esta perspetiva é defendida por Rodrigues (2016, pp.93) ao afirmar que é necessário cada vez mais “fomentar trocas com a sociedade e estabelecer elos e pontes com o exterior”, uma vez que a escola “não pode viver sozinha e fechada sobre si própria”. A autora defende que o sucesso escolar estará, em certa medida, dependente da capacidade de a escola construir essas ligações e promover “trocas enriquecedoras” com a sociedade civil. Para tal acontecer, Azevedo defende que é necessário ultrapassar dificuldades de comunicação evidentes entre escolas e entidades exteriores e que a cooperação aqui defendia

(...) sustenta-se no reconhecimento recíproco, numa visão positiva acerca das outras entidades e pessoas, na valorização do outro e das suas potencialidades; este processo faz descobrir novas oportunidades de hospitalidade e de efectiva articulação em função de projectos, objectivos, metas e de partilha de recursos (2016, pp. 105).

O estágio pedagógico surge então como uma primeira oportunidade para o professor em formação inicial poder iniciar este processo e estabelecer as primeiras iniciativas. Na realidade, é natural que surjam diversas atividades em colaboração com a sociedade nas escolas que acolhem estagiários pois uma das competências em que estes são avaliados é exatamente na sua capacidade de mobilizar a comunidade, escolar e não escolar, nas práticas pedagógicas que desenvolvem. Contudo, após o final do estágio, acontece que esta prática não se torna recorrente e acaba por cair no “esquecimento”. É exatamente o contrário que aqui é defendido, pois o potencial que esta estratégia envolve poderá ser de extrema pertinência tanto para alunos como para as escolas em geral e o estágio poderá servir assim como um despertar de mentalidades e visões.

## **1.2. O estágio – Formação Inicial de professores/educadores**

O estágio apresenta-se como o espaço de tempo ideal para que o estagiário possa, recorrendo às suas competências e aprendizagens, ser confrontado com os desafios inerentes à prática pedagógica e potencialize a sua capacidade de lidar com os mesmos através da interação com determinado grupo de crianças. Por ser a verdadeira primeira experiência ao nível do desempenho da função de professor/educador, o momento do estágio é por norma bastante marcante uma vez que permite começar a

delinear caminhos no que toca a valores, crenças e motivações do estagiário, de acordo com a sua visão do ensino, e que irão ter impacto ao nível do futuro desempenho da profissão. Esta fase da formação de professores, de acordo com Freire, é vista como “uma viragem, daquilo que os professores sabem ou necessitam saber para um desempenho profissional com qualidade, para aquilo que os professores conhecem e como esse conhecimento é adquirido” (2001, pp. 1).

Durante o desenrolar do estágio são múltiplas as aprendizagens que ocorrem a um ritmo elevado, muitas inconscientemente, cabendo ao estagiário ter o discernimento de reconhecê-las e sistematizá-las de forma a que a experiência se torne o mais rica possível. Desde a interação com cada criança ou com o grupo de crianças no seu todo, passando pela troca de experiências com os responsáveis pela orientação da prática pedagógica e até mesmo com os restantes colegas de estágio, todo e qualquer momento, seja um intervalo entre aulas a trocar ideias, uma reunião agendada com a professora cooperante ou um contato ao final do dia com um encarregado de educação, pode e deve resultar num aumento de conhecimento ou numa nova perspectiva acerca de determinado assunto ou problemática.

No decorrer do estágio, de acordo com Alarcão e Tavares (2003, pp.72), torna-se essencial os estagiários desenvolverem ao longo do tempo as seguintes capacidades e atitudes:

- 1) Espírito de autoformação e desenvolvimento.
- 2) Capacidade de identificar, aprofundar, mobilizar e integrar os conhecimentos subjacentes ao exercício da docência.
- 3) Capacidade de resolver problemas e tomar decisões esclarecidas e acertadas.
- 4) Capacidade de experimentar e inovar numa dialéctica entre a prática e a teoria.
- 5) Capacidade de reflectir e fazer críticas e autocríticas de modo construtivo.
- 6) Consciência da responsabilidade que coube ao professor no sucesso, ou no insucesso, dos seus alunos.
- 7) Entusiasmo pela profissão que exerce e empenhamento nas tarefas inerentes.
- 8) Capacidade de trabalhar com os outros elementos envolvidos no processo educativo.

Ainda assim, não é de esperar que o estagiário atinja um patamar de perfeição no que diz respeito ao seu desempenho e às metas a que se propõem atingir. Ou seja, o estágio revela-se como o momento ideal para o estagiário experimentar o contato com a profissão, de forma a que possa identificar possíveis falhas, corrigir e evoluir o seu nível de desempenho. É nesta fase que os modelos e métodos de ensino começam a ganhar forma e a fazer sentido para o estagiário. Da mesma forma que observa o professor cooperante e o seu estilo de ensino, também o estagiário vai cada vez mais conseguindo perceber que opções se enquadram mais com a sua forma de estar e que postura deve adotar face ao ensino, o que resulta na construção da sua base de formação e que estará presente na sua lecionação futura a curto prazo.

A constante reflexão acerca da sua prática diária, aliada ao questionamento das opções tomadas, é provavelmente a melhor ferramenta que o estagiário tem à sua disposição tendo em vista a evolução enquanto professor em formação, sendo que, mesmo numa fase posterior, no exercício da sua profissão, essa formação deverá ser continuamente utilizada e acompanhar o professor ao longo dos anos, uma vez que uma das missões do educador é adaptar-se e atualizar o seu nível de conhecimento e o leque de estratégias de ensino. Nóvoa (2002, pp. 57) vai ainda mais longe ao afirmar que

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Outro dos aspetos que tem grande impacto na formação do estagiário é o confronto com a responsabilidade presente no desempenho das suas funções enquanto principal responsável pelas aprendizagens de um grupo de crianças e pela pressão constante a que está sujeito. Por norma, o estagiário apresenta certos receios, incertezas e inquietações ao nível da seleção e adequação das atividades a desenvolver ou da postura a tomar face a situações do dia a dia, no espaço de sala de aula, só para referenciar alguns. Ora, é nestes momentos de conflito cognitivo que deve vir ao de cima a capacidade de superar os obstáculos, sendo que tanto maior será o crescimento da sua experiência quanto mais dificuldades lhe surjam ao longo do estágio. A incapacidade de um estagiário reagir às adversidades reflete-se numa má preparação para o exercício da sua função e poderá ter repercussões futuras, entrando numa espiral

e levando a uma baixa auto estima e falta de confiança nas suas capacidades. Para o evitar, há que estar mentalmente preparado para enfrentar e crescer com estas situações, algo que diferencia um bom estagiário de um razoável, por exemplo.

Uma das variáveis que tem influência direta sobre o grau de segurança e confiança que um estagiário apresenta é a capacidade de orientação dos responsáveis pelo supervisionamento e acompanhamento do estágio, neste caso o professor/educador cooperante e o orientador da instituição universitária a que o estagiário pertence.

Segundo Alarcão e Tavares (2003, pp. 16) entende-se por

(...) supervisão de professores como o processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional. Depreende-se que a supervisão tem lugar num tempo continuado, pois só assim se justifica a sua definição como processo. Tem um objetivo: o desenvolvimento profissional do professor. E situa-se no âmbito da orientação de uma acção profissional; daí chamar-se-lhe também, orientação da prática pedagógica.

Como é normal, um professor que não aparente estar convicto e apresente insegurança naquilo que transmite acaba por ter um efeito que se reflete nos seus alunos, gerando confusão e desconfiança nas aprendizagens que realizam. Ora, com o auxílio dos supervisores acima mencionados, através do incentivo, da transmissão de confiança e do ensino de estratégias, ao nível comportamental e discursivo, para lidar com determinadas situações, poderão evitar-se momentos constrangedores que tenham influência negativa tanto para o estagiário como para as crianças. Daí que os mesmos autores (Ibidem, pp. 56-57) defendam a importância dos orientadores/supervisores na medida em que estes devem:

(...) estabelecer e manter um bom clima afectivo-relacional; criar condições para que o professor se desenvolva humana e profissionalmente; desenvolver o espírito de reflexão, auto-conhecimento e inovação; criar condições para que os professores desenvolvam e mantenham o gosto pelo ensino; analisar criticamente os programas, textos de apoio, etc.; planificar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e do próprio professor; identificar os problemas e dificuldades que vão surgindo; determinar os aspectos a observar e estabelecer as estratégias de observação; observar; analisar e interpretar os

dados observados; avaliar os processos de ensino-aprendizagem; definir os planos de ação a seguir; outras.

### **1.3. O professor enquanto profissional, pessoa e modelo comportamental**

Como já foi referido, a profissão docente implica uma constante busca pela atualização em termos de conhecimentos e práticas pedagógicas. Assim sendo, o professor, ao longo de toda a sua carreira, encontra-se em processo de evolução e é simultaneamente educador e aprendiz. O mesmo é tido em conta por Alarcão e Tavares ao afirmarem que “o professor, ao aprender a ensinar, encontra-se ele próprio numa situação de aprendizagem” (2003, pp. 42). Na verdade, com as múltiplas exigências e novas diretrizes que vão surgindo sucessivamente nos dias que correm, devido a fatores de ordem política e de modelos ou métodos de ensino defendidos pelos órgãos com poder de decisão na matéria, o professor surge numa posição em que se vê obrigado, e tem a necessidade, a adaptar a sua forma de ser e estar face ao ensino, não querendo com isto dizer que tenha de abandonar as suas crenças e princípios que guiam o seu desempenho.

Parafraseando Pombo (2002, pp.75), acerca da indispensabilidade da formação de professores, “ser professor é então exercer uma atividade «profissional» que, como todas as outras, tem os seus «segredos de ofício», os seus requisitos e procedimentos próprios, razão pela qual, de pleno direito, a atividade docente exige uma adequada formação profissional”. Ou seja, a arte de ensinar apresenta um nível de complexidade bastante significativo na medida em que necessita de uma forte base que assenta na preparação teórica, metodológica, prática e mental.

Tocando no ponto da formação de professores, Nóvoa (2007) defende que surge uma nova necessidade: “trazer os professores para dentro da formação de professores”. Quer isto dizer que por mais estudos e didáticas que se tentem implementar, há que escutar e discutir com os profissionais docentes porque são eles que estão no terreno, lidando com as dificuldades e possuindo assim a sensibilidade necessária para abordar as problemáticas e paradigmas do ensino. O autor afirma que existe “a necessidade de os professores terem um lugar predominante na formação dos seus pares. Não haverá nenhuma mudança significativa se a comunidade dos formadores de professores e a comunidade dos professores não se tornarem mais permeáveis e imbricadas “(2007,

pp.7). Ou seja, há que refletir sobre a prática pedagógica incluindo os principais visados na discussão de forma a que os resultados daí extraídos possam ter um maior impacto.

Esta é apenas outra área que demonstra a importância e a abrangência da profissão de professor, que cada vez mais se vê “submergida” com reuniões, avaliações, planificações, aulas, formações, entre outras responsabilidades. É assim impensável que se pondere a docência como uma profissão com um horário laboral normal, uma vez que implica uma grande disponibilidade e capacidade de trabalho. São constantes os novos desafios que surgem e integram a “lista” das missões dos educadores. Nóvoa, (2002, pp. 2) aponta que “Os professores reaparecem, neste início do século XXI, como elementos insubstituíveis não só na promoção da aprendizagem, mas também no desenvolvimento de processos de integração que respondam aos desafios da diversidade (...)”, por exemplo. Numa escola que se quer cada vez mais justa e acessível a todos, cabe ao professor ter a difícil tarefa de criar e implementar na sua sala de aula a igualdade de oportunidades para todas as crianças, atendendo a cada caso de acordo com a especificidade, necessidades e ritmos/capacidades de aprendizagem de cada aluno.

Isto remete-nos também para uma outra área extremamente sensível: a educação para os valores e para a cidadania. Debruçando-se sobre o assunto, Abrunhosa (2008, pp. 60) atribui à “cidadania uma grande importância como um saber básico, que coloca novos desafios e novas exigências aos professores e à escola do ponto de vista pessoal, profissional e curricular”. Patrício também defende que o professor tem a responsabilidade de

(...) promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva (1990, pp.11).

No seguimento desta ideia apraz-nos dizer que o professor não é um mero transmissor de conhecimentos como é comumente denominado. O professor é também um modelo de comportamento para os seus alunos, fator que ganha ainda maior relevo na educação básica, uma vez que as crianças de certa forma acabam por assimilar

atitudes, valores e discursos consoante aquilo que observam no dia-a-dia em contato com o seu educador de infância e professor do 1.º ciclo.

Formosinho identifica o perfil do professor como sendo

uma pessoa psicologicamente madura e pedagogicamente formada, capaz de ser o instrutor e o facilitador da aprendizagem, o expositor e o individualizador do ensino, o dinamizador de grupos e o avaliador de performances, o animador e o controlador, o catalisador empático de relações humanas e o investigador, o que domina os conteúdos e o modo de os transmitir, o que ensina para se aprender e ensina a aprender a aprender (2009, pp. 50-51).

Isto vem reforçar ainda mais a ideia de que o professor é na verdade um “multifunções” que deve estar preparado para responder aos mais variados desafios em diferentes contextos e estar consciencializado para aproveitar todas as oportunidades que surgem no quotidiano, tendo em vista o enriquecer da experiência de aprendizagem dos alunos e a consolidação dos seus conhecimentos.

Roldão afirma que o professor deve “ser capaz de transformar conteúdo científico e conteúdos pedagógico-didáticos numa acção transformativa, informada por saber agregador, face a uma situação de ensino – por apropriação mútua dos tipos de conhecimento envolvidos e não apenas por adição ou mera aplicação” (2007, cit. in Silva & Herdeiro, 2008, pp. 8). Esta abordagem remete-nos para outra das funções e objetivos da prática pedagógica do educador: a de dotar as aprendizagens das crianças as mais significativas possíveis, de forma a que a aquisição de conhecimentos e capacidades dos alunos seja melhor enquadrada com a realidade com que estes estão familiarizados.

Por fim, iremos citar Alarcão e Roldão (2008) que afirmam que a

construção e desenvolvimento da identidade profissional é um processo individual, personalizado, único, com forte influência contextual, mobilizado por referentes do passado e expectativas relativas ao futuro. A realização de actividades diversificadas, a experienciação de diferentes papéis, a sistematização da observação crítica, problematização e pesquisa, a partilha e o trabalho conjuntos são componentes do processo. (pp.34)

Para estas autoras a formação de professores assume um papel de construção lento e sustentado na Sociedade. O problema é que a opinião da sociedade em geral tem vindo a ser alterada com o passar do tempo e o professor encontra-se numa posição ingrata, entre a crescente responsabilização das suas funções e dos resultados do ensino em geral, em que por vezes se passa a imagem de ser o principal responsável pelos insucessos ou crises de valores que o ensino por vezes atravessa. A verdade é que o professor está sujeito a toda e qualquer transformação que o sistema educativo apresente, desviando em muitos casos a sua atenção e os seus esforços para questões paralelas, o que resulta no desgaste físico e mental, quando a sua missão deveria estar centrada única e exclusivamente nos seus alunos e nas aprendizagens a desenvolver neles. A imagem do professor está desgastada e há que recuperar a beleza da profissão que em tempos se ouviu falar.

Numa opinião mais pessoal, em relação à visão da profissão em si, torna-se assim evidente que, e tendo em conta os diversos estudos e autores que debatem as diferentes problemáticas que giram em torno da docência, há que ter uma visão positiva e compreensiva da complexidade e dificuldade da missão do professor tendo em conta a constante transformação de que a profissão tem vindo a ser alvo e a prioridade deste profissional ter um papel fundamental na qualidade do trabalho realizado com os alunos, partindo sempre da Cultura de Escola.

#### **1.4. Observação, planificação e avaliação no estágio pedagógico**

A prática supervisionada, definida como um requisito essencial para a formação profissional para a docência, de acordo com o Decreto-Lei n.º 79/ 2014 de 14 de maio, de acordo com o art.º 11 do regulamento organiza-se de acordo com princípios que incluem a observação, a planificação e a avaliação do estágio pedagógico.

A observação surge como um elemento fundamental no ensino e na prática pedagógica do professor na medida em que é através dela que ele inicia a compreensão do processo educativo de um grupo de crianças, sendo que uma observação estruturada e rigorosa desencadeia uma prática pedagógica mais objetiva. Em contexto de estágio a observação ganha ainda uma importância extra pois o estagiário surge no espaço de sala de aula quase como uma “tábua rasa” e é através da observação que ocorre nas primeiras semanas de estágio que começa a visualizar e entender as dinâmicas e rotinas

que ocorrem ao longo do dia. Assim sendo, e numa primeira fase, a observação da prática pedagógica do professor cooperante permite desde logo ao estagiário começar a identificar formas de estar e agir e, conseqüentemente, apreender estratégias que possam facilitar a sua integração na turma.

Ora, a observação do comportamento e desempenho do professor é apenas um dos campos passíveis de serem registados pelo estagiário. Outra das componentes previstas para um período de observação incide nas crianças que compõem a turma e tem em vista reconhecer os seus comportamentos, reações, identificar as suas dificuldades e capacidades, perceber os seus interesses e as suas interações. Durante o período de observação também foi atribuído destaque em compreender a dinâmica das escolas onde decorreram os estágios, tais como: conhecer os órgãos gestores e de administração, compreender as relações entre pessoal (docente e não docente), identificar as estruturas físicas da escola, conhecer os recursos do meio envolvente à escola, conhecer os perfis das crianças e das suas famílias, entre outros.

A verdade é que a observação pode incidir sobre os mais variados aspetos e é tanta a informação passível de ser recolhida pelo estagiário que se torna difícil de gerir. Uma das dificuldades sentidas pelo estagiário prendeu-se exatamente com esse aspeto: a necessidade de uma observação mais estruturada, com objetivos mais definidos e restritos de forma a que os resultados permitissem retirar conclusões mais assertivas. Estrela (1994) afirma que “a observação tem como objectivo fixar-se na situação em que se produzem os comportamentos, a fim de obter dados que possam garantir uma interpretação “situada” desses comportamentos. Por isso, a “precisão da situação” constitui um dos objectivos principais” (pp.18).

O mesmo autor define no seu estudo os seguintes critérios para uma observação mais estruturada:

- 1.º A delimitação do campo de observação – situações e comportamentos, actividades e tarefas, tempos e espaços da acção, formas e conteúdos da comunicação, interacções verbais e não-verbais, etc.;
- 2.º A definição de unidades de observação – a classe, a turma, a escola, o recreio, o aluno, o professor, um tipo de fenómenos;

3.º O estabelecimento de seqüências comportamentais – o “continuum” dos comportamentos, o repertório comportamental, etc. (Ibidem, pp.29).

Fruto da experiência de estágio, sou de opinião que, uma observação menos alargada em termos de quantidade de informação a observar e mais incisiva sobre determinados aspetos, recorrendo ao registo da informação sistematizada em ocorrências, teria sido a melhor estratégia para a minha formação, por circunscrever o foco e o campo de observação, tornando-se mais objetiva e possibilitando-me ter uma análise mais cuidada do que ocorria na sala de aula. Isto, aliado ao facto de durante o período de observação o estagiário já ter começado a interagir com as crianças e a encarregar-se de orientar atividades, por sugestão do professor cooperante, fez com que os resultados do período de observação não fossem tão enriquecedores como seria desejável.

Ainda assim, foi possível retirar informação pertinente para o desenvolver do estágio, nomeadamente em relação ao tipo de estratégias e atividades que melhores resultados apresentavam com as crianças em causa, bem como, deu uma maior noção de como agir e interagir com cada aluno atendendo às suas necessidades e características.

Posto isto, estando o método de observar interligado com o ato de planificar a ação pedagógica, exatamente pelo que foi referido anteriormente, podemos afirmar que a observação teve efeitos positivos na preparação do processo de ensino-aprendizagem do estagiário na medida em que, no momento de realizar as planificações e de dar forma às atividades, havia já um base orientadora e que serviu para ir construindo uma linha de atuação resultante da junção das ideias que iam surgindo com o que já fora observado. Dando um exemplo, ao pesquisar e preparar uma determinada aula ou atividade o estagiário já a “(des)construía na sua cabeça” tendo em conta aquilo que observou nas aulas e sobre as crianças, adaptando o grau de dificuldade das tarefas ao grupo observado de forma a que houvesse uma maior adequação, tendo também em conta os interesses que os alunos demonstraram.

De uma forma geral, Zabalza (1994, pp.48) define a planificação como sendo:

- Um conjunto de conhecimentos, ideias ou experiências sobre o fenómeno a organizar, que actuará como apoio conceptual e de justificação do que se decide;

- Um propósito, fim ou meta a alcançar que nos indica a direcção a seguir;
- Uma previsão a respeito do processo a seguir que deverá concretizar-se numa estratégia de procedimento que inclui os conteúdos ou tarefas a realizar, a sequência das actividades e, de alguma forma, a avaliação ou encerramento do processo.

Regra geral, quando é referida a tarefa de planificar geralmente pensa-se em preparar uma aula ou uma actividade, mas, na verdade, planificar é uma acção extremamente complexa e que engloba diversos aspetos que a tornam bastante específica e intencional. Numa planificação tudo tem o seu sentido e intuito, pelo que há que construir um fio condutor que dê sentido às opções tomadas. Há que ter em conta desde as competências a adquirir pelas crianças e metas a atingir no final do processo, passando pelos conteúdos a explorar e as actividades a implementar, até aos materiais e recursos utilizados. O planificador deve atender a cada constituinte de uma planificação com o máximo cuidado, tendo sempre presente as experiências anteriores, como é o caso das observações referidas, o que não impede que haja uma tentativa de inovar com o evoluir do tempo. Na verdade, uma planificação não acarreta por si só uma característica estática. Muito pelo contrário, uma planificação serve de guia ao professor, mas está sujeita a alterações consoante as dinâmicas que vão resultando da sua implementação.

Ainda sobre os constituintes de uma planificação, e mais concretamente no caso do currículo e, conseqüentemente, dos conteúdos a explorar, Ribeiro e Ribeiro (1989) distinguem três tipos de currículo: o formal, o informal e o oculto. Assim sendo,

O currículo formal designa o plano de ensino-aprendizagem – nos seus objectivos, conteúdos e actividades – expressamente definido para promover aprendizagens explícitas, o qual constitui obrigação formal do professor implementar e se traduz, concretamente, no horário lectivo de alunos ou professores e no cumprimento de programas estabelecidos. (1989, pp.53)

Segundo os mesmos autores, o currículo informal é a “actividade estruturada ou não estruturada que faça parte da vida escolar dos alunos para além das actividades lectivas” como, por exemplo, “actividades culturais, cívicas, desportivas, recreativas ou de convívio social e de participação na comunidade” (Ibidem, 1989, pp.53).

Por fim, referem o currículo oculto como sendo

(...) por um lado, aquelas práticas e processos educativos que induzem resultados de aprendizagem não explicitamente visados pelos planos e programas de ensino e que apenas se indiciam, por não serem ainda totalmente conhecidos; por outro lado, refere-se a efeitos educativos que a educação escolar parece favorecer, como uma espécie de sub-produtos do currículo formal (manifesto), respeitantes sobretudo à aquisição de valores, atitudes perante a escola e matérias escolares, processos de socialização, de formação moral e de reprodução da estrutura social de classes (Ibidem, 1989, pp.53).

É curiosa a afirmação de Hargreaves e Fink (2007, cit. in Pacheco, 2011) acerca do currículo contemporâneo, a qual parece motivo de reflexão:

Vivemos em países com escolas apressadas [e também noutros espaços de formação]. As grandes finalidades são transformadoras em metas de curto prazo” (...) conseqüentemente, o currículo é abarrotado com mais conteúdos, fazem-se mais testes, os conceitos são transmitidos a grupos de idade mais novos, dedica-se mais tempo aos aspectos básicos que serão testados, os professores dão menos tempo aos alunos para responderem a questões nas aulas e as perguntas e a curiosidade começam a evaporar-se.

Na verdade, parece estar a surgir um currículo cada vez mais “imóvel” e “mecanizado” com as constantes implementações e objetivos a atingir no que toca ao cumprir de programas curriculares, onde muitas vezes nas escolas os professores se limitam a seguir o manual escolar dos alunos e se cingem a abordar os conteúdos de forma a que o aluno consiga responder a determinada questão no trabalho de casa ou na ficha de avaliação. Há que dar primazia à desmistificação dos conteúdos, à sua desconstrução e exploração, porque só assim se incute nas crianças a vontade de saber mais e se desenvolve nelas a capacidade de pesquisa. Durante o estágio, e só a título de exemplo, ao explorar o conteúdo relativo aos “Principais rios de Portugal”, surgia o “desafio” aos alunos de conhecerem o nome dos principais rios portugueses e conseguirem identificar no mapa a sua localização. Foi então que foi decidido realizar um trabalho, em grupo, onde os alunos deveriam pesquisar outros aspetos relativos aos rios portugueses (havendo possibilidade de escolha, não os limitando apenas aos principais) e apresentar algumas curiosidades aos restantes alunos da turma acerca desses mesmos rios. Considerámos que o resultado desta atividade foi um sucesso tendo sido um caso em que se espelha a necessidade do professor, dentro do possível,

encontrar soluções e estratégias que vão para além do expectável no que toca à exploração dos conteúdos e à sua respetiva abrangência.

Em relação às competências a desenvolver nos alunos, principal intuito a alcançar na elaboração de uma planificação e no desenvolver de uma prática pedagógica, Ferro (2001, pp. 96) olha para elas não só como uma “titularidade de uma qualificação”, mas também como um saber mobilizar esse conhecimento ou apetência em função de determinada atividade, sendo que essa capacidade será tanto maior quanto mais aplicada e experimentada for. Ou seja, o objetivo de englobar determinada competência numa atividade prevê que o aluno a assimile e saiba aplicar em diferentes contextos.

O mesmo autor aponta também uma condição necessária no processo de aquisição e exploração aqui exposto e que se prende com a motivação do sujeito, algo que fica obviado quando afirma que as “motivações, intrínsecas e extrínsecas, que persuadem o sujeito a agir, a mobilizar o saber para a acção perante as oportunidades que a organização e o grupo lhe concederam permitirá desenvolver, consolidar e reconhecer a competência” (Ibidem, pp. 96).

Estes e outros fatores, a ter em conta numa planificação, tornam o ato de planificar extremamente complexo e dispendioso em termos de tempo, principalmente numa situação de estágio, em que a experiência do estagiário se encontra numa fase de construção. Ao mesmo tempo que a posição de estagiário carece de um trabalho intensivo no que toca às justificações e fundamentações das opções tomadas, a mesma acaba por sobrecarregar e dificultar o trabalho, algo que é comum na opinião dos professores em formação inicial. É inquestionável a importância de o professor planear de forma ponderada e sustentada, atribuindo uma maior consistência e segurança ao seu trabalho e à sua prática pedagógica diária, apesar de ser do conhecimento geral que, com o evoluir da experiência profissional, a planificação começa a ser uma tarefa mais simples e flexível. Quer isto dizer que alguns componentes deixam de fazer parte, fisicamente, do plano construído pelo professor, onde passam a surgir, geralmente, apenas uma breve descrição das atividades, dos objetivos e dos materiais necessários para a sua implementação.

Uma das intenções que devem estar sempre presentes ao nível da planificação e da prática pedagógica em geral é a da avaliação. Para Perrenoud (1999, cit. por Serpa, 2003), avaliar, na prática habitual das escolas, é hierarquizar. Através da avaliação, são criadas hierarquias, onde os alunos são comparados e depois classificados em função de uma norma preestabelecida, o que, segundo este autor, pode causar constrangimentos e conflitos, derivados da segregação. Esta é, na verdade, uma visão generalista que existe hoje acerca da finalidade que é dada à avaliação nas escolas.

No entanto, a avaliação, sob diversas formas que pode tomar, tem inúmeras potencialidades, permitindo aferir, por exemplo, o nível de desempenho dos alunos e das aprendizagens realizadas ou as estratégias e as práticas pedagógicas do professor. Quanto ao espaço de tempo em que a avaliação pode ser realizada, surgem também diferentes possibilidades de acordo com os objetivos e com intencionalidade pretendida. Estas e outras variáveis a considerar no ato de avaliar ou de preparar um dispositivo de avaliação irão resultar em diferentes tipos de avaliação.

Parafraseando Zabalza (2000, pp. 222),

Quando falamos de avaliação, não estamos a falar de um facto pontual ou de um acto singular, mas de um conjunto de passos que se condicionam mutuamente. Esses passos ordenam-se sequencialmente (por isso, são um processo) e actuam integradamente (por isso, são um sistema). Além disso, a avaliação não é (ou não deveria ser) algo separado do processo de ensino/aprendizagem; não é um apêndice independente nesse processo (está nesse processo) e desempenha um papel específico relativamente ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (porque está num sistema).

Assim, a avaliação, que de uma forma reducionista tende a ser vista como o culminar do processo de ensino, poderá trazer vantagens e resultados positivos durante, ou mesmo antes de iniciar, determinado ciclo de aprendizagem, tendo uma causalidade e dando possibilidade de melhorar práticas futuras de acordo com os resultados observados.

Na sequência desta ideia surge a avaliação diagnóstica, normalmente usada no início de um ciclo letivo ou previamente à introdução a um novo conjunto de conteúdos. Tem como objetivo fazer um levantamento dos conhecimentos e dificuldades dos alunos acerca de determinado assunto, sendo bastante útil para delinear estratégias de

atuação que se adaptem aos resultados observados, sendo que também poderá ser utilizada para conhecer os interesses dos alunos. Algo que sustenta esta caracterização é a afirmação de Ferreira (2007, pp. 24) que afirma

que a principal finalidade da avaliação diagnóstica [consiste] em determinar o grau de preparação do aluno antes de iniciar uma unidade de aprendizagem, já que determina o seu nível prévio e possibilita averiguar possíveis dificuldades que possa ter no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

Já no que toca à avaliação formativa, podemos dizer que é uma modalidade de avaliação que surge no decorrer do processo ensino-aprendizagem e tem como objetivo uma possível reestruturação das práticas e métodos de ensino e conseqüentemente consolidar os processos de aprendizagem. Cortesão (2002, pp. 38) apresenta a avaliação formativa como sendo “uma bússola orientadora do processo de ensino-aprendizagem” que permite a recolha de dados que poderão auxiliar professores e alunos a assinalarem os resultados das suas aprendizagens, realizadas ou não, bem como dificuldades sentidas e pontos passíveis de serem melhorados.

Outro tipo de avaliação, geralmente aquela que é mais comum surgir quando pensámos em avaliação, é a avaliação sumativa, que surge normalmente no final de um período letivo ou do ciclo de lecionação de determinado conteúdo ou área temática. O principal objetivo desta modalidade de avaliação é de averiguar o nível de consolidação das aprendizagens realizadas pelos alunos, sendo que poderá ou não ser atribuída uma classificação, mas que normalmente isto acaba por se verificar nas práticas dos professores. Isto é corroborado por Cortesão (Ibidem, p. 38) quando afirma que

A avaliação sumativa, como o próprio nome indica pretende representar um sumário, uma apreciação "concentrada", de resultados obtidos numa situação educativa. Esta avaliação tem lugar em momentos específicos, por exemplo no fim de um curso, de um ano, de um período lectivo ou de uma unidade de ensino.

Em suma, aprez-nos dizer que a avaliação não deve estar circunscrita a um método ou modalidade única. Pelo contrário, a sua riqueza e intencionalidade será tanto maior quanto maior for a capacidade do professor de intercalar estes e outros tipos de avaliação, de acordo com os seus objetivos.

Segundo Roldão (2004, pp. 69) o ensino por competências, complementar do ensino mais tradicional por objetivos, aumenta a necessidade de domínio dos conteúdos por parte dos alunos e “ele terá que demonstrar em situação de avaliação, não que os conhece e evoca, mas que os domina e sabe usar para alguma coisa – no plano de cognição e da acção.”

Durante os estágios pedagógicos, umas das áreas que menos foi explorada foi exatamente a avaliação dos alunos que estava a cargo da professora/ educadora cooperantes. Ainda assim é de assinalar positivamente a participação do estagiário, em auxílio à professora do 1.º Ciclo do Ensino Básico, na construção, aplicação e correção dos dispositivos de avaliação (testes sumativos).

### **1.5. O funcionamento e a contextualização geral do estágio pedagógico**

O estágio pedagógico tem dupla importância no contexto da formação de professores/educadores, uma vez que é o culminar de todos os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos anteriores, tanto na licenciatura como no mestrado, ao mesmo tempo que é, por norma, a primeira verdadeira experiência profissional na docência, num espaço de tempo alargado, em que o formando tem contato com uma turma/grupo de crianças e é o principal responsável pelo seu desenvolvimento e pelas suas aprendizagens. Freire (2001, pp.2) olha para o estágio pedagógico como “uma primeira aproximação à prática profissional e promove a aquisição de um saber, de um saber fazer e de um saber julgar as consequências das acções didácticas e pedagógicas desenvolvidas no quotidiano profissional.”

De acordo com o plano de estudos do Curso de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Universidade dos Açores, a prática supervisionada ocorre em duas unidades curriculares: Estágio Pedagógico I e II, correspondentes ao Estágio no Pré-Escolar e 1.º Ciclo, sendo que o primeiro funcionou entre setembro e dezembro de 2016 e o segundo, entre março e maio de 2017.

Toda a acção do estagiário em contexto de sala de aula pressupõe vários momentos de grande relevância para a sua aprendizagem, sendo que tanto tinham lugar antes, durante e após a sua acção. Ao nível da preparação e planificação dos dias ou semanas de intervenção do estagiário, muito tempo útil foi dedicado à discussão e troca

de ideias com os responsáveis pelo estágio pedagógico: o professor/educador cooperante da turma em questão e o orientador de estágio vinculado à instituição acadêmica, a Universidade dos Açores.

A importância da reflexão para a ação e após a ação está intrinsecamente ligada à prática do professor uma vez que é através destes momentos que se analisa as práticas educativas e as atividades escolhidas de forma a constatar o resultado que foi obtido, seja na forma de aspetos positivos ou a melhorar. Isto é levado ao encontro de Alarcão, que defende uma “abordagem reflexiva que apresente uma visão de melhoria e desenvolvimento, através da aprendizagem, num panorama em que os professores constroem e reconstroem o seu conhecimento no campo da ação, acontecendo num ambiente situado, de diálogo com outros e numa constante mobilização de saberes.” (2002, cit. in. Meirinho, 2012 pp. 19). Ora, esta ideia tanto pode ser aplicada ao momento de planificação acima referido, sob a forma de reflexão para a ação, como pode (e deve) acontecer nos momentos que procedem a prática em contexto de sala de aula.

Não menos importante foram as reuniões com os núcleos de estágio, compostos pelos estagiários que estavam sob a mesma orientação, que ocorriam na semana que antecedia as intervenções e nas quais não poucas vezes foram mantidos debates e troca de experiências bastante enriquecedoras. É de destacar também a relação próxima mantida com o par pedagógico, sendo este um elemento de grande importância ao nível da motivação e reflexão acerca do trabalho desenvolvido por ambos. Estas relações não podem ser desvalorizadas por mais pequenas que sejam as alterações ou decisões que delas resultem, uma vez que são fruto da experiência de duas ou mais pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. A ideia pode ser corroborada pelas palavras de Carrilho (2011, pp. 41), no seu estudo acerca da colaboração entre professores, quando afirma que

“As mudanças que surgem no seguimento do trabalho colaborativo são mais duradouras, pois os professores estiveram implicados no trabalho, discutiram aberta e reflexivamente as suas dificuldades, ansiedades e necessidades, bem como as estratégias, mudanças e soluções a implementar. Essas mudanças são, necessariamente, as mudanças que os próprios professores consideraram necessárias e não aquelas que outros decidiram por eles sem sequer os ouvir”

Já no que toca ao espaço de tempo respeitante à prática pedagógica do estagiário, há que fazer referência à capacidade de ajustamento e de interpretação dos sinais que levam a que a reflexão durante a ação possa fazer o estagiário manter ou mudar o rumo que a sua intervenção está a tomar em determinado dia. Sobre esta temática da docência, a que muitos estudos se referem como a de “o professor reflexivo”, Oliveira e Serrazina apontam para a necessidade dos professores desenvolverem

novas maneiras de pensar, de compreender, de agir e de equacionar os problemas da prática, adquirindo uma maior consciencialização pessoal e profissional sobre o que é ser professor e como ser um professor que, de modo consistente, questiona as suas próprias práticas” (s.d. pp. 39).

Na verdade, o professor é confrontado no seu dia-a-dia com situações diversas e desafiantes. Na minha opinião, a profissão docente será talvez a menos monótona que existe uma vez que todos os dias surgem novas dificuldades e há que estar em constante questionamento: a mensagem que não chegou às crianças, o exercício que causou dúvidas, o texto que não estava adequado ou até a expressão de determinada criança ao ouvir a explicação do professor. Tudo poderá ser motivo de reflexão e cada vez mais o professor deve, antes de tudo, questionar a sua própria prática em busca de respostas para as dificuldades e insucessos dos alunos, pois para Perrenoud (2002, p.41) “A reflexão situa-se entre um pólo pragmático, onde ela é uma forma de agir, e um pólo de identidade, onde é uma fonte de sentido e um modo de ser no mundo”.

Nos momentos posteriores à intervenção do estagiário havia lugar às reuniões diárias com o professor cooperante e o par pedagógico de forma a analisar o seu desempenho. No caso de no dia em questão o estagiário ter sido observado pela orientadora de estágio, a mesma participava desta reunião. Toda esta análise e debate tinham em vista a realização, por parte do estagiário, de uma reflexão semanal a ser entregue à sua orientadora na qual constasse diversos pontos chave, como por exemplo: a evolução do seu desempenho, as dificuldades sentidas, as estratégias e os materiais escolhidos, sempre acompanhados das devidas justificações e reflexões.

De forma a dar uma melhor e maior noção dos contextos dos dois estágios, será apresentada uma breve caracterização das escolas e do meio que as envolvem, bem como

das salas de aulas/atividades e dos grupos de crianças. Serão também dadas a conhecer algumas atividades postas em prática com os grupos de crianças, com principal destaque para uma seleção das atividades norteadas pela temática da atividade física.

O estágio em Educação Pré-Escolar foi realizado na Escola A, em Ponta Delgada, com um grupo de 19 crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 6 anos e funcionou durante 4 meses, entre setembro e dezembro de 2016. Já o estágio no 1.º Ciclo do Ensino Básico, que teve o seu funcionamento durante o período entre março e maio de 2017, foi levado a cabo na Escola B, com uma turma do 4.º ano de escolaridade em que as idades das 16 crianças variavam entre os 9 e os 11 anos.

A identificação de todas as crianças, profissionais e das instituições escolares será mantida em anonimato no presente relatório.

## **1.6. O Estágio na Educação Pré-Escolar**

Neste tópico serão abordados e apresentados os contextos de estágio ao nível da Educação Pré-Escolar, nomeadamente a caracterização do meio envolvente da escola, da própria escola, do espaço físico onde decorreu o estágio (sala de atividades) e do grupo de crianças. Numa fase posterior serão apresentados os objetivos delineados para o estágio numa fase inicial, assim como serão dados exemplos de atividades levadas a cabo e com relevância para o tema do presente relatório.

### **1.6.1. Caracterização do meio envolvente**

A freguesia A, onde se situa a escola onde decorreu o estágio Pré-Escolar, é uma das muitas que constituem o principal concelho da ilha de São Miguel, situando-se nos arredores de Ponta Delgada e tem uma área de 11,89 km<sup>2</sup>, possuindo 3438 habitantes de acordo com censos de 2011. A nível económico destaca-se atividades do setor primário, como a pecuária e agricultura, e do sector secundário. Em termos de instituições existentes que possam ter um contributo positivo para a dinâmica de funcionamento da escola e das experiências vividas pelos alunos, é possível destacar alguns com grande impacto no tema do nosso estudo: Campo de Futebol de piso sintético da freguesia, utilizado pelo clube de futebol representativo da freguesia; o Campo de Ténis da freguesia, local de referência da modalidade a nível regional; Grupo Folclórico; Grupo de Escoteiros; existe ainda a Reserva Florestal de Recreio, o Pinhal da Paz, o qual faz

parte da freguesia. Tudo isto apenas para citar alguns exemplos, sendo estes bastante próximos da localização da escola.

A nível sócio económico, e apesar de haver em algumas zonas da freguesia famílias com nível de vida elevado, considerados da classe média, a maioria da população pertence a famílias com diversos problemas sociais, fator que é bem visível ao nível das crianças, mais concretamente a nível sócioafetivo.

### **1.6.2. Caracterização da Escola**

A *Escola A* apresenta-se como um núcleo da Escola Básica Integrada A, e acolhia no momento do estágio 219 alunos, distribuídos por 4 turmas do Pré-Escolar, 7 turmas do 1.º Ciclo e 2 Turmas de Projeto Educativo Adaptado. Em relação ao corpo docente, esta escola era composta por 9 professores, 4 educadoras, 2 professoras de substituição e 2 professoras de Apoio Pedagógico Personalizado do Núcleo de Educação Especial. Relativamente ao pessoal não-docente, possuía 8 auxiliares de educação e 2 técnicas do Núcleo de Educação Especial. A escola dispunha, ainda, de uma professora de Inglês do 1.º Ciclo, outra de Educação Moral e Religiosa Católica e outro de Educação Física, sendo que este último tem à sua responsabilidade as turmas do 1.º ciclo e apenas uma turma do Pré-Escolar, fazendo com que houvesse turmas do Pré-Escolar em que o educador titular era o responsável pela leccionação da Educação Física. O horário de funcionamento das atividades letivas estava compreendido entre as 9 horas e as 15 horas e 45 minutos.

Em termos físicos, a escola contemplava 3 edifícios: os primeiros 2 blocos, com 2 pisos cada, eram destinados aos espaços de salas de aula e apresentavam casas de banho mistas nos pisos inferiores. Existia ainda uma sala de professores com um gabinete destinado à administração escolar, no primeiro bloco da escola. O terceiro bloco correspondia à cantina da escola, dividida em 3 partes, 2 refeitórios e uma cozinha com casa de banho. Na parte exterior, mais concretamente no recreio, existia algum espaço ao redor e entre os blocos onde conviviam as crianças do primeiro ciclo e do pré-escolar livremente, sob a supervisão dos auxiliares de educação e dos próprios professores, sempre que possível. Existia um funcionário responsável pelo portão de forma a controlar as entradas e saídas da escola em permanência.

Numa opinião mais pessoal, a escola, apesar das condições mínimas estarem completamente asseguradas, carecia de alguma intervenção de forma a melhorar os espaços e ficar dotada de equipamentos mais atualizados, quando comparada com outras escolas do concelho de Ponta Delgada, o que seria uma mais valia para as crianças que ali iniciam o seu percurso escolar. Por exemplo, a criação de um espaço interior comum mais amplo para a realização de aulas de educação física entre outras atividades, uma sala de estudo ou uma biblioteca. Ao nível do recreio o espaço era pouco aproveitado, mais concretamente ao nível da atividade física uma vez que existia apenas um campo de futebol improvisado, havendo ainda duas tabelas de basquetebol e um baloiço inúteis devido ao seu estado degradado.

### **1.6.3. Caracterização da sala de atividades e da rotina diária**

Quanto à sala de aula onde decorreu o estágio, a mesma encontrava-se dividida em áreas, tais como: casa das bonecas e mercearia; biblioteca; tapete; jogos de tapete; jogos de mesa; trabalhos práticos (desenho, plasticina, etc.). Existiam 3 mesas no centro da sala, uma bancada com armários para guardar materiais ao fundo e ainda uma instante e um armário. Existiam 3 janelas e apenas uma porta. Um dos problemas da sala de aula era o excesso de luminosidade, ou seja, a impossibilidade de reduzir a luz que entrava pelas janelas devido às cortinas serem pouco opacas, o que dificultava, por exemplo, a visualização de um filme/vídeo na sala de aula. Em termos de espaço, não era muito aquele que estava disponível para as crianças brincarem livremente, sendo que foi necessário haver uma racionalização do espaço em termos de ocupação de áreas/cantinhos (desviar as mesas e áreas para obter mais espaço, por exemplo). Em termos de materiais e recursos a sala estava bem equipada se tivermos em conta o contexto económico em que a escola estava inserida, já que a educadora cooperante tinha em atenção esse aspeto e tentava ter os materiais necessários à realização das atividades, na medida do possível em termos de recursos financeiros.

Quanto à rotina diária da sala, as atividades iniciavam-se às 9 horas da manhã, havendo um espaço de tempo respeitante à chegada dos alunos. Após se encontrar um número aceitável de crianças na sala era levado a cabo o acolhimento, com diversas etapas tais como: canção/ões dos bons dias, marcação de presenças, marcação do dia do mês e da semana, designação do chefe da sala do dia, marcação do quadro do tempo, conversas sobre as atividades do dia anterior ou sobre o fim de semana. Nesta altura era

também aproveitado para introduzir na conversa o tema ou as atividades que iriam ser desenvolvidas durante o dia. Após o acolhimento eram postas em prática as atividades planeadas pelo educador. Após a hora do lanche da manhã, as crianças regressavam à sala e continuavam as atividades. Antes da hora de almoço existe sempre um espaço de tempo em que as crianças podiam brincar livremente na sala, distribuídas pelas áreas/cantinhos de atividades. Depois da hora de almoço as crianças regressavam à sala e ao tapete, num momento de relaxamento e de regresso à calma, de forma a darem seguimento às atividades orientadas durante a tarde, sendo que à medida que iam finalizando as mesmas podiam novamente brincar nos cantinhos de atividades, no restante tempo até à hora de saída.

#### **1.6.4. Caracterização do grupo de crianças**

A turma do Pré-escolar na qual desenvolvi o meu estágio era composta por uma educadora e por 19 crianças, sendo 10 do sexo masculino e 9 do sexo feminino. Em relação às idades, o grupo contemplava 13 alunos de 4 anos, 2 alunos de 5 anos e 4 alunos de 6 anos, sendo que estes números representam as idades que os alunos tinham ou iriam atingir até ao final do ano civil, pelo que a certa altura do estágio chegou a existir crianças no grupo com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos. Este era um grupo que reunia crianças que já frequentavam a Educação Pré-Escolar no mesmo estabelecimento de ensino, mas alguns em turmas diferentes, outros oriundos de outros estabelecimentos de ensino e ainda alguns que frequentavam o Pré-Escolar pela primeira vez.

Estes e outros fatores contribuía para que o grupo contivesse alunos que não apresentavam níveis comportamentais e de cumprimento de regras tão bons como seria desejável, caracterizando-se por ter crianças um tanto ou quanto irrequietas e que necessitavam melhorar a sua capacidade de atenção e de saber estar quieto. Alguns elementos careciam de um trabalho mais específico no que toca a regras de convivência em grupo e de respeito pelos agentes de educação que os acompanharam

Em termos do desenvolvimento e participação nas atividades, e de forma geral, o grupo era empenhado e cooperativo, apesar da grande divergência de níveis de ensino existente dentro da turma, o que resultava da dispersão de idades das crianças que a formava. Existiam ainda casos de alunos a serem acompanhados por terapia de fala e outros que aguardavam acompanhamento, bem como 2 casos de alunos que recebiam

apoio do Núcleo de Educação Especial devido a um déficit cognitivo acentuado. Muitos dos alunos eram periodicamente, de forma rotativa, acompanhados por uma educadora de apoio de forma a compensar as dificuldades de aprendizagem reveladas. As atividades que melhor surtiam resultados eram as de contagem de histórias e os momentos musicais, na medida em que eram os momentos em que os índices de atenção e de comportamento atingiam valores mais positivos. Grande parte das crianças do grupo apresentavam dificuldades no que concerne à área de Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, mais especificamente no domínio da Expressão Oral – Interação e Produção de Discursos Oraís. Isto estava evidente na dificuldade em produzir frases completas e do baixo nível de vocabulário que possuíam. Quanto à área de Expressão Artística, mais concretamente nos trabalhos manuais e desenho, havia um nível baixo de desempenho nas atividades levadas a cabo. Já na área da Expressão Físico-Motora a maioria das crianças revelou boa capacidade de desempenho nas atividades apesar de terem algumas dificuldades de orientação e coordenação.

No que toca à contextualização social e afetiva das crianças, é de referir que estas faziam parte, na sua maioria, de famílias monoparentais, de baixo nível socioeconómico e que apresentam algumas carências a nível de afeto. Isto tinha influência no nível de desenvolvimento cognitivo das crianças bem como nas características de personalidade de cada uma, algo que tinha de ser levado em conta em contexto de aprendizagem. Os pais ou encarregados de educação encontravam-se um pouco afastados, não querendo generalizar, da realidade da sala de atividades, limitando-se a entregar e recolher as crianças em muitas das vezes, não havendo um diálogo com os educadores acerca das aprendizagens e comportamento das crianças, algo que foi melhorado ao longo do tempo.

#### **1.6.5. O Projeto Formativo Individual no Estágio em Educação Pré-Escolar**

Com o início do estágio, e durante as semanas iniciais de observação da escola, da educadora cooperante e do grupo de crianças do estágio, foi construído pelo estagiário, no âmbito da unidade curricular de Seminário, o Projeto Formativo Individual (PFI), documento orientador de toda a ação pedagógica e onde estavam descritos e apresentados elementos, tais como: toda a caracterização da escola, do meio envolvente, da sala e do grupo de crianças; As potencialidades e dificuldades encontradas; os objetivos para o estágio pedagógico; os métodos e modelos de ensino a

seguir; a avaliação e calendarização das atividades previstas. Este documento foi analisado e aprovado em Conselho Pedagógico da Escola.

Neste documento estavam contemplados os seguintes objetivos dirigidos às crianças:

- Melhorar o desempenho das crianças ao nível do comportamento na sala de aula e recreio bem como no cumprimento de regras de convivência social;
- Inculcar nas crianças o gosto pela atividade física e a integração em brincadeiras coletivas, fator importante no desenvolvimento social e desportivo das crianças;
- Levar as crianças a explorarem durante os intervalos as brincadeiras, jogos e atividades físicas, que vão surgindo ao longo das intervenções, uma vez que normalmente durante os intervalos as crianças se sentem limitados pelo espaço ser frequentado por crianças mais velha do primeiro ciclo e por normalmente não terem brincadeiras estruturadas e em grupo;
- Melhorar as competências em Linguagem Oral, levando as crianças a expressarem-se com clareza e a enriquecerem o seu vocabulário;
- Desenvolver as competências das crianças ao nível da Expressão Artística, mais concretamente a nível da Expressão Plástica, com vista a desenvolver a interdisciplinaridade, ou seja, a exploração das outras áreas de conteúdos, como a Matemática, o Conhecimento do Mundo e o Português, através de atividades e trabalhos plásticos;
- Colocar, sempre que possível, o meio envolvente da escola ao serviço das aprendizagens das crianças, trazendo os meios possíveis à escola ou levando as crianças até eles;

Estes objetivos gerais delinearam a prática pedagógica do estagiário, que tentou direcionar as suas atividades tanto para o interesse das crianças como para os seus objetivos de estágio.

### 1.6.6. Atividades desenvolvidas em contexto da Educação Pré-Escolar

Ao longo do estágio pedagógico em Educação Pré-Escolar foram desenvolvidas diversas atividades tendo por base as Orientações Curriculares de Educação Pré-Escolar (OCEPE, 2017) e relacionadas com temas escolhidos para determinado período de tempo, alguns suscitados pelos interesses das crianças, outros pelas efemérides que surgem no calendário e ainda outros realizados por iniciativa do estagiário, com a anuência da educadora cooperante e/ou com a orientadora.

**Quadro 1 - Atividades desenvolvidas no estágio da Educação Pré-Escolar**

Tema	Data	Áreas e domínios de conteúdo							
		Matemática	Educação Física	Expressão Dramática	Expressão Plástica	Expressão Musical	Expressão Oral e Abordagem à Escrita	Formação Pessoal e Social	Conhecimento do Mundo
Animais	3 a 4/10	X	X		X	X	X	X	X
Corpo Humano	10 a 11/10		X	X	X	X	X	X	X
Higiene	12/11						X	X	X
Profissões	24 a 27/10 e 2/11	X	X	X	X	X	X	X	X
Halloween	28 e 31/10		X		X		X	X	
Meios de comunicação - Televisão	21/11			X			X	X	X
Meios de transporte	22 a 25/11	X	X			X	X	X	X
Natal	5 a 7/12			X	X	X	X	X	X

Durante todas as planificações foi tido em conta a necessidade de manter um equilíbrio na exploração de todas as áreas de conteúdos. Apesar de satisfeita essa condição na medida do possível, podemos visualizar no quadro anterior que existem áreas com maior incidência, algo que se deve à transversalidade dessas áreas e ao cariz das atividades levadas a cabo. Como referimos atrás (pp. 96) Ferro (2001) refere que estas experiências são importantes no saber mobilizar o conhecimento e dependem muito das vivências de interdisciplinaridade levadas a cabo na sala de aula.

As características e interesses do grupo de crianças também teve influência. Por exemplo, a preferência do estagiário de muitas vezes iniciar a introdução ao tema a partir do contar uma história levava a que o domínio de Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), estivesse presente em todos os temas, mais concretamente na componente de Comunicação Oral, levando a que as crianças conseguissem cada vez mais “compreender mensagens orais em situações diversas de comunicação” e que passassem a “usar a linguagem oral em contexto, conseguindo comunicar eficazmente de modo adequado à situação” (Silva, 2016). Por outro lado, o *feedback* positivo recebido das crianças em atividades relacionadas com a Expressão Musical, Educação Física e Expressão Dramática fez com que também tenha havido uma incidência significativa das áreas referidas em vários dos temas explorados. Por fim, de destacar a transversalidade das áreas de Conhecimento do Mundo e de Formação Pessoal e Social, uma vez que era objetivo de todas as atividades levadas a cabo levar as crianças a conhecerem e reconhecerem o mundo que as rodeia e formar cidadãos mais conscientes e responsáveis.

Passamos agora a debruçar-nos sobre algumas atividades relevantes tanto para dar a conhecer os contextos de estágio bem como para o tema do presente relatório de estágio e ainda alguns dos objetivos delineados para o PFI, já aqui apresentados.

#### **1.6.7. Atividade 1: “Viagem matemática em aviões de papel”**

A atividade que aqui passamos a descrever englobava as áreas de Expressão e Comunicação – Matemática, Educação Física e Expressão Artística (Plástica) e ainda a área de Formação Pessoal e Social – Educação para a cidadania. Com esta atividade pretendemos desenvolver capacidades coordenativas; a noção de forma e o cálculo; o cumprimento de regras de bom funcionamento do jogo. Assim, existem alguns pré-requisitos para que as crianças possam participar com sucesso, tais como: dobragem de papel (origami), noções de formas geométricas e cálculo (Matemática) e conseguir lançar em precisão a um alvo fixo (Educação Física). O objetivo de implementar esta atividade tinha em vista explorar a temática das formas geométricas de forma lúdica através do jogo e colocando a Educação Física em interligação com a Matemática e levar as crianças a terem a preocupação com o cumprimento de regras de bom funcionamento do jogo.

Capacidades/competências a desenvolver nas crianças:

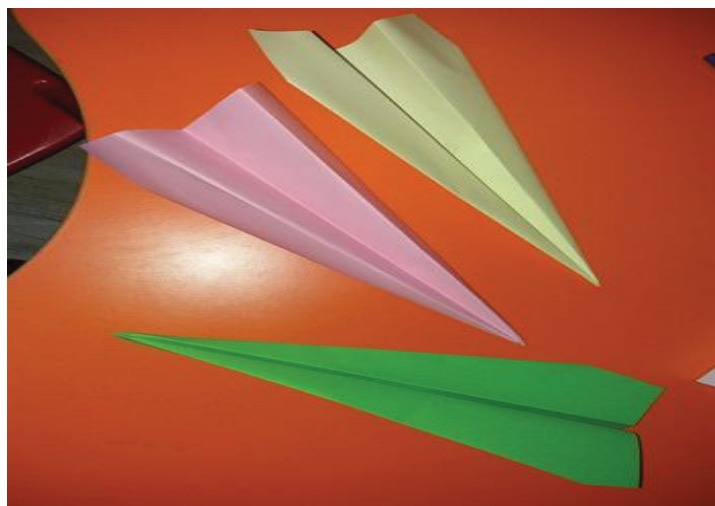
- Reconhecer e operar com formas geométricas, descobrindo e referindo propriedades/características das mesmas, comuns ou que as distingam umas das outras;
- Ser capaz de executar dobragem de papel, construindo aviões de papel em origami.
- Controlar movimentos de perícia e manipulação (lançamento em precisão a um alvo fixo);
- Cooperar em situações de jogo, seguindo orientações e regras;

A nossa atividade será aqui descrita considerando as várias fases de realização:

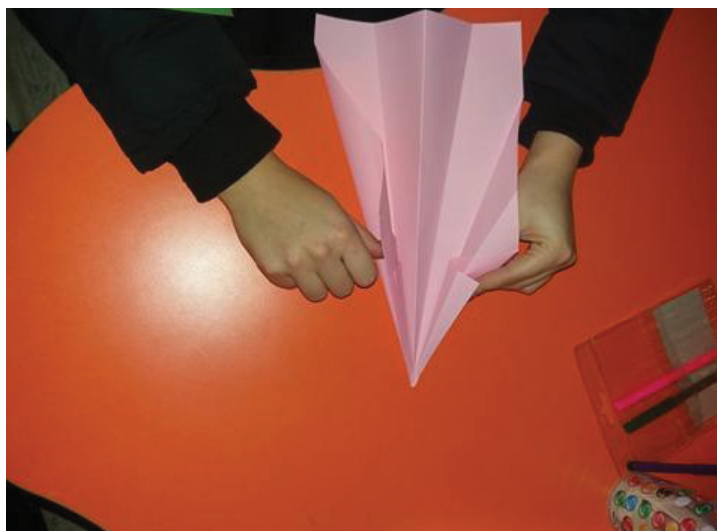
- I. Construção de aviões de papel;
- II. Lançamento de aviões de papel a um alvo;

Fase I.

A atividade consistia na construção de origamis - aviões de papel (figura 1) - e que se insere nas OCEPE, no domínio da Geometria, na medida em que está previsto que o educador promova “o desenvolvimento de conceitos matemáticos a partir de construções a 2 ou 3 dimensões, feitas com papel (papagaios, barcos, etc.)” (Silva, 2016). Também podemos considerar este tipo de atividade como tendo uma componente relacionada com o domínio da Educação Artística, uma vez que o subdomínio das Artes Visuais prevê a exploração de diferentes técnicas ou formas de expressão nas quais se insere a dobragem de papel ou outros materiais maleáveis. A escolha desta primeira fase da atividade teve dupla importância uma vez que, por um lado, permitiu às crianças a participação na preparação da atividade (do jogo propriamente dito) e dando-lhe uma sensação vinculativa à mesma, ao mesmo tempo que deu a possibilidade de exercitar a coordenação motora fina, algo que tem uma grande relevância nestas faixas etárias, nas dobragens (figura 2) realizadas para a construção dos aviões de papel.



**Figura 1 - Aviões de papel.**



**Figura 2 - Construção dos aviões de papel através de dobragens.**

Fase II.

A atividade consistia no lançamento de aviões de papel (figura 3) tendo como alvo as figuras geométricas recortadas e assinaladas na cartolina. Cada lançamento com sucesso era seguido da indicação da figura geométrica respetiva. Com os nomes das figuras consolidados, o passo seguinte era o de atribuir uma característica à figura, por exemplo quantos lados tinha ou se tinha vértices ou não e quantos, no caso de ter.



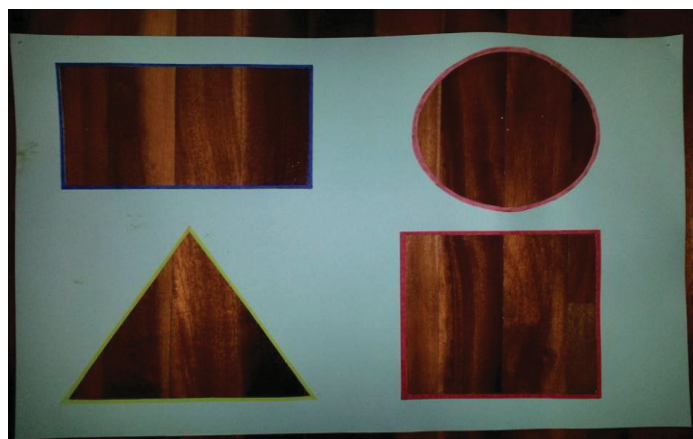
**Figura 3 - Lançamento dos aviões de papel.**

Para a concretização deste jogo, foi colocada uma corda/fio nos orifícios preparados da cartolina e prendê-la, de forma a que esta ficasse suspensa ao nível do olhar das crianças. Depois, delimitou-se uma marca no chão de onde os lançamentos deviam ser executados. O espaço deve ser minimamente amplo, pelo que há alguns constrangimentos ao nível da exploração da atividade no espaço de sala de aula, apesar de ainda assim ser exequível, como aconteceu no caso da implementação levada a cabo.

O facto de os aviões serem pontiagudos exigia do educador muita atenção no manuseamento deste tipo de material: não era permitido que fosse executado um lançamento enquanto não estivesse toda a gente na retaguarda do jogador que estava a lançar; apenas era permitida a recolha dos aviões no final de cada ronda de lançamentos; apenas quem estivesse a jogar podia ter aviões na sua posse, sendo que os restantes estavam guardados pelo educador. Apenas podiam jogar duas crianças por turno, sendo que cada uma lançava à vez e o número de lançamentos era limitado de forma a permitir a participação de toda a turma ao longo do período de tempo destinado para a atividade, evitando assim chegar ao fim da atividade e existirem crianças que não tiveram oportunidade de jogar, ou seja, é preferível que as crianças executem poucos lançamentos e no final repetir a atividade.

Este é um jogo que permite ainda explorar outros domínios que não sejam as figuras geométricas, caso estas não sejam um conteúdo dominado pelas crianças. Por exemplo, como a imagem seguinte mostra, é possível realizar o jogo com recurso às cores das figuras. Esta será até uma boa estratégia de introdução ao tema das figuras

geométricas. Outra possibilidade é a de explorar os agrupamentos em Matemática. Com a mesma dinâmica de jogo, com a particularidade de os aviões serem agrupados numa espécie de “caixa” por detrás dos alvos, faz com que no final as crianças realizem contagens e criem agrupamentos ou ainda possam trabalhar a organização de dados. Existe ainda a possibilidade de atribuir uma pontuação a cada figura e levar a criança a realizar adições e calcular a sua pontuação final, havendo uma classificação no final.



**Figura 4 - Alvos do lançamento dos aviões de papel.**

Quanto ao decorrer da atividade, podemos afirmar que o entusiasmo e participação das crianças revelou que o nível de adequação e de dificuldade foi o correto, tendo as crianças atingindo os objetivos pretendidos. Desde a participação na construção dos materiais, passando pelo consciente cumprimento de regras, até à execução da atividade de forma empenhada. Um dos aspetos menos positivos teve que ver com o espaço físico, uma vez que a sala de aula não é o local mais indicado em termos de espaço, sendo que um espaço mais amplo facilitaria a colocação das crianças e a visualização do alvo, sem outros fatores de distração como acontece dentro da sala de atividades. Numa visão mais individualizada, algumas crianças, no início da atividade, revelaram alguma confusão em atribuir os nomes às figuras geométricas, algo que foi ultrapassado e no final foi possível verificar que todas as crianças sabiam distinguir as mesmas, atribuindo características para o efeito. Quanto ao desempenho no lançamento dos aviões de papel propriamente dito, verificou-se dificuldades no gesto técnico, tendo no início da atividade ocorrido inúmeros lançamentos na direcção do solo. Com o avançar do tempo o voo aéreo dos aviões nos lançamentos foram melhorando e o número de lançamentos corretos ultrapassou o número de lançamentos falhados. Ainda assim continuaram a existir 3 crianças com dificuldades, pelo que

nestes casos o local de lançamento foi alterado, de forma a ser menor a distância até ao alvo e facilitar a participação das mesmas.

Como apenas puderam jogar duas crianças de cada vez, existiu a preocupação com a ocupação das restantes crianças. Assim, e pondo em prática o jogo no espaço de sala de aula, surgiu a necessidade de recorrer a determinada estratégia, que no caso da implementação levada a cabo foi a de distribuir pelas crianças bandeirinhas com o símbolo do *Facebook* “Gosto” e “Não Gosto” (polegar para cima ou para baixo) de forma a que avaliassem os lançamentos dos colegas que estavam a jogar. Esta estratégia foi levada a cabo já que seria impossível manter as crianças atentas e calmas enquanto dois colegas estavam a jogar um jogo com o impacto que este tem, num espaço reduzido como é o de sala de aula.

Uma das estratégias mais interessantes, das implementadas pelo estagiário, e que maior impacto teve no comportamento das crianças foi a votação levada a cabo no final para premiar o jogador mais empenhado, ao lado do premiar o jogador com mais sucesso nos lançamentos, na medida em que, apesar de nestas idades o espírito competitivo ser um factor de importância mínima, é sempre bom a criança ver reconhecido o seu esforço ao mesmo tempo que as crianças desenvolvem o espírito crítico e a capacidade de análise.

Ao realizar este tipo de atividade de interdisciplinaridade entre as expressões e a matemática, estamos desde cedo a potenciar o reforço nesta área envolvendo estratégias lúdicas, pois como refere Condessa (2015, p. 155)

Ao partir de algo que tem sentido para as crianças, em termos práticos num contexto adequado ao seu desenvolvimento e que é acedido através da brincadeira e do jogo, ajudamos a criança a estabelecer uma ligação entre o concreto e o abstrato.

#### **1.6.8. Atividade 2: Momento de Educação Física**

A atividade aqui apresentada diz respeito a uma aula, destinada à Educação Física e contemplada no horário letivo do grupo de crianças do Pré-Escolar, prevista para um tempo 45 minutos, mas que foi possível planear e realizar para um tempo de 60 minutos. Da aula constavam 3 partes:

- a. um aquecimento inicial com mobilização geral;

- b. na parte principal, preparámos dois jogos - o jogo da “Barra do Lenço” com uma pequena variante, de acordo com o tema que estava a ser trabalhado àquela data: as profissões; - o jogo do “Coelho à toca”;
- c. a atividade final contou com alongamentos e relaxamento.

No momento de aquecimento, com os alunos dispersos pelo espaço interior (espaço este improvisado para a prática de Educação Física devido às questões climáticas e de falta de espaço no ginásio) procedeu-se aos movimentos de mobilização das articulações (tornozelos, joelhos, ombros, pulsos, cotovelos e pescoço) e dos membros inferiores e superiores (rodar, dobrar, esticar). Nesta fase prematura do estágio o professor (estagiário) servia como modelo e como espelho, sendo que o objetivo era dotar as crianças da capacidade de visualizar e interiorizar os exercícios. Nestas idades existem crianças que se questionam acerca da importância e do intuito do aquecimento no início do exercício físico, pelo que houve sempre a preocupação do estagiário de fazer ver que o aquecimento é um momento importante na preparação do corpo para a atividade mais exigente que se segue bem como para prevenir eventuais dores ou até lesões que possam surgir caso este momento seja posto de parte.

#### **Jogo 1 - O jogo da “Barra do Lenço.**

Na atividade seguinte as crianças, divididas em duas equipas, tiveram a oportunidade de colocar em prática o jogo da “Barra do Lenço” (figura 5).

Os objetivos a desenvolver na criança com o jogo foram:

- Adquirir conhecimento das respostas motoras a um sinal dado;
- Ter capacidade de atenção e concentração para a tomada de decisão;
- Conseguir correr em velocidades e direcções variadas, mostrando agilidade e velocidade;
- Cumprir as regras e ter capacidade de cooperação em equipa.



**Figura 5 - Jogo da Barra do Lenço.**

Este jogo inicialmente consiste em formar duas equipas com o mesmo número de elementos e em cada equipa atribuir um mesmo número a cada criança (do 1 ao 7 - no caso de existirem 14 crianças) e com as mesmas dispostas em linha, lado a lado com os colegas de equipa e de frente para a outra equipa. As equipas encontram-se afastadas da linha paralela imaginária que divide o campo de cada uma e onde se encontra o orientador do jogo (neste caso o papel coube ao estagiário). Com um lenço na mão suspenso, o orientador terá 4 hipóteses de dar início a uma jogada: dizer o número, sendo que os 2 jogadores que tiveram o respetivo número atribuído têm de correr e apanhar o lenço, fugindo para trás de uma das linhas formadas pelas duas equipas sem que o adversário o consiga alcançar e agarrar; dizer “água”, sendo que nenhum jogador se pode movimentar sob pena de perder a jogada; dizer “fogo”, podendo nesta situação todos os jogadores participar na jogada; poderá ainda dizer um número não atribuído para testar a concentração das crianças.

Nesta aula o estagiário introduziu duas variantes ao jogo: primeiro retirou a jogada que corresponde ao “fogo”, devido à dificuldade de orientação no espaço que algumas das crianças sentiam à altura, e pelo facto de o espaço não ser amplo o suficiente para ter um número elevado de crianças a correr em velocidade, algo que se revelou inteligente, de acordo com a opinião da educadora cooperante; a outra variante introduzida teve que ver com a substituição dos números atribuídos a cada criança por nomes de profissões, tema que norteou a maioria das atividades da semana de intervenção em causa.

No que refere à realização da atividade a resposta dada pelas crianças foi considerada positiva uma vez que houve empenho e entrega, dado o caráter competitivo da atividade. Um dos aspetos a realçar na postura das crianças prende-se com o respeito pelas regras definidas à partida, com todos a respeitar a integridade física dos colegas e o seu espaço de atuação. Quanto à capacidade de reação e concentração notou-se um grande desnível no que toca ao grau de maturação mental, uma vez que a disparidade de idades existentes dentro do grupo de crianças fez com que o estagiário tivesse que fazer uma paragem e reorganizasse as dificuldades existentes entre as equipas, criando maior hipóteses de todos os jogadores terem a oportunidade de disputar as jogadas em pé de igualdade, ou pelo menos de forma mais justa. De forma mais equilibrada, o desempenho de algumas crianças melhorou, apesar de terem existido crianças que continuavam a sentir dificuldades em associar a sua profissão e que tinham, por vezes, de ser chamadas pelo nome próprio. No que toca à cooperação entre as crianças, foi possível verificar alguns pequenos indicadores, principalmente por parte das crianças mais velhas do grupo, tais como o incentivo ao desempenho dos colegas durante o jogo e as explicações/conselhos, prestadas aquando dos momentos de intervalo entre as jogadas.

Apesar de este jogo ser considerado um jogo tradicional, a grande maioria das crianças realizou-o, neste momento, pela primeira vez, algo que veio confirmar as conclusões retiradas durante o período de observação no início do estágio, e que resultou num dos objetivos do PFI, aqui já apresentados.

### **Jogo 11 - O jogo “Coelho à Toca”.**

Na atividade seguinte, um jogo tradicional de perseguição, o grupo de crianças da turma foi dividido em dois grupos: “as tocas” e “os coelhos” (figura 6).

Objetivos a desenvolver na criança com o jogo foram:

- Assumir o papel atribuído e conhecer as suas funções;
- Conseguir tomar decisões e a ter velocidade de reação;
- Manter-se parado numa posição de equilíbrio;

- Explorar diferentes tipos de deslocamentos (rastejar, apoio de mãos e pés no solo; correr, saltar – pé juntos e pé coxinho);
- Conseguir deslocar-se em velocidade e direção variadas, mostrando agilidade.



**Figura 6 - Jogo “coelho à toca”.**

O jogo “Coelho à toca” inclui um número igual de crianças como “tocas” e “coelhos”. As crianças com a função de tocas colocavam-se, dispersados pelo espaço, numa posição fixa e com as pernas abertas. À ordem do professor os coelhos circulavam pelo espaço. Quando o professor decidisse, colocava-se a obstruir uma das tocas e dava a ordem de “coelhos às tocas”, onde todas as crianças na função de coelho deviam procurar uma toca e colocar-se debaixo das pernas dos colegas, havendo a obrigatoriedade de entrarem por trás a fim de impedir colisões entre as crianças. Ao fim de 2 ou 3 jogadas alteraram-se os papéis e as crianças iam contabilizando o número de vezes que ficaram sem espaço numa toca. Este é um jogo bastante engraçado e no qual as crianças demonstraram bastante entusiasmo.

Depois de o jogo ter sido interiorizado pelas crianças, o estagiário elevou o nível de dificuldade, introduzindo diversas formas de deslocamento aos jogadores no papel de coelho (salto ao pé “coxinho”, saltos a pés juntos, locomoção com mãos e pés no solo, etc.). A certa altura da atividade, com a introdução de novas formas de deslocamentos, começou a gerar-se alguma confusão, pelo que foi necessário introduzir uma nova regra: As crianças deslocavam-se pelo espaço de acordo com a locomoção pedida pelo estagiário, mas na altura em que era dada a ordem “coelhos às tocas” as crianças já se

podiam deslocar de forma natural, impedindo assim que se registassem colisões entre elas. O carácter mais simples deste jogo levou a que tenha sido possível registar uma participação mais homogénea dentro do grupo de crianças, com todas a revelarem já um bom conhecimento das regras do jogo.

Uma das maiores preocupações em realizar este tipo de jogos e brincadeiras, para além do trabalho de desenvolvimento motor, que nestas idades é fundamental, era as de criar laços de amizade entre as crianças, algo que foi apontando numa das primeiras reuniões mantidas com a educadora cooperante, uma vez que a maioria das crianças nunca tinham convivido umas com as outras. Outro dos aspetos tidos em conta na planificação destas atividades de jogo prendeu-se com a necessidade de instituir regras e levar as crianças a conviver com elas, devido ao défice que as mesmas apresentavam no respeito pelos colegas, agentes de educação e pelas regras de funcionamento no espaço de sala de aula, algo que foi possível observar no início do estágio. Esta escolha é sustentada por Castro (2009, pp.99-100), que defende que devemos encarar

o jogo como um dos elementos culturais educativos capaz de visar a formação da personalidade e do nosso carácter – do carácter do ser humano no mundo, o mesmo é dizer, a formação da totalidade do seu ser. (...) o jogar ou o brincar fazem parte integrante da construção da nossa personalidade. Com ele aprendemos a disciplina, a coragem, a destreza, o oportunismo, o medo, a malícia, o divertimento, a justiça, o que é e quem é o outro.

Para finalizar esta aula, passou-se a um terceiro momento de realização de uma série de exercícios de alongamento, alguns deles com a componente de relaxamento. Uma particularidade deste momento foi o total desconhecimento por parte das crianças do que era e para que servia este tipo de atividade, pelo que foi explicado a sua importância e o seu intuito.

### **1.7. O estágio no Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

O presente ponto visa abordar e apresentar os contextos de estágio ao nível da do Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, mais concretamente a caracterização do meio envolvente da escola, da própria escola, do espaço físico onde decorreu o estágio (sala de atividades) e da turma. Posto isto, serão apresentados os objetivos definidos para o

estágio, assim como serão analisados exemplos de atividades levadas a cabo e com relevância para o tema do presente relatório.

### **1.7.1. Caraterização do meio envolvente**

A Escola B onde decorreu o estágio no 1.º Ciclo do Ensino Básico apresentava-se como um núcleo escolar que pertence à Unidade Orgânica da Escola Básica Integrada B. Esta situava-se no concelho de Ponta Delgada, numa das freguesias que se situam na periferia do centro histórico da cidade, num espaço geográfico de características suburbanas.

A freguesia em causa beneficiava de um grande património cultural e histórico, visto que englobava várias instituições importantes e de interesse para as aprendizagens e visitas dos alunos, tais como: o Mercado da Graça, o museu Carlos Machado e os seus três núcleos (Igreja do Colégio, Núcleo de Santa Bárbara e Convento de Santo André), a Universidade dos Açores, a Biblioteca Pública, a Igreja da freguesia, o Arquivo Regional, entre outros. Também podíamos encontrar algumas atividades económicas e serviços públicos, tais como: a Rádio Atlântida, a RTP açores, os bombeiros, veterinários, correios, etc. Em termos de espaços e instituições com potencial para a prática física, algo que vai ao encontro da temática do presente relatório de estágio, havia a destacar vários espaços verdes, tendo como exemplo o Parque Século XXI, o Parque Urbano ou o (Relvão). Em termos de infraestruturas e espaços desportivos destacavam-se o campo de futebol municipal Marquês Jácome Correia, o Campo de Ténis na Fajã de Cima, o Pavilhão da Universidade dos Açores, a piscina dos Bombeiros de Ponta Delgada ou ainda o complexo desportivo das Laranjeiras, por exemplo.

### **1.7.2. Caraterização da Escola**

A Escola B fazia parte da unidade orgânica da Escola Básica Integrada B, juntamente com outras 5 escolas do concelho de Ponta Delgada, e apresentava-se como um Escola Básica e Jardim de Infância. Além dos professores e educadores, titulares de turma, a escola possuía professores destacados para o Inglês e a Educação Física, bem como tinha professor de educação especial e professor de apoio educativo, responsáveis por acompanhar as crianças sinalizadas de todas as turmas. A escola, fisicamente, era composta por três edifícios: o edifício 1 e o edifício 2 eram do tipo Plano dos Centenários, enquanto que o edifício 3 é do tipo P3.

O edifício 1 (situado na frente da escola) possuía dois pisos, sendo estes constituídos por salas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a sala de professores e instalações sanitárias. O edifício 2 continha um piso e era constituído por um hall, uma sala de 1.º Ciclo do Ensino Básico (esta sala era especificamente maior do que as outras, estando preparada para receber alunos com necessidades educativas especiais), um refeitório, uma despensa e instalações sanitárias. O edifício 1 e o edifício 2 encontravam-se unidos por uma estrutura coberta recente que protegia os alunos quando as condições climáticas não permitiam que estivessem no exterior. O edifício 3 possuía exclusivamente um piso, sendo composto por um refeitório, um pequeno polivalente (no caso das condições climáticas não permitirem a realização das aulas de Educação Físicas no exterior), arrecadações, salas do 1.º Ciclo do EB e salas do Ensino Pré-Escolar, halls e instalações sanitárias. Este edifício só podia ser acedido através do exterior, não tendo uma ligação interior com os restantes edifícios.

Quanto ao espaço exterior, mais concretamente ao recreio escolar, era possível encontrar um campo de jogos com duas balizas sem redes, um parque infantil com baloiços e uma grande área de relvado inutilizável devido ao tamanho da relva e à falta de tratamento. Também podíamos encontrar os portões de entrada tanto na frente como na lateral da escola. De realçar que era por este portão lateral, eléctrico, que se processavam as saídas e entradas dos alunos para facilitar o controlo das mesmas. Os momentos de recreio eram sempre vigiados e as entradas e saídas da escola controladas, existindo mesmo áreas restritas para facilitar a supervisão por parte dos assistentes operacionais.

### **1.7.3. Caracterização da sala de aulas**

Descrevendo brevemente a sala de aula, nela podíamos encontrar vários cartazes, afixados nas paredes laterais, alusivos aos conteúdos explorados nas diferentes áreas curriculares. A sala também estava equipada com dois quadros (um para giz e outro para marcadores), catorze mesas, um computador, vinte e cinco cadeiras, um lavatório e dois armários. O espaço de leccionação possuía três janelas, numa das laterais, com cortinas brancas que deixavam passar muita claridade, o que dificultava, por vezes, a visualização de vídeos ou a projecção em diaporama. Os alunos encontravam-se dispostos em “U”, ou seja, a secretária do professor encontrava-se em frente aos quadros e as secretárias dos alunos estavam dispostas ao redor, como que

simulando um semicírculo à sua volta, o que facilitava a visualização da turma como um todo e uma melhor percepção de tudo o que se passava na sala de aula, algo que seria dificultado se as secretárias estivessem dispostas em filas, com alunos a taparem o ângulo de visão quer ao professor, quer aos colegas de turma. Uma das dificuldades que a sala nos apresentava era a falta de arrumação destinada aos alunos, uma vez que todos os livros, cadernos e outros materiais se encontravam empilhados em cima das suas mesas, o que era extremamente negativo e motivo de distração para alguns alunos.

Em termos de rotinas diárias a dinâmica era bastante simples, como é habitual nas escolas públicas do 1.º Ciclo: as aulas funcionavam das 9 horas às 15 horas, sendo que os alunos apenas se encontravam fora da sala de aula no intervalo da manhã, na hora de almoço e durante o horário da disciplina de Educação Física, sendo que as restantes atividades, como é no caso da disciplina de Inglês, funcionavam na sala destinada à turma. Uma das particularidades que influenciavam de forma negativa a dinâmica das aulas era o fluxo de pessoas que entravam e saíam da sala, sendo que tanto assistentes operacionais, professores ou administrativos interrompiam constantemente as atividades para tratar de assuntos pendentes. Esta realidade era também estendida aos alunos, quer os com acompanhamento da educação especial quer os do apoio educativo, que se encontravam em constante alternância entre a sala de aula e as salas previstas para o efeito.

#### **1.7.4. Caracterização da turma**

O estágio foi levado a cabo junto da turma do 4º ano, constituída por dezasseis crianças, sendo oito do sexo masculino e oito do sexo feminino, com idades compreendidas entre os nove e os onze anos de idade. É de referir que três destas crianças (que só frequentam o espaço físico da turma nos períodos depois do almoço), a nível de conteúdos das áreas disciplinares de Português, Matemática e Estudo do Meio se encontravam ao nível do primeiro ano do Ensino Básico, tendo assim um trabalho diferenciado nessas áreas e sendo acompanhados pela equipa de educação especial de acordo com o Currículo Especial Individualizado. Quanto aos restantes alunos, a maioria encontrava-se pela primeira vez no quarto ano, à exceção de dois alunos, que o estavam a repetir.

De realçar que esta turma apresentava algumas dificuldades a nível social, cognitivo e afetivo. Este facto refletia-se nas condições de apoio que a turma carecia,

pois mais de metade da turma necessitava de algum tipo de apoio, mais concretamente 10 alunos de apoio educativo, dois deles também com terapia de fala, além dos 3 já referidos que eram acompanhados pela educação especial.

De forma geral, a turma tinha um comportamento aceitável, sendo facilmente controlada. A nível de interesse e aplicação nas atividades propostas, existia muita disparidade no seio do grupo de alunos, uma vez que parte da turma reagia positivamente aos estímulos e participava de forma constante, sendo que existia um número considerável de alunos que apresentavam um baixo nível de concentração, de participação e de auto motivação para a aprendizagem.

A nível socioeconómico tratava-se de um grupo heterogéneo, sendo que a maioria provinha de famílias de um nível socioeconómico baixo. A maioria dos alunos tinha irmãos e pertenciam a famílias desestruturadas, ou seja, nem todas as crianças residiam com ambos os pais, outras nem com os pais residiam, havendo mesmo casos de crianças institucionalizadas. Realça-se que existia um número bastante significativo de alunos que beneficiavam da Ação Social Escolar.

Apesar de muitos dos alunos terem apoio educativo, os resultados continuaram a estar abaixo das expectativas, revelando falta de interesse e de empenho por parte dos alunos. Assim, e analisando globalmente a turma, esta apresentou mais dificuldades ao nível da Matemática e da Língua Portuguesa devido à falta de curiosidade e de interesse revelada. Ainda em termos comportamentais esta turma caracterizava-se por ser muito interativa, originando por vezes um clima um pouco confuso devido às constantes intervenções que os alunos faziam de forma desorganizada, pelo que foi necessário ordenar e trabalhar esse aspeto ao longo das intervenções.

O respeito pelo mediador do ensino e pelos mais velhos era algo que os alunos tinham bem assente na sua mente, o que contribuía para um ambiente de aprendizagem positivo, nesse aspeto. A turma revelou uma boa capacidade de resolução de conflitos na medida em que havia um clima de cumplicidade e de amizade.

#### **1.7.5. O Projeto Formativo Individual no Estágio em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

O estágio no 1.º Ciclo do Ensino Básico norteou-se por objetivos iniciais, pensados e construídos de forma a elaborar e submeter a aprovação o Projeto Formativo

Individual (PFI), através dos quais muitas das atividades foram idealizadas. Citando alguns desses objetivos, de uma forma geral, temos: o promover nos alunos a comunicação em espaço de sala de aula, dotando-os de formas de expressão mais conscientes e elaboradas. Este objetivo surgiu da dificuldade que os alunos demonstraram na expressão oral e no baixo nível de vocabulário apresentado; optar por práticas pedagógicas que estimulassem e dessem espaço à cooperação entre os alunos e a autonomia de cada um, de forma a que, por um lado, os alunos ultrapassem as suas dificuldades em grupo e pudessem comunicar, e por outro, conseguissem encontrar estratégias e ferramentas que evitassem a constante dependência do professor; promover o recurso ao raciocínio lógico dos alunos, levando a que estes sentissem a necessidade e tivessem a oportunidade de exprimir os seus raciocínios e revelando, conseqüentemente, as suas dificuldades e anseios; introduzir e levar os alunos a explorar novas modalidades desportivas.

Este último objetivo surgiu aquando do período de observação realizado no início do estágio, em que numa aula de Educação Física os alunos estavam a realizar um jogo tradicional bastante comum: o jogo do “mata”. No final do dia, foi feito de forma breve um levantamento das modalidades que os alunos já haviam experimentado até à data e os resultados não iam além das modalidades coletivas que são normalmente mais praticadas, como o futebol ou o voleibol.

#### **1.7.6. Atividades desenvolvidas em contexto do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Durante o estágio levado a cabo junto da turma do 4º ano foram colocadas em prática diferentes atividades ao longo do semestre, planificadas e construídas de acordo com o parecer da professora cooperante e sob a aprovação da orientadora, tendo sempre em conta, como já foi referido, os objetivos do estágio e o Programa do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Em comparação com o estágio no Pré-Escolar, existiu uma menor margem de manobra para o estagiário na escolha dos temas e conteúdos a explorar no 1.º Ciclo devido à necessidade de seguir o programa de ensino e, conseqüentemente, as áreas de atividade curricular nele contempladas.

**Quadro 2 - Atividades desenvolvidas em estágio no 1.º Ciclo do Ensino Básico**

Intervenção	Data	Áreas curriculares							
		Matemática	Educação Física	Expressão Dramática	Expressão Plástica	Expressão Musical	Português	Formação Pessoal e Social	Estudo do Meio
I	6,7 e 8 de março	X					X	X	X
II	20 a 24 de março	X	X		X		X	X	X
III	27, 28 e 29 de março	X	X	X			X		X
IV	2 a 5 de maio	X	X		X		X		X
V	15, 16 e 17 de maio	X					X	X	X
VI	29, 30 e 31 de maio	X	X				X	X	X

Na planificação e preparação das intervenções no âmbito do estágio no 1.º Ciclo existia à partida um determinado número de conteúdos a explorar e atividades definidas pela professora cooperante, pelo que foi necessário recorrer a uma “boa gestão” para explorar outras áreas. Como podemos verificar, as áreas de Português, Matemática e Estudo do Meio estavam sempre contempladas nas intervenções, além da área da Cidadania que era transversal às atividades exploradas em todas as áreas. Já no que à Educação Física diz respeito, houve uma boa abertura por parte da professora cooperante em alargar o número de horas previstas para o efeito, uma vez que a turma já tinha as horas da disciplina definidas para serem lecionadas por um professor especialista. Atendendo à necessidade de o estagiário explorar algumas atividades no seguimento do tema do presente relatório de estágio foi possível levar a cabo algumas iniciativas na Educação Física, como é possível verificar no quadro anterior. Já quanto à leção nas Expressões Artísticas, estas viram o seu espaço reduzido pelo que apenas foram exploradas esporadicamente, aquando do assinalar de algumas efemérides de importância reconhecida, como por exemplo no “Dia da mãe” ou da época Pascoal.

Quanto ao tipo de atividades postas em prática, há a realçar as situações de trabalho de grupo ou a pares, estratégia levada a cabo em diversas situações e escolhida tendo em conta as características da turma. Uma das razões para tal teve que ver com o facto de existir uma grande discrepância no nível de aprendizagem e participação entre os alunos, pelo que houve uma tentativa de apostar no trabalho colaborativo para fazer face a essa situação. Além disso, houve também uma tentativa de inserir o trabalho investigativo na exploração de conteúdos das áreas curriculares do Português, Matemática e Estudo do Meio, numa tentativa de criar hábitos e levar os alunos a sentirem a motivação para investirem mais acerca de determinado tema. Isto verificou-se tanto a nível do trabalho de grupo como no trabalho autónomo, sob a forma de trabalho de casa, por exemplo.

Por fim, há a destacar também algumas condicionantes da componente avaliativa dos alunos, que se prenderam com o fraco recurso à avaliação, por motivos que se prenderam com a duração do período de prática supervisionada ser curto e haver pouco tempo de lecionação ao dispor do par pedagógico e da própria cooperante. Resultado disto, os períodos de avaliação sumativa foram integrados em duas alturas distintas do estágio, coincidindo sempre com as intervenções do estagiário, de forma que reduziu um pouco também o número de horas a explorar pelo mesmo.

De seguida serão apresentadas, de forma mais detalhada, algumas atividades levadas a cabo, relacionadas com a temática do relatório de estágio e que consideramos que tiveram impacto muito positivo no estágio em geral.

### **1.7.7. Atividade 1: *Kickboxing***

Na sequência da tentativa da introdução e exploração de atividades físicas e/ou desportivas diversificadas e alternativas, surgiu a oportunidade de trazer à escola, e ao espaço da Educação Física mais concretamente, um instrutor altamente graduado na modalidade de, que numa primeira fase teve à sua responsabilidade de dar a conhecer, entre outras coisas, o funcionamento do *kickboxing* e abordar temas transversais a este desporto de combate. A escolha da atividade recaiu sobre o *kickboxing* na medida em que, por um lado, é um desporto pouco abordado e do qual os alunos quase nada conheciam e, por outro lado, permitiu tocar, de forma paralela, em temas importantes como o respeito pelo outro e a sua integridade física, o *bullying* nas escolas e as técnicas de autodefesa. Além destas razões, os desportos de luta têm vindo a ser cada vez mais

introduzidos nas práticas físicas, uma vez que a sua essência lúdica e a sua vertente de luta corporal e de perseguição carregam uma certa magia de marcialidade que atrai bastantes crianças e jovens, quer seduzidos por filmes, jogos ou desenhos animados.

A prática de desportos de combate, com a devida orientação e preocupação em delinear os limites da agressividade, pode ser uma excelente forma de alargar os horizontes dos alunos no que diz respeito à prática diversificada da Educação Física, ao mesmo tempo que permite ter uma abordagem curricular sob a perspectiva de resolução de problemas como o respeito pelo outro, o controlo da violência física e questões de segregação, da estimulação da auto estima ou até da meditação e raciocínio (inerentes à prática das artes marciais orientais) e consequentemente do nível de atenção e concentração em situações de exercitação corporal.

O *kickboxing* enquanto modalidade que oscila entre as artes marciais e o desporto de combate, ambos vistos como prática física e disciplinadora, pondo de parte a sua vertente competitiva e agressiva, pode ser uma boa ferramenta para combater a violência gratuita e os casos de *bullying* que cada vez mais têm incidência nas nossas escolas, uma vez que os praticantes são desde cedo instruídos a não praticar qualquer ato de violência fora do espaço da modalidade e têm um maior controlo da sua agressividade e impulsividade.

Posto isto, a iniciativa de explorar o *kickboxing* fundamenta-se, por um lado, no Programa do 1.º Ciclo do Ensino Básico, nas vertentes de movimento e combinação de movimentos, no equilíbrio, na flexibilidade, no controlo de postura, no controlo da orientação espacial, no ritmo e na resistência, e por outro lado, na possibilidade de abordar e explorar as componentes de Formação Pessoal e Social já referidas.

Capacidades/competências a desenvolver nos alunos:

- Conhecer a modalidade e as suas categorias;
- Explorar os materiais e equipamentos a utilizar no *kickboxing*;
- Reconhecer e executar os movimentos básicos do *kickboxing*;
- Perceber e praticar o *kickboxing* como forma de descoberta do corpo e compreender a importância do respeito pela própria integridade física e a dos outros.

- Apoderar-se de técnicas de autodefesa, como forma de se proteger e defender em situações limite, que porventura poderão surgir no dia a dia;

As atividades levadas a cabo dividiram-se em 3 fases:

### **I.**

- Enquadramento da modalidade e dos materiais a utilizar;
- Momento de sensibilização aos alunos, abordando o tema da violência e do *bullying*

### **II.**

- Aquecimento com apropriação das técnicas simples do *kickboxing*;
- Exploração dos materiais com aplicação das técnicas;
- Combinação de movimentos e técnicas do *kickboxing*;

### **III.**

- Demonstração de técnicas de autodefesa.

Na Fase I, a atividade decorreu no pequeno polidesportivo da escola e iniciou-se com um momento de interação entre o instrutor de *kickboxing* e as crianças, onde a modalidade foi analisada e apresentada, assim como os materiais utilizados na sua prática e o seu funcionamento/regras em termos de modalidade desportiva e competitiva. Ainda neste primeiro momento, através do diálogo realizado com as crianças (fig. 7), foi levada a cabo uma pequena sensibilização acerca de temas como a violência na escola e o *bullying*, tentando fazer com que os alunos percebessem que, apesar de ser um desporto de combate, o *kickboxing* não tem apenas uma vertente de combate e agressiva e pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha vontade de o fazer, sem se ter que enveredar pela vertente competitiva. Entre os vários pontos abordados há a destacar o foco colocado em ideias como a diferença entre o *kickboxing* enquanto modalidade competitiva e o *kickboxing* enquanto desporto recreativo, o respeito pelos outros e pela integridade física dos atletas e a dissociação entre a modalidade e a violência gratuita. As crianças, ao longo desta fase, tiveram oportunidade de colocar as suas questões e dúvidas, as quais foram todas esclarecidas.



**Figura 7 - Momento de diálogo com os alunos.**

Na segunda fase (F.II) os alunos puderam passar a uma parte mais prática da atividade, com um primeiro momento a dizer respeito à etapa de aquecimento, onde para o efeito foram exemplificadas as técnicas e movimentos simples de forma repetitiva e rítmica, levando os alunos a exercitarem e repetirem os movimentos até atingirem um nível aceitável de execução. Foi curioso observar o nível de exigência física que o *kickboxing* envolve, com um simples aquecimento a elevar bastante os batimentos cardíacos e o cansaço das crianças e do próprio instrutor.

No momento seguinte foram criadas 2 estações, com um grupo de crianças cada, onde o instrutor e o estagiário seguravam os materiais (figura 8) de forma a que os alunos pudessem aplicar as técnicas e movimentos exercitados anteriormente, utilizando os membros superiores e inferiores. Numa fase mais avançada deste momento, foi possível começar a incluir mais que um movimento e criar combinações de movimentos para aplicar as técnicas nos materiais. Um momento de grande adrenalina onde as crianças descarregam muita da sua energia e que tem muito potencial em termos de controlo emocional e de libertar de um possível stress/frustração. Notou-se uma grande entrega e um enorme prazer dos alunos nesta tarefa o que resultou numa experiência muito divertida.



**Figura 8 - Aplicação das técnicas e exploração dos materiais.**

Para finalizar este momento, houve uma pequena simulação de mini combates (figura 9) entre os alunos e os dois orientadores desta atividade, a pedido dos primeiros, onde aqueles puderam aplicar alguns golpes e defender-se de outros de forma a perceberem de forma mais concreta como se desenrola a vertente competitiva do *kickboxing*, incluindo as saudações iniciais e finais entre os combatentes, numa clara alusão ao respeito pelo outro, valor intrínseco daquela modalidade.



**Figura 9 - Simulação de combates.**

Nesta última fase (F.III), os alunos tiveram a possibilidade de visualizarem e aprenderem alguns exemplos de técnicas de autodefesa (figura 10), após a explicação do seu intuito e da importância que é todas as pessoas saberem defender-se em situações do dia-a-dia em que se poderão encontrar ameaçadas e em perigo.



**Figura 10 - Exemplificação de técnicas de autodefesa.**

Nota: As atividades levadas a cabo aqui apresentadas tiveram seguimento numa altura posterior, em dois momentos distintos: uma aula de Educação Física em que foram exploradas as técnicas e movimentos ensinadas pelo instrutor, e onde cada criança criou a sua combinação de técnicas e movimentos e apresentou-a aos colegas de turma, com estes a exercitarem a mesma; uma construção de um cartaz de turma onde os alunos deram a conhecer um pouco da modalidade e das atividades que realizaram, concluindo com um apelo ao combate à violência e *bullying* escolar.

Este tipo de iniciativas levadas a cabo inserem-se, entre outros, nos objetivos de explorar novas modalidades e desportos que estivessem fora do raio de alcance dos alunos e mobilizar os meios à disposição no espaço exterior, colocando-os em prol das experiências vivenciadas pelas crianças. Pelo observado e pelo feedback recebido das crianças, estas são iniciativas muito significativas para os alunos, que fogem do que é comumente explorado e que fazem surgir um incremento de motivação para a prática de atividade física. Exemplo disso são dois casos de alunos, normalmente mais reservados e pouco interativos com os restantes colegas, que nas atividades referidas revelaram um maior à vontade e maior participação, além da maior aptidão ao nível do desempenho na modalidade, situação que não acontecia em modalidades coletivas que normalmente eram postas em prática em Educação Física, sendo sinalizados como pouco participativos e com baixo nível de desempenho.

Isto mostra-nos que a Educação Física tem, entre outras, uma grande capacidade aglomeradora e um efeito inclusivo sobre as crianças que deve ser cada vez mais explorado. Portanto, deve haver uma crescente sensibilização dos responsáveis por uma prática cada vez mais diversificada em termos de atividades, modalidades e espaços a utilizar.

### **1.7.8. Atividade 2: *Peddy papper***

A atividade

que de seguida iremos apresentar surge na sequência de um trabalho conjunto entre o par pedagógico e que visava implementar 2 atividades, cada com uma sequência lógica e com um tema em comum. No nosso caso, a atividade que aqui será exposta é um *peddy papper* que, entre outras coisas, visava consolidar e verificar as aprendizagens realizadas numa primeira atividade, nomeadamente uma visita de estudo efetuada a uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), da responsabilidade do par pedagógico.

O *peddy paper*, entre outras coisas, permite uma vasta possibilidade de atividades e dá a oportunidade ao professor de adaptar a sua execução consoante os objetivos que tem em mente. Para Silva (2011, p. 38) o *peddy paper* tanto pode ser usado: como atividade com o objetivo de fornecer conhecimentos prévios e estruturar aprendizagens seguintes, e neste caso antecederia outra atividade ou outro momento de aprendizagem; poderá ser posto em prática em paralelo com a abordagem de determinada temática, e neste caso teria o objetivo de alargar os conhecimentos através de uma estratégia diversificada; e pode ainda ser utilizado, como foi no caso da atividade aqui referida, após determinada atividade ou estudo de um qualquer conteúdo, permitindo consolidar ou avaliar as aprendizagens realizadas pelos alunos.

Outras das razões para a escolha do *peddy papper* foi a possibilidade de usufruir de um dos vários espaços que existem ao redor da escola, que visam a prática de atividades recreativas e físicas ao ar livre, e a ligação que a atividade permitiu criar entre o Estudo do Meio e a Educação Física.

Capacidades/competências a desenvolver nas crianças:

- Ser capaz de se orientar no espaço/ ter noção do espaço e identificar pontos de referência;
- Ter capacidade de cooperar com os colegas para atingir os objetivos em equipa;
- Ter preocupação em cumprir as regras e em seguir as instruções dadas;
- Ser capaz de mobilizar os conhecimentos e aprendizagens, realizadas na visita de estudo à ETAR de Ponta Delgada, para responder às perguntas que são colocadas ao longo da atividade;
- Ter noção do caráter competitivo da atividade e realizá-la no menor tempo possível;
- Realizar com destreza diversas habilidades motoras e técnicas para obter as pistas necessárias à continuação da atividade;

A atividade foi planeada de acordo com as seguintes fases:

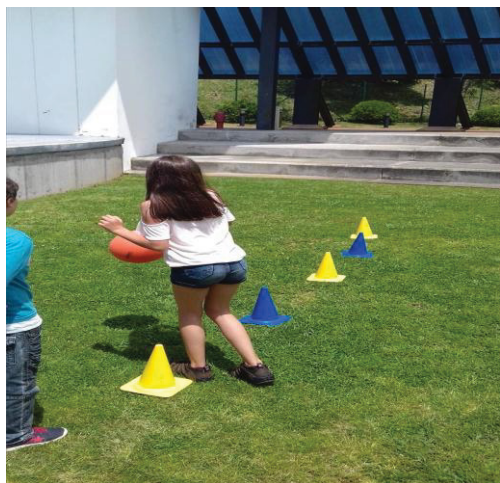
I. Realizar exercícios físicos de forma a obter pistas acerca da localização das perguntas a responder;

II. Encontrar, num determinado espaço, as perguntas de acordo com as pistas fornecidas, respondendo a cada uma delas na casa de partida.

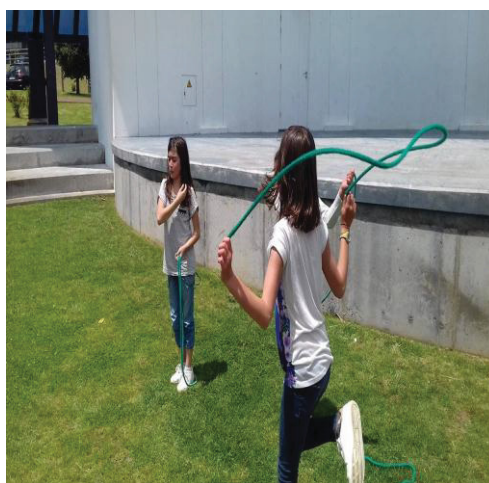
Na primeira fase, que se ia repetindo ao longo da atividade, os grupos de alunos formados previamente tinham que executar uma determinada ação (lançamento da bola ao alvo, saltos a pés juntos, driblar uma bola com as mãos contornando cones, saltar à corda ou saltar a um pé entre os arcos) de forma a obterem uma pista acerca da localização da pergunta a que deviam responder. Essa pista era fornecida mediante o desempenho em cada estação, quer a nível de destreza e de empenho. A cada pergunta encontrada, o grupo de alunos devia regressar à casa de partida e realizar outra estação de forma a dar sequência à atividade. Cada grupo de alunos iniciou a atividade numa determinada estação, onde cada aluno que compunha o grupo realizava a tarefa à vez, e com o decorrer do jogo iam rodando pelas estações de forma a executarem todas as cinco existentes.

No que diz respeito ao decorrer da fase das estações foi possível registar bastante afínco na sua realização, uma vez que só um bom desempenho permitia aos alunos

obterem a pista que desejavam. Foi possível também registar o constante incentivo entre os alunos na execução das tarefas, algo que demonstra o lado positivo deste tipo de atividades de caráter competitivo saudável.



**Figura 11 - driblar a bola.**



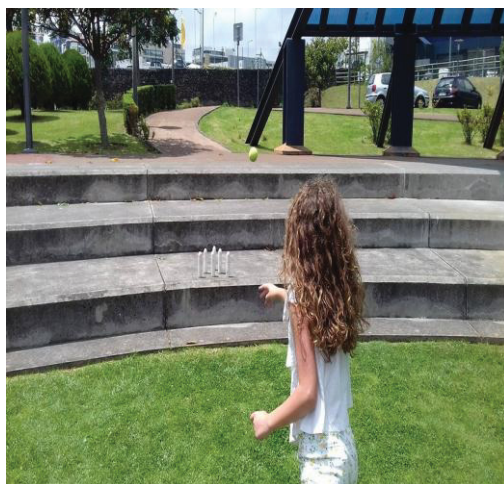
**Figura 12 - Saltar à corda.**



**Figura 13 - Saltar a um pé entre os arcos.**



**Figura 14 - Saltar a pés juntos.**



**Figura 15 - Lançar bola ao alvo.**

Na fase II, após realizar uma das estações presentes na fase I, a cada grupo de alunos era fornecida uma pista acerca da localização de uma pergunta, através da qual deviam circular pelo espaço definido na tentativa de a encontrar. Quando o conseguiam fazer com sucesso, deveriam decidir em grupo qual a resposta à pergunta e voltar à casa de partida para registar a sua resposta, iniciando assim uma nova jogada, repetindo o processo indicado na fase I e II.

Os alunos executaram a atividade com relativa facilidade, havendo uma ou outra pergunta que necessitou de mais tempo para ser encontrada. Foi possível verificar que alguns grupos definiram claramente uma estratégia, ao desdobrarem-se pelo espaço de forma a abrangerem uma maior área e conseguirem encontrar mais rapidamente as perguntas. Quanto ao resultado da atividade, os alunos, na sua maioria, revelaram uma boa consolidação das aprendizagens realizadas na visita de estudo à ETAR (um grupo acertou em todas as questões, três grupos falharam apenas uma questão e um grupo falhou duas questões).



**Figura 16 – Localização das perguntas.**

Estas atividades permitiram também ter uma visão do ponto de vista do desempenho do estagiário, visto que foi criada uma grelha de observação (anexo 1) que visava registar algumas componentes que focavam no trabalho e postura do mesmo. Ora, de uma forma geral, o estagiário revelou preocupação e um bom desempenho ao nível da explicação da atividade, do discurso e do *feedback* dado aos alunos. Também houve a preocupação do estagiário em ajudar os alunos com maiores dificuldades na fase I da atividade e no final foi possível verificar que a atividade havia sido planificada com uma dificuldade adequada aos praticantes e que houve uma gestão do tempo correta. Como aspetos a melhorar, há a registar duas situações: a dificuldade que teve em acompanhar a II fase da atividade de perto e em evitar as dispersões no espaço, algo que é justificável com as dimensões que a área da atividade contemplava e que à partida era previsível acontecer.

## **1.8. Considerações finais dos Estágios Pedagógicos**

De uma forma geral, os objetivos consagrados, tanto para a Educação Pré-Escolar como para o Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, foram atingidos com maior ou menor dificuldade, consoante os casos. Tanto no primeiro como no segundo estágio, existiram diversos fatores que contribuíram para que no final o balanço do desempenho do estagiário pudesse ser considerado positivo, nomeadamente o apoio prestado e o feedback recebido por parte das cooperantes, que em parâmetros como a comunicação e postura em sala de aula ou as dificuldades na construção e planificação das atividades tiveram um papel de relevo na missão do estagiário ultrapassar as dificuldades sentidas. A constante motivação e o lançamento de desafios semanais por parte da responsável pela orientação do estágio, de forma a elevar os níveis de desempenho com o passar das semanas foi outro fator que contribuiu para o efeito. Por fim, o constante contato direto e troca de experiências/ideias com o par pedagógico permitiu ter uma noção mais alargada em termos de possibilidades de atuação, o que é de destacar de igual forma.

No estágio da Educação Pré-Escolar há a realçar o papel que o estagiário teve na dinamização dos tempos de recreio, uma vez que era objetivo inicial explorar e fornecer às crianças uma panóplia de jogos e atividades que pudessem ser transpostas do espaço de sala de atividades para os seus tempos livres. No final do estágio, foi possível verificar que existia uma relação mais forte entre os colegas de turma e os tempos de recreio eram passados, na sua maioria, em grupo e a explorar jogos tradicionais ou danças de roda, algo que era recorrente ser explorado durante os momentos de Educação Física. Como fator negativo ficam as fracas condições em termos de espaços e materiais à disposição das crianças para explorarem outro tipo de atividades, no que à Educação Física diz respeito.

Já no que toca ao estágio no 1.º Ciclo, apesar de no primeiro estágio se ter verificado também, há a destacar a boa capacidade do estagiário na mobilização dos recursos à sua disposição, nomeadamente recursos humanos, trazendo à escola algumas pessoas que em determinados temas se revelaram mais valias nas aprendizagens realizadas pelos alunos, quer ao nível da exploração de espaços exteriores ao recinto escolar.

## **Capítulo 2 – Construindo uma Escola Promotora de Atividade Física**

### **2.1. Introdução**

No presente capítulo será apresentado, numa primeira parte, um enquadramento teórico acerca de questões relacionadas com a atividade física realizada na escola através da educação física e do desporto escolar, abordando-as a partir do enquadramento legislativo. Numa fase posterior, será apresentado o processo metodológico levado a cabo no estudo realizado, como é o caso dos procedimentos de recolha e análise de dados e da apresentação e análise dos resultados. O capítulo será finalizando com as considerações finais do estudo, onde será realizado um balanço do ensaio e proposta uma sugestão de projeto educativo baseado no apoio recíproco entre instituições/ serviços desportivos e comunidade escolar.

No que toca à prática física e desportiva na infância, será, numa primeira fase, abordado o tema tendo em conta as políticas definidas na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Lei de Bases da Atividade Física e Desporto Escolar, que dizem respeito às diretrizes que norteiam as escolas a nível nacional. Numa fase posterior será dado destaque às políticas existentes na Região Autónoma dos Açores (RAA), nomeadamente através da Direção Regional do Desporto (DRD) sob o ponto de vista da influência que aquelas têm sobre as práticas físicas e desportivas nas escolas.

Outro dos pontos que será aqui alvo de reflexão tem que ver com a posição que a Educação Física ocupa em termos de área curricular e que orientações existem, pelas quais as escolas se regem, nomeadamente através dos Programas Curriculares do 1.º Ciclo e das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE). Será também dado lugar a uma fundamentação sobre a importância dos recreios e do Desporto Escolar (DE) enquanto espaços promotores de atividade física relevante nas escolas, incidindo no Projeto das Escolinhas do Desporto como sendo um dos projetos com maior relevância na RAA.

### **2.2. Políticas educativas para a prática física e desportiva na infância**

A lei de bases do Sistema Educativo português consagra na sua estrutura toda a organização, incluindo princípios gerais e organizacionais da educação, bem como os objetivos a atingir com a sua aplicação nos estabelecimentos de ensino.

As diretrizes que o documento Lei n.º 46/86 de 14 de outubro engloba, para além de muitas outras coisas, apontam claramente para os deveres e responsabilidades do Estado na promoção de um ensino o mais abrangente e justo possível, bem como para os direitos dos portugueses no acesso ao ensino e na igualdade de oportunidades para todos, sem discriminação de estados e visando o sucesso comum de todos os visados. Há a destacar a evidente preocupação em garantir a todos o direito à liberdade de aprender e ensinar, não olhando a diferenças culturais, religiosas, ou qualquer outra característica individual.

A lei de bases do Sistema Educativo prevê ainda responder às necessidades de cada um de acordo com as realidades sociais, contribuindo para o “desenvolvimento harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana do trabalho”. De forma mais concreta, é objetivo responder a questões centrais como: a promoção do espírito democrático e do diálogo, assegurar uma formação cívica, moral e o direito à diferença, desenvolver a capacidade para o trabalho e uma formação específica, contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, descentralizar e diversificar as estruturas e ações educativas, contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento local e regional e assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, só para citar alguns.

Já no que concerne ao campo da atividade física propriamente dita podemos destacar, ao nível do ensino básico e de acordo com o artigo 7.º, o seguinte: “é objetivo do ensino básico proporcionar o desenvolvimento físico e motor (...) de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão e estimulando aptidões nesses domínios”. Já no artigo 48.º e que diz respeito à ocupação dos tempos livre e ao desporto escolar, é de realçar alguns pontos:

1- As atividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por ações orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres;

2- As atividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade;

3- As atividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser iniciativa de cada escola ou grupo de escolas;

4- As atividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação;

5- O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Outro dos aspetos que é passível de ser referido, e que é objeto de reflexão neste estudo, tem que ver com o artigo 55.<sup>a</sup>, acerca da articulação com a rede escolar, e que nos diz que “os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objetivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar”, prevendo que “no alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspetiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade”. Estas diretrizes enquadram-se no presente trabalho devido à importância no estabelecimento de protocolos com entidades exteriores ao recinto escolar e que possam contribuir para uma prática de qualidade da atividade física e desportiva por parte dos alunos, algo que será abordado mais à frente neste estudo.

Na verdade, a Prática Física e Desportiva desde cedo veem a sua importância prevista nos regulamentos e estatutos do sistema educativo português, tendo vindo a ganhar cada vez mais o seu espaço, tanto como área curricular ou extracurricular. Pese embora as constantes reivindicações que os responsáveis pela área da Educação Física vão constantemente trazendo para a discussão, devido a uma necessidade intrínseca de atualização e procura pela melhoria da oferta, quer de forma quantitativa ou qualitativa às crianças e jovens, no que toca a infraestruturas, materiais e recursos humanos, a verdade é que podemos considerar o nosso país desperto e virado para a importância da educação a nível das vertentes físicas e motoras dos seus educandos.

Tomando por base o documento Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro, respeitante à Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, podemos aferir mais concretamente a ideia que “todos têm direito à atividade física e desportiva”, independentemente das suas condições físicas e socioeconómica” (artigo 3.º). Já no artigo 28.º, que diz respeito aos estabelecimentos de educação e ensino, há a retirar duas ideias chave:

1- A educação física e o desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura.

2- As actividades desportivas escolares devem valorizar a participação e o envolvimento dos jovens, dos pais e encarregados de educação e das autarquias locais na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

Outras das componentes contempladas e que têm expressividade no quotidiano da atividade física dos alunos do sistema educativo português, e nomeando apenas algumas, são os jogos tradicionais (artigo 30.º) e o desporto na natureza (artigo 31.º).

Embora seja visível na legislação a importância da Prática Física e Desportiva oferecida em Portugal, nem sempre essa prática é garantida equitativamente nas escolas. Exemplo disso são as práticas facultativas mencionadas no Decreto Lei 139/ 2012, que define os princípios orientadores da organização e gestão curricular para os ensinos básico e secundário, refere no art.º14 - as atividades de enriquecimento do currículo. Estas práticas, onde se incluem atividades desportivas e lúdicas para o 1.º ciclo, embora sendo importantes como devendo fazer parte do projeto educativo de escola não são acedidas por todas as crianças. É interessante, mas árduo, constatar que a nível Nacional as autarquias em colaboração com o Ministério da Educação substituem-se muitas vezes à escolas na implementação destas atividades. (Constantino, 1994, p. 20)

### **2.2.1. Políticas e orgânicas desportivas a nível regional**

Passando a uma análise da legislação da prática da atividade física e desportiva na Região Autónoma dos Açores, podemos ver que um dos pontos apresentados no documento da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, respeitante à coesão e continuidade territorial, aponta para a “necessidade de corrigir os desequilíbrios

originados pelo afastamento e pela insularidade, por forma a garantir a participação dos praticantes e dos clubes das Regiões Autónomas nas competições desportivas de âmbito nacional” (artigo 4.º). Já no artigo 5.º, respeitante aos princípios da coordenação, da descentralização e da colaboração, há referência aos seguintes pontos:

1- O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respectivas intervenções que se repercutem, directa ou indirectamente, no desenvolvimento da actividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências.

2- O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que actuam nestas áreas.

Como podemos constatar, são várias as referências feitas à necessidade dos agentes responsáveis pelas áreas da atividade física e desportiva em levar a cabo protocolos, acordos e colaborações, na medida do possível e nas áreas que assim o exijam, com diversas entidades, que podem acrescentar valor às vivências dos praticantes, acarretando consigo um incremento à experiência e à diversidade da prática colocada à disposição dos mesmos.

De facto, é missão das autarquias locais e entidade competentes a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúdes dos cidadãos, criando programas que visem criar espaços públicos aptos para a atividade física, incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos, bem como a adoção de estilos de vida ativa e promover a conciliação da atividade física com a vida pessoal, familiar e profissional.

A Direção Regional do Desporto (DRD) dos Açores tem vindo a desempenhar um papel fundamental na dinamização do desporto açoriano, inclusive do desporto escolar que iremos mais à frente abordar. Enquanto órgão tutelar da área, é missão da DRD assegurar a execução da política definida para o desporto, concebendo, coordenando e apoiando as atividades no âmbito do sistema desportivo, incluindo as

atividades físicas e desportivas e as do desporto escolar, visando a generalização da prática desportiva da população açoriana.

Na sua estrutura orgânica, a DRD engloba diversas unidades:

- A Direção de Serviços do Desenvolvimento Desportivo, à qual compete, entre outras, propor e coordenar a concessão de participações financeiras à organização de eventos desportivos e estabelecer contactos com as estruturas do associativismo desportivo e entidades oficiais, tendo em vista a melhoria das ações a desenvolver;
- A Divisão de Formação e Promoção Desportiva, que é responsável, entre outras coisas, por assegurar a coordenação das atividades de formação de recursos humanos e de promoção desportiva;
- Divisão do Desporto Federado, que está encarregue de aspetos como é o exemplo do incentivo e apoio às atividades desportivas no âmbito do associativismo desportivo, incluindo as adaptadas;
- Serviços de Desporto, que é o órgão responsável pela sua dinamização do Desporto Escolar e está incumbido da gestão das instalações desportivas integradas no Parque desportivo de cada ilha.

De forma a dar uma visão do atual estado do desporto regional, apresentamos alguns dados apresentados pela DRD (in portal do Governo dos Açores) onde podemos perceber que os Açores têm a maior taxa de participação absoluta (relação entre o número de atletas federados e o número total da população) nas provas federadas a nível nacional, com um registo de 9,5%, comparativamente com o continente português, que tem uma taxa de 5%, e com a Madeira, cuja taxa é de 6%. De acordo com os dados referentes à demografia associativa das épocas desportivas 2015-16 ou 2016, divulgados recentemente pela DRD, a taxa de participação desportiva absoluta mantém-se acima dos 9% desde 2009. Em 2016, os Açores registaram 23.432 atletas federados, o que significa um acréscimo de 365 atletas em relação ao ano anterior. Do total global de atletas federados em 2016, competiram 16.374 em masculinos (69,88%) e 7.058 em femininos (30,12%), num universo de 40 modalidades, sendo que os escalões de formação representam a larga maioria, com 76,4% dos atletas federados, perfazendo um total de 17.918.

### **2.2.2. A Educação Física para a Infância: uma prática de AF no currículo escolar**

Tal como é referido no Programa Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a faixa etária que corresponde ao “período crítico” de desenvolvimento das capacidades físicas e motoras das crianças corresponde, e fazendo referência ao seu limite máximo, ao final do 1.º Ciclo, ou seja, entre os 10/11 anos. Uma má prática, em termos de hábitos de vida relacionados com a atividade física e saúde, até esta fase de desenvolvimento das crianças poderá resultar em falta de capacidades que poderão vir a revelar-se “irremediáveis”. A importância da área da Expressão e Educação Físico-Motora (designação da EF no 1.º ciclo) é expressa no documento na medida em que

o desenvolvimento físico da criança atinge estádios qualitativos que precedem o desenvolvimento cognitivo e social. Assim, a actividade física educativa oferece aos alunos experiências concretas, necessárias às abstracções e operações cognitivas inscritas nos Programas doutras Áreas, preparando os alunos para a sua abordagem ou aplicação (2005, pp. 35).

Outro dos fatores que nos mostra que a Educação Física aufere uma grande importância nos tempos que correm ao nível da escola tem que ver com a capacidade que as crianças têm, através dela, de criar laços vinculativos à própria escola, fazendo com que se integrem e se adaptem de forma mais rápida e eficaz, devido ao contraste com a sala de aula. Cremos que a Educação Física fornece as condições ideais para a interação entre as crianças. “Nesse contraste, restabelece-se o equilíbrio das experiências escolares, aproximando-as do ritmo e estilo da atividade própria da infância, tornando a escola e o ensino mais apetecíveis”. (pp. 35)

Um dos aspetos mais importantes a ter em conta na aplicação do currículo da Educação Física, e fugindo um pouco à ideia do “perfeccionismo” ou da procura de um desempenho o mais competitivo possível nas atividades desenvolvidas (sem tirar importância a essa componente), é a continuidade e a regularidade. Isto porque é através dessas práticas que iremos incutir nas nossas crianças os hábitos saudáveis que tanto são apregoados. Só através de uma prática física regular e que tenha uma sequência lógica na sua evolução, quer a nível de exigência (objetivos) quer ao nível das experiências (atividades), é que poderemos criar os hábitos que irão certamente acompanhar as crianças nas fases seguintes do seu desenvolvimento enquanto humano.

Em termos de objetivos contemplados no currículo da Educação Física no 1.º ciclo da educação básica, e que são comuns a todos os blocos, podemos identificar:

1. Elevar o nível funcional das capacidades condicionais e coordenativas:

- Resistência Geral; Velocidade de Reacção simples e complexa de Execução de acções motoras básicas, e de Deslocamento; Flexibilidade; Controlo de postura; Equilíbrio dinâmico em situações de «voo», de aceleração e de apoio instável e/ou limitado; Controlo da orientação espacial; Ritmo; Agilidade.

2. Cooperar com os companheiros nos jogos e exercícios, compreendendo e aplicando as regras combinadas na turma, bem como os princípios de cordialidade e respeito na relação com os colegas e o professor.

3. Participar, com empenho, no aperfeiçoamento da sua habilidade nos diferentes tipos de actividades, procurando realizar as acções adequadas com correcção e oportunidade.

Em termos da divisão do Programa Curricular em 8 blocos, consoante o tipo de atividade a desenvolver, temos:

- Bloco 1 – Perícias e Manipulações;
- Bloco 2 – Deslocamentos e Equilíbrios;
- Bloco 3 – Ginástica;
- Bloco 4 – Jogos;
- Bloco 5 – Patinagem;
- Bloco 6 – Atividades Rítmicas Expressivas;
- Bloco 7 – Percursos na Natureza;
- Bloco 8 – Natação.

É de realçar que por cada bloco são inúmeros os objetivos apresentados, sendo que estes estão sob a forma de competências a desenvolver, e as quais estão divididas por etapas, normalmente fazendo uma ponte de evolução entre o 1.º e 2.º anos e o 3.º e 4.º anos, de acordo com o nível de maturação das crianças e o grau de dificuldades das tarefas.

Passando agora a abordar o tema do ponto de vista da Educação Pré-Escolar, e de acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE), podemos também verificar que a Educação Física vê o seu espaço, em termos de domínio a desenvolver junto das crianças, salvaguardado.

Inserida na área de Expressão e Comunicação, a Educação Física é vista na Educação Pré-Escolar como um agente intermediário de ligação, através do corpo e movimento, entre a criança e o mundo, tendo uma grande influência em todo o processo de crescimento, a todos os níveis, e de aprendizagem. De uma forma global, a Educação Física possibilita à criança “um desenvolvimento progressivo da consciência e do domínio do seu corpo e, ainda, o prazer do movimento numa relação consigo própria, com o espaço, com os outros e com os objetos” (Silva, 2016. pp.43). De forma mais concreta, o documento orientador do currículo da Educação Pré-Escolar define “através experiências e oportunidades desafiantes e diversificadas” os seguintes objetivos para as crianças:

- Conhecer e usar melhor o seu corpo;
- Participar em formas de cooperação e competição saudável;
- Seguir regras para agir em conjunto;
- Organizar-se para atingir um fim comum aceitando e ultrapassando as dificuldades e os insucessos. (Ibidem, pp.44)

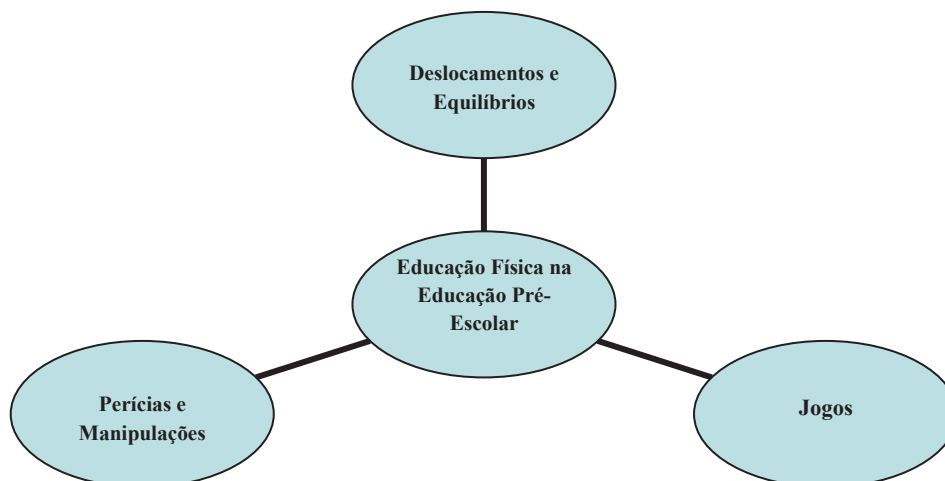
Outra das características que estão subjacentes à Educação Física na Educação Pré-Escolar é a proximidade e a interligação com as restantes áreas e domínios, como por exemplo com o Conhecimento do Mundo no contato com a natureza, com a Linguagem Oral na identificação e designação das diferentes partes do corpo ou com a Matemática na representação e orientação no espaço. E é pegando na variável do espaço que a discussão e estudo do presente relatório de estágio ganha maior sentido, uma vez que nas OCEPE está bem patente que a Educação Física deve

apoiar-se em materiais existentes na sala e no espaço exterior (recreio, parques infantis, matas, etc.) ou ter lugar em espaços apetrechados para o efeito (ginásios). Os diferentes espaços têm potencialidades próprias, cabendo ao/à educador/a tirar partido de contextos, situações e materiais (destinados à educação física, naturais e reutilizáveis) que permitam diversificar e enriquecer as oportunidades específicas de atividade motora. (Ibidem, pp.44).

Muito do que é a aplicação da Educação Física no Pré-Escolar socorre-se dos jogos com regras que são uma excelente e completa forma de “desenvolvimento da

coordenação motora e de socialização, de compreensão e aceitação das regras e de alargamento da linguagem, proporcionando, ainda, uma atividade agradável que dá prazer às crianças (Ibidem, pp. 44)

O processo de aprendizagem da EF na educação pré-escolar (EPE), orienta-se pela implementação de atividades em três vertentes distintas:



**Esquema 1 - Organização dos conteúdos da Educação Física na EPE.**

Os Deslocamentos e Equilíbrios dizem respeito à ação da criança sobre si própria e sobre o seu corpo em movimento e prevê dominar movimentos que implicam deslocamentos e equilíbrios como: trepar, correr, saltitar, deslizar, rodopiar, saltar a pés juntos ou num só pé, saltar sobre obstáculos, baloiçar, rastejar e rolar.

As Perícias e Manipulações englobam mais uma componente de ação da criança sobre os objetos e visam controlar movimentos como: lançar, receber, pontapear, lançar em precisão, transportar, driblar e agarrar.

Já os Jogos vão mais ao encontro do desenvolvimento da criança nas relações sociais em atividades com os seus parceiros e, como já foi referido, leva-nos para situações de cooperação em situações de jogo, seguindo orientações e regras.

A verdade é que uma prática física apenas baseada na componente curricular, nomeadamente nas aulas de Educação Física, será insuficiente para que seja considerada uma oferta diversificada e regular para os alunos. É neste contexto que as atividades

extracurriculares ganham uma importância significativa para um desenvolvimento mais concreto das crianças.

### **2.3. O Recreio e o Desporto Escolar: práticas de AF extracurriculares na escolar**

Longe vão os tempos em que nos recreios das escolas portuguesas se podiam observar as crianças a aprender jogos tradicionais e outras brincadeiras em grupo. Pereira, Pereira e Condessa (2016) afirmam mesmo que eram os adultos quem incentivavam e sugeriam a prática, fazendo com que houvesse uma cultura de recreio escolar, e que as próprias crianças, por vezes, pediam aos professores para realizarem atividades e jogos “no sentido de lhes facilitar a organização e o desenvolvimento do jogo (pp. 118). Hoje em dia a presença dos adultos nos recreios prende-se com o simples facto de haver a necessidade de supervisão dos espaços de forma a aumentar os níveis de segurança e resolver possíveis problemas que possam surgir, ficando as crianças entregues às suas vontades e sendo possível observar uma total ausência de brincadeiras estruturadas, se eliminarmos desta questão a bola de futebol e as balizas que estão praticamente sempre presentes. Hoje em dia o jogo da macaca foi substituído pelo telemóvel no recreio para enviar mensagens ou ouvir música, só para citar como um exemplo.

Os desafios das dificuldades de aprendizagem e a procura de maior sucesso académico levaram as escolas a reduzir os tempos de recreio, ocupando-o com mais atividades letivas. A maioria das escolas públicas portuguesas apenas vê contemplado no seu horário diário 30 minutos de tempo livre para as crianças poderem usar para as suas atividades/brincadeiras, além de uma hora de almoço que, mediante uma refeição efetuada em velocidade de cruzeiro, permite aproveitar algum tempo para o efeito.

Outro dos fatores que parece diminuir a qualidade do tempo de recreio das crianças, apesar dos investimentos ao nível do tamanho dos espaços de recreio, é a ausência de materiais de apoio que permitam às crianças outro tipo de atividades, algo que condiciona a sua atividade no espaço existente (Pereira, Pereira e Condessa, 2016).

O tempo passado em jogo ou atividade livre é essencial para o bem-estar da criança. Através dos jogos de movimento, a criança exercita a força muscular, o equilíbrio, a resistência, a flexibilidade e a coordenação. Portanto, a sua condição física

sai beneficiada. Do ponto de vista do rendimento académico, está provado que o tempo de recreio favorece a função cognitiva, com aumento do tempo de atenção e participação na aula e uma melhoria geral do comportamento. Do ponto de vista social e emocional, o recreio é fundamental para estabelecer relações com os colegas, construir e desenvolver amizades, aprender a resolver conflitos, a gerir as tensões interpessoais e a tornar-se resiliente.

No contexto do que aqui foi referido podemos encaixar o desporto escolar enquanto forma e estratégia de ultrapassar as carências das crianças ao nível da atividade física, quer no período letivo ou nos tempos livres em casa, apesar de não ter influência direta sobre a atividade livre de recreio das crianças. O desporto escolar, enquanto atividade extracurricular, permite aos alunos um primeiro contato com modalidades desportivas e visa, numa fase mais avançada, incorporar as crianças no desporto federado, estando assim montadas as bases para uma prática desportiva e física saudável que, idealmente, poderão ter continuidade no futuro dos jovens

O Desporto Escolar (DE) nos Açores contempla um conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo quando desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres dos alunos. Apesar de estar integrado nos planos de atividades das escolas, a participação é de cariz opcional e tem como público alvo todos os alunos abrangidos pelo sistema educativo e está sob supervisão técnico-pedagógica direta de docentes, dos diferentes estabelecimentos de ensino da RAA, habilitados para o efeito. O DE é gerido através da articulação entre as unidades orgânicas (escolas) e os órgãos responsáveis pelo sistema desportivo, a DRD, que atua em nome do Governo Regional dos Açores e está regulado por portaria da Direção Regional da Educação.

Podemos destacar 4 níveis de participação dos alunos no DE:

- As atividades Desportivas Escolares (ADE);
- Os Jogos Desportivos Escolares (JDE);
- Os Clubes Desportivos Escolares (CDE);
- A participação nas atividades do Desporto Escolar Nacional e Internacional (DEN).

De entre as iniciativas levadas a cabo no âmbito do DE, podemos realçar duas atividades distintas que são levadas a cabo no âmbito do projeto ProSucesso e em cooperação com a DRE e a DRD: o Corta-Mato Escolar e o Mega Sprinter/Mega Salto.

O Corta-Mato Escolar é uma iniciativa do Desporto Escolar Nacional, que, em cooperação com a Federação Portuguesa de Atletismo, a DRD adaptou os regulamentos à realidade da RAA em função da realidade geográfica e que visa aumentar a oferta de atividade física desportiva em meio escolar. Com uma grande abrangência em termos das faixas etárias dos participantes, os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico poderão participar nas fases escolares e posteriormente, mediante o desempenho, nas fases de ilha e regionais. No final são apurados os representantes da RAA para participar na fase nacional. Já no que toca ao Mega Sprinter e Mega Salto, as atividades funcionam exatamente nos mesmos moldes do Corta-Mato e visa também a captação de jovens talentos ao nível da velocidade e capacidade de salto para ingressarem no atletismo federado.

De uma forma geral, é notório o esforço em dinamizar o DE por parte das entidades competentes, mas a ideia que fica é que há ainda muito a fazer e muitas iniciativas poderão ser levadas a cabo devido ao grande potencial humano existente nas escolas, uma vez que há grande procura pelos encarregados de educação de atividades pós horário letivo, encargos de ocupar os tempos livres das crianças/ alunos com atividades relevantes.

### **2.3.1. Projeto Escolinhas do Desporto**

O projeto Escolinhas do Desporto visa contribuir para a criação de oportunidades de prática desportiva, para as crianças com idades correspondentes ao 1.º ciclo do Ensino Básico, permitindo-lhes um primeiro contato com uma prática organizada e regular.

Este projeto, destinado a crianças dos 6 aos 10 anos, vem sendo implementado na RAA desde o ano letivo de 2001/2002. As Escolinhas do Desporto funcionam em regime extracurricular, após o termo das aulas e no recinto escolar, e tem como objetivos “incentivar, desde cedo, à prática do desporto; reforçar a importância do desporto quer para o desenvolvimento global e harmonioso das crianças, quer como fator potenciador de um estilo de vida ativo e saudável”. (Condessa, 2015. pp 442).

Em 2013/14, ano que assinalou a maior evolução, este projeto registou um total de 6391 crianças participantes, distribuídas por 525 núcleos existentes nas escolas da RAA e um total de 16 modalidades diferentes, nas quais se inclui o xadrez, a escalada ou o badminton, apesar de grande percentagem dos participantes preferir as modalidades que iniciam os desportos coletivos mais tradicionais (futebol, basquetebol, voleibol e andebol). Cada núcleo tem um limite mínimo de 10 crianças e funciona durante pelo menos 8 meses, normalmente 2 vezes por semana com duração de 60 minutos cada. Existem ainda cerca de 5 eventos denominados “encontros” de diversos núcleos ao longo do período de duração das atividades, sendo que o encerramento das atividades contempla ainda um encontro de todos os núcleos numa grande concentração de atividades lúdicas, com pula-pulas, rappel, palhaços, etc. No ano letivo de 2016/2017 estiveram englobados neste projeto 6831 alunos, o que contribuiu para que cerca de 60% dos alunos inscritos no 1.º ciclo participassem nas Escolinhas do Desporto.

Existem três formas sob as quais os núcleos das Escolinhas do Desporto podem surgir: através dos clubes desportivos escolares (caso existam) ou da própria unidade orgânica, os clubes federados e ainda as associações de modalidades ou de desportos, sendo que cada uma destas entidades podem optar por implementar uma ou mais de quatro tipologias de atividades:

- Modalidades individuais;
- Modalidades coletivas;
- Atividades ao ar livre;
- Danças e atividades rítmicas expressivas.

Quanto aos requisitos que as entidades necessitam preencher para implementarem e serem beneficiários do projeto Escolinhas do Desporto, podemos destacar as seguintes:

- Desenvolver prioritariamente as atividades/modalidades nos espaços desportivos escolares ou em instalações próximas que possuam as condições mínimas para a sua prática;

- Possuir um técnico responsável devidamente qualificado, em presença permanente, garantir um mínimo de dez praticantes por cada núcleo, desenvolver as atividades de modo regular e sistemático por 8 meses, cumprir um horário semanal de no mínimo 60 minutos e organizar e/ou participar, no mínimo, em cinco convívios/encontros de núcleos.

Ao consultar a portaria n.º 140/2015 de 26 de outubro de 2015 da Secretaria Regional da Educação e Cultura, no regulamento do projeto, podemos verificar a existência de espaço para criação de parcerias com outras entidades (associações de pais, câmaras municipais, juntas de freguesia, associações e federações desportivas, etc.) no sentido de promover a aproximação da comunidade e apelando ao seu envolvimento de forma a enriquecer a qualidade das atividades levadas a cabo.

Naquele que é considerado um projeto pioneiro a nível nacional, é de realçar a adesão das crianças e a importância que tem ao nível da iniciação à prática física e desportiva organizada, sendo muitas vezes o primeiro contato que os alunos têm com uma prática regular de um determinado desporto e, ao mesmo tempo, uma oferta em termos de competição nos encontros de núcleos. Mas existem, em opinião pessoal, algumas componentes que podiam ser melhoradas no projeto. Por exemplo, são muitas vezes as associações e os técnicos por elas certificados que têm que procurar escolas que aceitem associar-se ao projeto, algo que é apontado no estudo de Condessa uma vez que “seria preferível que estes núcleos, inseridos no programa, fossem da iniciativa da própria escola e não das associações desportivas que incentivam e asseguram a sua existência” (2015, pp.444). No mesmo estudo é referido também algum descontentamento dos professores ou instrutores responsáveis com as condições ao nível de materiais e dos espaços destinados à implementação das atividades. (Ibidem, pp. 445).

#### **2.4. Metodologia do estudo**

No que diz respeito à metodologia do estudo, optámos por realizar uma investigação qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, por ser a mais adequada ao estudo em causa. Foi então realizada uma entrevista a um profissional de Educação Física e Desporto de um Serviços de Desporto de Ilha, um dos responsáveis pelo projeto Escolinhas do Desporto na RAA, no decorrer do ano de 2017. A entrevista foi

antecedida de um diálogo acerca do intuito do estudo e no qual foi dado a conhecer o consentimento informado (anexo 2), que foi assinado pelos intervenientes, bem como a garantia da total confidencialidade acerca da identificação do entrevistado e do uso único e exclusivo das suas declarações para os fins do estudo.

A escolha por este método de recolha de dados é justificada nas palavras de Ribeiro (2010, p. 66) que afirma que “o grande objectivo desta metodologia é compreender o significado do fenómeno em estudo, tomando uma perspectiva única dos indivíduos estudados e, no contexto onde ocorrem os fenómenos, permitindo considerar a complexidade dos fenómenos em estudo”, algo que nos pareceu ideal dado a experiência que o entrevistado nos poderia transmitir. Bogdan e Biklen (1994, p. 16) também se debruçam sobre o tema ao afirmar que neste tipo de opção “os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas”

Este método de recolha de dados permite aos entrevistados uma grande liberdade de resposta na medida em que uma das suas vantagens é ser flexível, permitindo aprofundar o tema da entrevista em função das respostas do entrevistado ao longo da mesma.

Para a realização da entrevista foi, numa primeira fase, construído um guião de questões com base nos objetivos formulados (anexo 3) e tendo já em mente o perfil do entrevistado e da sua valiosa contribuição, dado o seu conhecimento e envolvimento na área do estudo. Este tipo de entrevista, considerada semiestruturada, permite um maior apoio ao entrevistador e entrevistado ao longo da sua execução, sendo que, apesar de existir uma sequência lógica na ordem e tipo de questões, esta não tem que ser rigidamente seguida, podendo o caminho a ser seguido ser construído consoante o desenvolvimento da entrevista.

Devido à natureza do estudo, baseado num único testemunho, a análise realizada nunca nos permitirá concluir de forma a generalizar os resultados alcançados, mas apenas depreender sobre as políticas e práticas de atividade física e desportiva dos contextos próximos das nossas escolas de estágio.

## 2.5. Apresentação e análise da Entrevista

Passaremos agora a apresentar, de forma faseada, e em função dos nossos objetivos iniciais, as respostas dadas pelo entrevistado (P) às perguntas formuladas para cada um deles, bem como a análise dos temas abordados em cada questão.

**Objetivo 1** - Analisar as políticas ligadas à prática física e desportiva por que se regem as Escolas da RAA;

Quanto ao primeiro objetivo foram colocadas as seguintes questões:

- No âmbito das medidas implementadas nos últimos anos na Região Autónoma dos Açores (RAA) que influenciam diretamente o Desporto Escolar ou outra área da Educação Física, quais as que acha mais relevantes e com maior impacto, na população infanto-juvenil?

Numa primeira fase, o entrevistado refere-se ao “modelo dos contratos de apoio no âmbito do projeto da atividade de treino e competição dos escalões de formação”, que são os apoios financeiros que os clubes e outras entidades formadoras recebem para dinamizar toda a sua prática desportiva, e que são, hoje em dia, o principal alicerce para manter viável a aposta numa prática cada vez mais rica ao nível dos escalões de formação, nos quais estão incluídas crianças com idades compreendidas entre os 3/4 anos e os 19 anos.

Outra das medidas apontadas pelo entrevistado são a existência dos “clubes desportivos escolares, que se vão tornando cada vez mais frequentes em cada escola”. Os clubes desportivos escolares são criados dentro de cada unidade orgânica e geridos por elas, nos quais os alunos, em regime pós horário letivo, participam em treinos e estão inseridos em modelos competitivos, mas, ao invés de representarem um clube federado, estão em representação da sua escola. Apesar de ser uma medida recente, os clubes desportivos escolares vão surgindo com alguma regularidade em modalidades como o voleibol ou o basquetebol e poderão ser uma das medidas com grande impacto ao nível do desporto escolar e da atividade física na infância em geral.

O entrevistado aponta ainda para as medidas de longa data “que têm que ver com a cedência das instalações desportivas gratuitas a todo o movimento associativo desportivo. Temos o apoio direto que se faz ao movimento associativo desportivo,

vulgarmente reconhecido como as associações que depois enquadram, fazem os calendários, fazem as ações de formação, têm os centros de treinos (algumas) e as selecções, portanto tudo o que enquadra esse desporto jovem”. Por movimento associativo desportivo podemos considerar todas as associações das diferentes modalidades desportivas existentes na região, as quais gerem toda a organização que é referida pelo entrevistado, e que estão sob dependência direta dos Serviços de Desporto, nomeadamente no que às instalações desportivas diz respeito, o designado Parque Desportivo. De facto, a cedência das instalações desportivas são uma realidade bastante importante na RAA, uma vez que são poucos os clubes ou entidades que possuam recintos desportivos próprios, pelo que quase todo o desporto jovem está dependente da utilização dos espaços da responsabilidade dos Serviços de Desporto da região.

- A nível nacional, acha que houve alguma medida que tenha influência na RAA?

P: Talvez o facto de nós termos alguns calendários competitivos, nomeadamente ao nível das fases nacionais, que foram evoluindo ao longo dos anos... Nem sempre no sentido positivo, porque lembro que algumas modalidades e escalões de formação têm competições que permitem que, em vez de se fazer uma fase concentrada, se consiga que as equipas vão jogar em casa e fora possibilitando um maior contacto com a realidade exterior, mas ainda temos muitas Federações e muitas modalidades em que os campeonatos nacionais ou fases finais nacionais se fazem num fim de semana concentrado e isso é uma situação que carece de melhoria.

Quando desafiado a comentar o atual ponto de situação na Região, em comparação com a realidade do desporto jovem a nível nacional, em termos de nível competitivo e condições existentes, o entrevistado avança que

P: Há fatores que nos levam em alguns momentos a estar mais afastados, é verdade, nomeadamente a nível modalidades ditas coletivas. Não sei se estamos mais afastados, mas mais próximo não estamos, porque realmente no continente existe uma realidade geográfica muito diferente o que faz com que os quadros competitivos sejam muito mais alargados e havendo muito mais contacto e muito mais jogos, pelo que as nossas equipas dos escalões de formação dos desportos coletivos quando vão às fases finais têm muito mais dificuldade em competir e apresentar resultados desportivos.

Já no que toca ao desporto jovem nas modalidades individuais, o cenário apontado é diferente:

P: Nos desportos individuais, pontualmente, surgem realidades diferentes. Estou a lembrar-me do kickboxing, do ténis, da natação, da ginástica aeróbica, do judo... modalidades onde temos tido bons resultados a nível nacional. Portanto, nas modalidades individuais tem sido mais fácil esse aproximar da realidade nacional, mas nas modalidades coletivas estamos com mais dificuldades.

A verdade é que a realidade existente na RAA, em comparação com o restante território nacional, é completamente distinta. Desde logo, pelo número de praticantes envolvidos no desporto jovem, o que faz com que haja um menor leque de escolhas na região. E isso faz com que não haja tanta competitividade e, conseqüentemente, o grau de evolução e crescimento das modalidades é mais lento na região. Porque a verdade é que a prática leva à perfeição, ou pelo menos aproxima. E quanto maior é o grau de exigência e a quantidade de competições/encontros, maior é o nível de desempenho. Já nas modalidades individuais, a realidade é um pouco diferente, sendo que uma das razões para tal se verificar, em opinião pessoal, prende-se com o baixo custo de logística que é necessário para levar um número reduzido de atletas a competir fora da região com maior regularidade. Ao invés do que acontece nas modalidades coletivas, que, devido ao elevado número de atletas que compõe uma só equipa, acarreta muitos custos para a região conseguir colocar com uma regularidade aceitável as modalidades em competição fora da região. Por isso é que as modalidades individuais conseguem apresentar um bom nível de desempenho, comparativamente com o que é a realidade do território nacional. As questões demográficas também influenciam essa realidade, uma vez que, por exemplo, no continente uma equipa de futebol tem uma margem de recrutamento maior: para formar uma equipa de 20 atletas, poderá ter à disposição 100 crianças que demonstrem vontade de ingressar no clube, ao invés que na Região há um esforço muito grande para os clubes conseguirem preencher as vagas necessárias. Apesar de a taxa de participação dos jovens açorianos no desporto e na atividade física em geral ser elevada, o baixo número de praticantes em comparação com o continente faz com que haja essa diferença de nível competitivo.

**Objetivo 2** – Aprofundar a importância e influência da atividade física ao nível do desenvolvimento individual e social das crianças.

Para o presente objetivo foram colocadas as seguintes questões:

Nos últimos anos muito se tem discutido acerca do sedentarismo das crianças e do afastamento das mesmas em relação às atividades ao ar livre e aos desportos. Na sua opinião que fatores têm contribuído para essa situação se verificar e como se pode combater esta tendência?

P: Eu penso que o sedentarismo jovem tem muito que ver com as novas realidades. Um facto que vamos constatando é que cada vez menos os nossos jovens têm tempos livres por assim dizer. Tanto os pais, como os professores ou os treinadores, tudo o que são espaços temporais que há 20 anos atrás seriam espaços livres, hoje em dia são quem controlam esses espaços. Por exemplo, as crianças hoje em dia na escola mesmo que um professor falte eles são inseridos numa sala de aulas, muitos recreios foram pura e simplesmente eliminados. Eu vejo isto com uma certa preocupação. Depois temos também as novas tecnologias, que puxaram as crianças para algum sedentarismo, principalmente pelo facto de passarem demasiado tempo nas redes sociais (Facebook, Twitter, etc.). A verdade é que estamos com alguma dificuldade em alterar esses paradigmas, acho que é preciso pensar realmente bem naquilo que os jovens fazem nos seus tempos livres, é necessário puxá-los para as atividades ao ar livre e temos de ser nós, os responsáveis das diversas áreas (políticos, clubes e escolas, entre outros), a tomar medidas que possibilitem que eles tenham mais atividade física e atividade ao ar livre.

- Além disso, não acha que o problema também pode vir de casa? Talvez seja necessário alterar um pouco as mentalidades, principalmente dos pais que são aqueles que decidem o rumo que as crianças podem seguir.

P: Sim... Nós neste momento começamos a ter aqui duas realidades: os pais que se preocupam com a atividade física, que são cada vez em maior número, levando os “miúdos” para os treinos e jogos, tendo estes acessos a uma prática organizada e de qualidade; os pais que não têm essa preocupação devido a algum défice de cultura desportiva e em que os filhos ficam entregues a si próprios... e quando isto acontece os resultados não são muito bons. Portanto, começa a haver uma grande clivagem entre essas duas realidades e conseqüentemente a diferença entre estes dois grupos de jovens é muito grande. Mas também é verdade que se hoje em dia introduzirmos nos factores de sedentarismo o factor da alimentação a gravidade da situação é muito maior do que talvez as pessoas têm noção. Nós hoje em dia, mesmo ao nível de

crianças que estão inseridas nos treinos de qualquer modalidade, por vezes temos dificuldade em reduzir os níveis de obesidade. A carga horária que a maior parte dos clubes tem não é suficiente para fazer face aos chocolates, hambúrgueres, pizzas e refrigerantes que eles comem. Na minha opinião a situação é mesmo grave e é preciso olhar essa realidade com maior atenção do que aquela que a nossa sociedade em geral tem olhado. Não quer dizer que não se tenha feito algumas coisas, como por exemplo tirar o acesso aos refrigerantes com açúcar nas escolas, mas não é suficiente.

A realidade das crianças e jovens, no que toca aos fatores de sedentarismo é cada vez mais preocupante. Tal como afirma o entrevistado, as novas tecnologias e a alimentação são duas componentes que têm grande influência e para os quais é necessária uma maior atenção, definindo campos e estratégias de atuação, principalmente ao nível das escolas. As ações de sensibilização, junto das crianças das faixas etárias mais baixas, aliadas às práticas pedagógicas de educadores e professores são um dos caminhos a tomar no combate a estas novas realidades. Isto, com uma oferta ao nível da prática física e desportiva diversificada e estruturada, começando no espaço escolar, poderá inverter o rumo dos acontecimentos ou pelo menos ter algum impacto na redução dos factores de sedentarismo das crianças e jovens, uma vez que é desde cedo que se incutem os hábitos de vida saudável. Algo que é visível nas gerações de crianças que estão neste momento a surgir na adolescência e a chegar à fase adulta, onde podemos verificar que já são o espelho destes fatores porque foram, desde cedo, expostos aos mesmos. Por fim, há a destacar o papel dos pais: como o entrevistado refere, existe uma cultura desportiva e física que pode ou não estar no seio das famílias. Os encarregados de educação que estão despertos para essas realidades e que na sua infância/adolescência tiveram de alguma forma ligados à atividade física e/ou desporto, têm a preocupação de incutir a mesma mentalidade aos filhos. E isso é a chamada cultura desportiva. Nos casos onde isto não existe, é mais complicado e é preciso fazer um trabalho de fundo no despertar das mentalidades de pais e crianças.

- Para si, qual a importância que é dada à Educação Física nas escolas da RAA? E o que poderia ser melhorado?

P: Eu acho que a Educação Física na nossa região tem tido sempre um carinho e uma atenção especial por parte dos diferentes órgãos governamentais e, portanto, acho que tem um peso e uma importância significativa. Basta ver que a nossa região, comparativamente ao território continental português e com a Região Autónoma da

Madeira, a nível das estruturas da prática desportiva que as nossas escolas estão dotadas, tem um bom parque desportivo e que basicamente é utilizado pela Educação Física. Portanto, nesse aspeto estamos bem. Todos os alunos que estão inseridos no meio escolar têm acesso à Educação Física e mesmo no 1.º Ciclo já existe alguma prática, o que penso que é bom. O que acho que deveria ser melhorado ao nível escolar, não tem tanto que ver com a Educação Física, mas sim com a oferta de uma prática desportiva mais codificada e mais estruturada. Acho que os alunos e jovens quando estão inseridos no meio escolar não devem ter só acesso à parte curricular da Educação Física, mas também a uma oferta de qualidade a nível da prática desportiva. Acho que esse era o grande passo que deveria ser dado. Haver em cada escola um clube, mas um clube que estivesse integrado no desporto federado e codificado de maneira que os jovens pudessem ter uma prática desportiva enquadrada pelas associações, porque nós sabemos que as práticas desportivas enquadradas pelas associações e federações têm um nível de exigência e qualidade que tem um impacto muito grande ao nível do crescimento dos jovens. O primeiro acesso a um nível de esforço a que eles não estão habituados, um esforço físico, mental, de integração social com os colegas, regras diferentes. Tudo isso tem um impacto grande no crescimento dos jovens e qualquer pessoa que foi atleta tem noção da diferença entre um jovem que passou 10 anos num meio desportivo codificado e aqueles que não passaram, diferenças essas que ao nível cognitivo e comportamental são verdadeiramente díspares.

No que refere ao acesso das crianças e jovens à Educação Física o balanço é positivo uma vez que todas as escolas da região estão sob a regulação das políticas anteriormente referidas neste relatório. O entrevistado aponta mais uma vez para o Parque Desportivo à disposição das escolas, mas a verdade é que essas instalações apenas estão disponíveis para as escolas que se encontram ao redor das mesmas, existindo algumas escolas, que devido à sua localização, estão privadas de espaços adequados para uma prática relevante da Educação Física. Já no que concerne ao que poderia ser melhorado, o entrevistado aponta para a crescente necessidade de implementação dos clubes escolares em todas as escolas e a criação de uma prática mais orientada e estruturada. Na verdade, e em opinião pessoal, o caráter competitivo que seria dado à prática física nas escolas poderia trazer muitos benefícios. Mas para tal, seria necessário criar condições para que fosse possível colocar todas as escolas em pé de igualdade no que toca às condições que oferece aos seus alunos, a nível de

profissionais, espaços e materiais à disposição. Porque existe ainda uma grande disparidade quando comparamos determinadas escolas da região.

**Objetivo 3-** Perceber a importância da escola enquanto meio de promoção de práticas físicas e de saúde e desporto.

Quanto às questões colocadas neste ponto, temos:

- - Na Educação Pré-Escolar, por exemplo, existem turmas que não têm um professor de Educação Física destacado e no seu horário apenas vêm contemplado um período de 45 minutos para a Expressão Motora, à responsabilidade do educador titular. O que acha desta situação?

P: Acho que temos que evoluir nesse aspeto também. Apesar de aquilo que temos neste momento é muito melhor do que aquilo que existia no passado, e nesse aspeto a RAA tem dado passos importantes, mas temos de ser ambiciosos. As pessoas que fazem parte do desporto como nós nunca estão verdadeiramente satisfeitos e querem sempre ir mais além. Mas sim, penso que é importante as turmas do Pré-Escolar terem sempre um professor de Educação Física destacado e verem a carga horária equiparada a outras componentes de aprendizagem. Porque se a nível do 1.º Ciclo, e dos restantes níveis de ensino que lhe dão sequência, existe uma maior preocupação com as áreas curriculares como a Matemática, o Português, entre outras, sendo que a Educação Física infelizmente é vista como tendo uma importância secundária, na Educação Pré-Escolar não há razão para isso acontecer. Porque o que não falta são professores habilitados com horário disponível para o fazer, e isso verifica-se a nível da Educação Pré-Escolar de instituições ditas privadas, mas no Ensino Público há muito a fazer e a rever nesses aspetos. Nos Jardins de Infância é muito importante a atividade física e motora e é necessário que os Educadores e monitores de ATL's tenham cada vez mais essa sensibilidade e possibilitem às crianças situações de exploração do caminhar, do rastejar, do saltar, do trepar ou do escorregar. Fechar as crianças dentro de uma sala não é certamente o caminho e a verdade é que eles desde cedo quase que são “presos” dos seus movimentos. Não é que não haja bons exemplos, porque ainda vamos vendo aqui ou ali, mas, se formos ver em toda a escala qual é a realidade existente, a verdade é que muitas crianças não têm essa oportunidade de movimento, porque esse é um direito fundamental do ser humano e nós temos de olhar para ele com “olhos de ver”. Portanto, a nível do Pré-Escolar e dos Jardins de Infância há muito trabalho a fazer.

O entrevistado, neste ponto, refere uma situação extremamente importante. A Educação Física, nos níveis de ensino respeitantes ao 1.º Ciclo e aos ciclos que lhe seguem, vê a sua importância (carga horária e peso na avaliação, por exemplo) encurtada quando comparada com outras áreas curriculares, devido à sobrecarga horária e de conteúdos que necessitam de ser desenvolvidos. Mas na Educação Pré-Escolar o mesmo parece estar a acontecer sem que haja uma justificação para tal. Em fases tão prematuras do desenvolvimento, a Educação Física tem uma importância tão ou maior na medida em que as crianças se encontram numa fase de descoberta das suas capacidades físicas e motoras e há que dar espaço para que tal aconteça, sob pena de se limitar o natural desenvolver das suas aptidões. Apesar da necessidade de constante movimento das crianças e da dificuldade que muitos educadores afirmam em manter um grupo concentrado e sossegado no espaço de sala de atividades, continua a colocar-se a Educação Física num plano secundário. Tal é visível na falta de professores especializados destacados para muitas turmas do Pré-Escolar (existem algumas que o têm) e as cargas horárias previstas deixam muito a desejar. E é neste ponto que um educador, consciencializado para esses factores, pode marcar a diferença na gestão do tempo que é responsabilidade sua, empregando-o da forma que achar mais conveniente para os seus alunos.

- Antigamente a Educação Física era supervisionada pela Direção Regional da Educação Física e do Desporto. Atualmente compete à Direção Regional da Educação essa função. Qual a sua opinião e como avalia a articulação existentes entre estas para a melhoria da prática física nas escolas?

P: Eu percebo que a Educação Física tenha deixado de estar diretamente sob a alçada da DREFD porque na verdade ela é uma disciplina que tem o mesmo valor que as restantes. Mas existe muito ainda a fazer entre o relacionamento, como já aqui disse, do movimento associativo desportivo, de nós enquanto Serviços de Desporto e a Educação Física propriamente dita e aquilo que se faz nas escolas. Mas neste momento existem vários projetos que são de sucesso e já existem Há vários anos, por exemplo o nosso Desporto Escolar que engloba o Corta Mato escolar, os Mega Sprint e os Mega Saltos, isto na área do atletismo, que são projetos de “âncora” com um largo historial e são bons exemplos de relacionamento entre os Serviços de desporto da Direção Regional e a DRE. Temos também projetos onde apoiamos os clubes desportivos escolares de atividade física em geral e alguns estão contemplados na componente do movimento

associativo desportivo, que é aquilo que eu defendo, mas em mais larga escala. Mas indo mais ao encontro da tua pergunta, nós temos que olhar para a realidade escolar e da Educação Física e ver que estão lá os profissionais habilitados e formados, porque são eles que podem dar muito mais, indo mais além do que é a Educação Física apenas. A oferta dos clubes escolares pode ser cada vez mais dinamizada e pode cada vez mais evoluir em termos qualitativos.

Na opinião do entrevistado, a alteração que houve em termos da alteração do órgão decisório sobre a Educação Física uma vez que esta é uma área curricular, e do nosso ponto de vista bem, igualmente importante e deve estar sob alçada da DRE. Mas ao mesmo tempo aponta para o trabalho que há a fazer na coordenação entre estas entidades na melhoria daquilo que são as condições e os projetos que visem melhorar o Desporto Escolar e a atividade física em geral nas escolas. Isto apesar de existirem alguns bons exemplos do que se pode fazer, como já referimos neste relatório.

**Objetivo 4-** Conhecer os Recursos (Infraestruturas, Programas, Protocolos) existentes de apoio à prática física e desportiva no envolvimento da(s) escola(s) e na(s) própria(s) escola(s) de estágio;

- Onde posiciona as escolas no que concerne ao papel que estas têm, ou deviam ter, na criação de condições para os seus alunos terem acesso a práticas físicas relevantes e estimulantes?

P: Existe uma questão relacionada com os espaços livres das escolas, e estou a referir-me principalmente às do 1.º Ciclo, que são pobres para dizer a verdade. Nós temos escolas em que em muitas delas não existe um espaço verdadeiro coberto dedicado à prática desportiva ou se têm são limitados e com pouco material à disposição. Existem ainda aquelas que além de não terem isto, os espaços livres exteriores também não têm as características que nós gostaríamos. Acho que é importante dotar logo desde o início as escolas do 1.º Ciclo com esses espaços interiores e nos espaços exteriores colocar estações e materiais que possibilitem que os miúdos trabalhem a sua destreza motora.

Neste ponto o entrevistado, focando nas escolas do 1.º Ciclo, assume que existem escolas que estão um pouco atrasadas em relação ao que seria desejável em termos das condições oferecidas aos seus alunos para a prática física. Existem escolas, como o estagiário testemunhou na escola de estágio A, que não apresentam um espaço

interior verdadeiramente preparado para a atividade física e os seus espaços exteriores não estão pensados para que as crianças possam usufruir dele de forma a potencializar as suas capacidades. As atividades de recreio hoje em dia estão cada vez menos diversificadas e mais empobrecidas devido à falta de orientação dos espaços existentes e da degradação dos equipamentos existentes. A nível das escolas do 1.º Ciclo a realidade não é tão “cor de rosa” como se pensa, principalmente nas escolas que não são alvo de intervenções de fundo à largos períodos de tempo. Ao contrário das escolas mais recentes ou que foram alvo de intervenção, que já apresentam condições de qualidade acima da média.

- Na sua opinião, qual o papel da sociedade e das instituições que rodeiam as escolas no evoluir da prática desportiva e/ou física?

P: Tem uma influência muito grande. Nós, especialmente na sociedade açoriana, ainda somos vítimas de alguns mitos. O primeiro é a ideia que a prática desportiva influencia negativamente o rendimento escolar, apesar de estar provado cientificamente que o que acontece é que influencia positivamente. Eu que sou treinador, e costumo dar estes exemplos, no meu clube, no último ano, 5 jovens entraram no curso de Medicina no Ensino Superior. Estou a dizer isto, e repito muitas vezes, porque é um exemplo para os encarregados de educação. É possível ter uma prática desportiva codificada, com uma carga de treino de 10 horas semanais, e ter um nível de rendimento escolar de sucesso. Na minha opinião, as crianças que estão na prática desportiva, como têm que ser mais estruturados em termos mentais e têm que regular o seu tempo de estudo, rapidamente se tornam melhores do que crianças que não praticam qualquer atividade desportiva, mas que não estruturam os seus tempos de estudo. Como não têm método, desperdiçam muito mais o tempo. Mas os encarregados de educação têm que evoluir muito ainda em relação a esse aspeto. É preciso também, cada vez mais, evoluir ao nível da participação parental na prática desportiva. Não é só deixar os jovens nos locais, é preciso também acompanhá-los e perceber em que meios é que eles estão inseridos, é preciso perceber as suas dificuldades e apoiá-los, tanto ao nível dos seus tempos de estudos como também no relacionamento com os seus treinadores e colegas. Eu costumo dizer que a prática desportiva, muitas vezes, é o primeiro momento em que os “miúdos” lidam com o insucesso. A nossa sociedade tenta esconder os nossos jovens do insucesso e a prática

desportiva é o primeiro “embate” em que “eu” sou confrontado com crianças que são melhores que eu, por exemplo, e isso é muito importante na nossa sociedade.

Quando questionado sobre qual a melhor forma de lidar com esse tipo de situação, o entrevistado diz ainda:

Eu costumo dizer que na nossa sociedade quer fazer ver que todos os nossos “miúdos” nascem talentosos. Não há pai nenhum que tenha um filho e não o ache um talento desde criança, ou porque falou mais cedo, ou andou mais cedo. Estamos rodeados de talento, mas na cabeça dos pais, porque são crianças completamente normais, e para mim o principal talento hoje em dia é ser considerado normal (risos). Porque isso evita uma série de frustrações e a prática desportiva tem aí um papel a desempenhar, no relacionamento com o outro, fisicamente e em termos de rendimento, porque isso muitas vezes coloca-nos a nós próprios no ponto certo, portanto acho que isso é importante de perceber nos tempos que correm.

O entrevistado aponta aqui algumas questões pertinentes: primeiro, no que toca à ideia de que a prática desportiva e física influenciam negativamente o desempenho escolar. Na opinião do entrevistado isso é um mito, o que vai ao encontro do que pensámos sobre o assunto. Porque na verdade, o desenvolvimento motor ocorre em paralelo com as restantes áreas de desenvolvimento. E se há cruzamentos entre essas áreas, estes acontecem de forma positiva e não desta forma negativa que é referida. Porque na verdade, muitas componentes que são trabalhadas na atividade física têm impacto positivo nos campos cognitivos e das relações sociais das pessoas. O desporto e a atividade física, aplicados de forma regular e correta, permite desenvolver capacidades como a resiliência, capacidade de superação, capacidade de cooperação, entre outras, que poderão ser úteis nas restantes áreas curriculares. Isto, aliado ao que é referido pelo entrevistado como sendo a gestão dos tempos de estudo, faz com que a participação física e desportiva tenha uma influência positiva no rendimento escolar.

Outro dos aspetos focados pelo entrevistado remete-nos para o acompanhamento parental que as crianças que frequentam atividades físicas e desportivas regulares têm quando afirma que não é suficiente assegurar o transporte e a presença dos seus educandos nas atividades, sendo necessário uma preocupação crescente na percepção das dificuldades, na motivação e na capacidade de lidar com frustrações. Podemos ir ainda mais longe, no campo do acompanhamento parental, e

indo ao encontro do que o entrevistado afirma, na medida em que muitos pais, hoje em dia, têm os seus filhos em demasiada conta no que às suas capacidades diz respeito. Além de considerarem os seus filhos como fenómenos quando não o são, podemos verificar que no desporto já existem muitas situações em que os pais se envolvem no trabalho dos treinadores/orientadores da atividade física, algo que provoca graves dilemas às respetivas crianças. Este é também uma das missões com que cada vez mais os clubes são confrontados, mais concretamente na consciencialização dos pais, para o acompanhamento que aqui defendemos, mas também para diferenciar esse mesmo envolvimento com um excesso de expectativas criadas e com uma meticulosa participação excessiva nas atividades e competições dos seus educandos.

- Mas no que toca à relação entre as escolas e o meio que as rodeiam, e de forma a haver melhores condições para as crianças usufruírem e criarem bons hábitos no que diz respeito à atividade física, o que poderia ser feito?

As escolas, como todas as nossas instituições, e por uma série de razões que vão ser difíceis de enumerar, mas por exemplo... Eu sou professor e vejo que hoje em dia os professores são sobrecarregados com uma série de tarefas que não têm nada a ver com o lidar diretamente com os alunos e isso é ... pronto, chegou-se a esse ponto, são relatórios e mais relatórios, justificações, emails, etc. A sociedade, na verdade, entretém os seus principais atores educacionais em tarefas que não têm a mínima relevância. E isso impossibilita que as escolas se relacionem com o movimento associativo desportivo e com aquilo que tu estás aqui a fazer, que são as universidades, as juntas de freguesia, as relações das escolas entre si. Há muita coisa que pode ser feita, mas a verdade é que as pessoas estão todas bloqueadas nas escolas por tarefas administrativas. No movimento associativo desportivo os dirigentes têm pouco tempo e as tarefas são complexas. Pelo que há muito a fazer ainda mas é preciso mudar alguns paradigmas. Eu acho que os miúdos nas escolas, e centrando nas escolas, têm uma carga horária ridícula, e a palavra é mesmo ridícula. Não há tempos livres, e se me perguntasses a minha opinião eu dizia que as aulas deveriam ser no período da manhã ou então no máximo até às 14h30m, e o restante horário letivo até à hora de saída da escola deveria ser destinado ao clube de música, de teatro e, claro, à parte desportiva. Que é a questão que falamos à pouco sobre a codificação dessa prática. Que não é assim tão difícil de fazer como querem fazer ver, é mais uma questão de mentalidade da nossa sociedade que valoriza 30 horas de matemática e onde o insucesso é cada vez maior e talvez 3 horas de música ou no desporto, que é

lógico que não tem o mesmo valor. Quando é óbvio, que tem muito mais valor para as crianças do que as 30 horas de matemática.

A questão da colaboração entre as escolas e as instituições e entidades que estão sediadas no meio envolvente da escola é visto como uma missão complicada, pois os agentes que podem estabelecer os contatos e servir como elos de ligação estão extremamente ocupados, no caso dos professores com questões que nada têm que ver com o principal intuito da sua profissão: a relação com os alunos e as suas aprendizagens, algo que já foi abordado no início deste relatório. Uma das ideias que o entrevistado defende é a redução do horário letivo dos alunos e criar um espaço de tempo, preferencialmente de tarde, dedicado a questões como a atividade física, expressiva, entre outras.

- Voltando ao tema das estruturas físicas e equipamentos existentes nas escolas, e depois de ter afirmado que há muito a fazer nas escolas do 1.º Ciclo, tendo em conta a inexistência ou a má projectação do que existe, qual é a principal razão que aponta para isso se verificar?

P: Isso acontece porque as crianças do 1.º Ciclo infelizmente não têm voz e os pais não têm essa noção. E há também da parte do poder político e executivo ainda uma caminhada a fazer. Lembro que nas escolas do 1.º Ciclo, muitas vezes são as Autarquias que têm uma importância e uma intervenção a fazer e não há esta cultura de olhar para a parte da atividade física das crianças. A nossa sociedade ainda não evoluiu o suficiente e é preciso alertar, por isso é que acho que este trabalho que estás aqui a fazer pode ter um papel importante.

Entrevistador: Podemos afirmar que falta também um pouco de comunicação entre os órgãos de poder de decisão, quem tem os orçamentos e quem pode dar luz verde a alguns projetos, e no fundo aquilo que são as instituições do desporto?

P: Acho nitidamente que sim. Sabes que é preciso às vezes recuar no tempo e ir buscar exemplos ao passado. As escolas do Plano Centenário, foram feitas todas iguais, dezenas ou centenas de milhar pelo país todo. Houve um plano de concessão. Eu acho que nós precisamos de um Plano Centenário adequado ao Séc. XXVI e em que a parte desportiva esteja bem presente, de forma a não permitir que umas escolas construam bem (poucas) e muitas continuem a construir-se sem esses espaços devidamente calculados. Já se formos ver a actual situação nas escolas de níveis

superiores, não há quem construa uma escola secundária, por exemplo, sem que tenha instalações desportivas adequadas, isso é um dado adquirido.

Face à insuficiência no que diz respeito às infraestruturas e espaços (interiores e exteriores) destinadas à prática da atividade física nas escolas, parece ser evidente que é necessário haver um investimento. O entrevistado aponta para a necessidade dos pais reivindicarem medidas que vão nesse sentido, uma vez que os alunos das faixas etárias mais baixas ainda não têm essa capacidade, e concorda que tem faltado comunicação entre as entidades responsáveis pela construção e equipamento das escolas e quem tem a pasta do desporto e tem, na verdade, a sensibilidade para as questões que são necessárias assegurar na criação de condições ideais para a prática física. Por fim, aponta para a necessidade de se repensar e atualizar as diretrizes de atuação quando toca a equipar as escolas.

- Em relação ao projeto das Escolinhas do Desporto, qual o balanço que faz tendo em conta os resultados apresentados? O que poderia ser melhorado?

P: Esse é um projeto com um verdadeiro impacto na nossa região. É um projeto que não existe fora da região, é pioneiro, portanto. Mesmo a nível Europeu não tenho conhecimento que haja, apesar de poder até existir algo diferente. Projeto esse que engloba a grande maioria dos nossos alunos, e não quero estar aqui a cometer qualquer erro, mas talvez à volta de 75/80% dos nossos miúdos que frequentam as escolas, o que é muito bom. É um acesso a um primeiro contato com as atividades físicas e desportivas. Agora, nós queremos sempre mais e somos ambiciosos e eu em termos pessoais, enquanto pessoa do desporto e responsável pelo projeto, se assim se pode dizer, queria ver este projeto a dar um salto qualitativo. Isto passa pela questão das infraestruturas desportivas nas escolas do 1.º Ciclo, mas também por os miúdos poderem participar com mais regularidade em encontros de caráter competitivo, e dando como exemplo o futebol, que nesse aspeto está mais avançado do que as outras modalidades, existem os escalões de Petizes e Traquinas que fazem convívios quinzenais e já com um caráter competitivo bastante acentuado e que provocou nas crianças destas faixas etárias uma grande adesão. Portanto, penso que as outras modalidades deviam seguir a mesma lógica, para que os miúdos do 1.º Ciclo participem em competições mais estruturadas em diversas modalidades. Ou seja, uma determinada criança deveria poder num fim de semana participar no encontro de futebol, no outro fim de semana no voleibol ou a natação, fazendo com que nesta fase

tivesse acesso a diversas modalidades, mas sempre com caráter competitivo! Eu acho que a competição é essencial ao desenvolvimento desde as mais tenras idades. Há quem tenha medo da competição, um pouco por causa dos estereótipos que nós vamos encontrando, principalmente no futebol, de cariz negativo. Mas a sociedade deve enfrentar essa realidade, não os escondendo debaixo da almofada, mas sim encarando os problemas. E cada vez mais temos treinadores e professores mais habilitados, que sabem introduzir a componente competitiva, realçando os fatores positivos que daí advêm, como é o caso da superação pessoal, da superação em relação ao outro ou da cooperação com os colegas, e abolindo os fatores negativos como a tentativa de obter resultados a todo o custo, o não respeitar o adversário ou o excesso de carga emotiva e de pressão que é colocada nas crianças por treinadores e pais. Mas na minha opinião a competição é sempre um fator de evolução e tem um valor inestimável, seja em que idades for.

Este ponto, que aborda o Projeto das Escolinhas do Desporto, permite-nos desde logo tirar uma conclusão: apesar do sucesso que o projeto tem vindo a ter, há que continuar a investir e a querer que as ofertas e condições continuem a evoluir. E é nesse aspeto que o entrevistado defende que é objetivo alargar a diversidade existente, tanto a nível de modalidades como de participação dos praticantes em várias vertentes do projeto, não ficando limitados a apenas uma modalidade. Outras dos pontos a melhorar, que não está diretamente ligado ao projeto em si e que já aqui foi referido, são as questões que dizem respeito às instalações e materiais que permitem uma prática física mais enriquecedora. Mas o principal conteúdo do que aqui foi discutido com o entrevistado prende-se com uma subida de degrau no que toca ao nível competitivo do projeto em si e dos encontros que se realizam esporadicamente, mais concretamente. O entrevistado dá o exemplo da modalidade do futebol, que é aquela que mais frutos recolhe do projeto, uma vez que está um pouco acima das restantes modalidades no que ao modelo competitivo diz respeito, uma vez que realiza encontros regulares dos núcleos. O factor da competitividade, e como diz o entrevistado, ainda é olhado com algum receio, principalmente no futebol onde as crianças que apresentam um nível de desempenho mais reduzido são colocadas de parte e não conseguem acompanhar os restantes colegas a longo prazo. E isso é contagiante às restantes modalidades, porque a necessidade em optar por uma componente mais competitiva, quer ao nível dos clubes escolares, como o entrevistado referiu anteriormente, quer ao nível deste projeto, acarreta um certo receio aos encarregados de educação e responsáveis. Mas a verdade é

que, tal como é defendido pelo entrevistado, a competição é o caminho, uma vez que é necessário saber retirar o melhor que ela dá e saber contrariar os factores negativos que lhe estão associados. E no final, tudo se resume a uma questão: à formação dos treinadores/orientadores das atividades e uma crescente consciencialização dos encarregados de educação.

**Objetivo 5** - Idealizar um projeto, apoiado na comunidade, que permita construir uma escola orientada para a prática motivada pela criança de atividade física e desportiva, ultrapassando as dificuldades de falta de recursos adequados à sua plena implementação.

- Tomando como exemplo duas escolas do concelho de Ponta Delgada, o que poderia melhorar no Projeto das Escolinhas do Desporto?
- “Por exemplo, na escola de estágio A não existia no ultimo ano letivo qualquer núcleo do projeto referido, apesar de existir na freguesia campo de futebol e um clube de ténis com vários campos. E na escola de estágio B, que tem um grande potencial em termos de espaço exterior no recinto escolar, que é mal aproveitado na nossa opinião, e tem também uma excelente localização, existindo diversos espaços e instituições ao redor da escola.”

P: Esses serão provavelmente casos em que ainda será preciso melhorar. Mas eu prefiro sempre partir daquilo que são os modelos. E para mim o modelo será sempre que todas as escolas sem exceção devem possibilitar aos seus alunos atividade física e educação física, pensando nos seus espaços de recreio onde os miúdos possam exercer a sua atividade livremente (...). As crianças devem experimentar o máximo de modalidades possíveis, mas para isso é preciso que elas existam na estrutura da escola e neste momento isto ainda não existe apesar do Projeto das Escolinhas do Desporto muito contribuírem para que tal exista cada vez mais, sendo por isso considerado o projeto com mais impacto nos últimos anos, apesar de como já disse ser preciso querer dar sempre o passo seguinte e querer sempre mais. Porque o que temos neste momento é bom, mas o que vem a seguir vai ser certamente muito melhor e esse salto está a tardar em ser dado, e isso preocupa-nos, mas vai ter que ser dado.

- Idealizando um projeto baseado na prática física nas escolas e apoiado na comunidade, diga de que forma o projeto Parque Aventura surgiu e como tem

evoluído? Como projeta os benefícios que poderão daí advir para as crianças das escolas de Ponta Delgada, por exemplo?

P: Olha, fico contente que toques nesse assunto porque nesse momento esse é o projeto que, aqui nos Serviços de Desporto, mais orgulho e expectativas colocamos. E porquê? Porque é um projeto completamente inovador na RAA, existindo a nível nacional projetos similares, mas nenhum com estas características. Conseguimos ir buscar e "beber" das melhores ideias que lá existem e construímos esse projeto. A importância desse projeto tem que ver com a existência de uma série de materiais que permitem que as crianças trepem, saltem, corram, rastejem, ultrapassem obstáculos, etc. No fundo trabalhem todas as destrezas e atividades coordenativas e motoras, que é aquilo que vem fazendo falta às mesmas. Este projeto, que está neste momento junto ao Estádio de São Miguel, está a ter já uma adesão extremamente interessante, mas a sua verdadeira importância será quando ele se desmultiplicar por toda a RAA. A nossa ideia é que as escolas, as Camaras Municipais, as Juntas de Freguesia e os clubes englobem este projeto e possa existir em cada escola e nos espaços verdes das localidades diversas estações das que existem no Parque Aventura. De forma a que as crianças tenham acesso àqueles aparelhos, que são extremamente apelativos e de exploração livre, representando um baixo risco em termos de acidentes, apesar de esse risco estar sempre presente em qualquer atividade do género. Eu costumo até dizer que todos os miúdos têm direito ao seu arranhão e à sua nódoa negra (risos) e até isso está a ser-lhes retirado. Neste momento o que podemos fazer é desafiar pessoas que fazem algum trabalho na área como tu a divulgar ou sugerirem ideias do género e escolas a trazerem os seus alunos até cá, porque acho que esse projeto pode ter um impacto muito grande. Gostaria mesmo que as nossas escolas tivessem parte daquelas estações que estão no Parque Aventura nos seus recreios. Seria um salto qualitativo ao nível da atividade física nas escolas e dos nossos jovens.

- Qual a viabilidade de implementar esse projeto nas escolas?

P: A ideia desse projeto é a seguinte: nós construímos todas aquelas estações no Parque Aventura com recurso a materiais reciclados e madeiras locais, ou seja, tudo o que ali está acarreta um baixo custo de construção. Posso dizer que são materiais de qualidade, mas de baixo custo. O que vamos fazer de seguida é disponibilizar à sociedade civil em geral o caderno de encargos e o caderno de construção técnica de tudo o que lá está, por isso é que está denominado como projeto piloto. Portanto, qualquer entidade ou pessoa particular vai ter acesso à forma correta de como deve ser construído algo do género, indo até ao mais pequeno pormenor, como a espessura

das madeiras e cabos, as inclinações, etc. E assim sendo nós garantimos que há segurança, porque nós tivemos a preocupação de experimentar e testar vezes sem conta e o que lá está tem qualidade. E digo mais, é possível criar diversas parcerias. Há Câmaras que têm oficinas e carpinteiros, para essas entidades será muito fácil recriarem o que nós fizemos no Parque. As próprias Juntas de Freguesia têm fácil acesso aos materiais e mão de obra necessários para o efeito. E depois a nível das escolas terão de ser os responsáveis das unidades orgânicas e estabelecerem os contactos com as entidades com voto na matéria, de forma a que seja possível dotar as escolas de estruturas como aquelas.

Quanto ao projeto do Parque Aventura, fica bem clara o potencial que acarreta e de que forma poderá vir a ter um grande impacto nas sociedades em geral, e nas escolas em concreto, estando ainda numa fase de divulgação apesar da adesão já verificada. Este projeto é extremamente viável como pudemos aferir, uma vez que poderá ser replicado, pelo menos em escala reduzida, fazendo face aos problemas que já aqui fomos abordando, relativamente aos espaços de recreios escolares.

Outras das potencialidades são as autarquias poderem aplicar o mesmo projeto nas suas localidades, uma vez que nos últimos anos cada vez menos vemos a presença dos parques infantis e zonas de aventuras/atividades físicas para as crianças, que se foram degradando e retirados por falta de manutenção, provavelmente por limitações orçamentais.

É de realçar a preocupação do projeto em ser constituído por materiais de baixo custo e recicláveis e ter à disposição o caderno de encargos e o modo de construção para que toda e qualquer entidade, privada ou pública possa consultar e aplicar o projeto, que tem como objetivo espalhar-se um pouco por toda a região.

## **2.7. Considerações do Estudo**

Podemos sintetizar a análise realizada, nos seguintes pontos:

1. Sobre o atual estado da atividade física a nível Nacional e Regional, terá ficado claro que a qualidade das condições existentes na região, e nas escolas mais concretamente, não são más e existem até projetos como os apresentados que mostram a capacidade e motivação para cada vez mais fornecer às crianças e jovens atividades e espaços de qualidade. O que aqui apresentámos é sim uma

motivação e um sentimento de necessidade de continuar a evoluir ao nível da prática física e motora.

2. As políticas que são aplicadas na RAA, algumas delas totalmente inovadoras, e que mostram a sensibilidade que os órgãos de poder têm tido com a Educação Física e a atividade física em geral. Isto apesar de existirem algumas lacunas e aspetos necessitados de intervenção, como é o caso da problemática de algumas instalações e equipamentos em falta em algumas escolas da região.
3. Como destaques deste trabalho vão para projetos como as Escolinhas do Desporto e o Parque Aventura, que são o espelho da visão vanguardista e empreendedora que existe na região e que, no primeiro caso, bons resultados e indicações têm deixado, e no segundo caso, naquele que poderá ser um projeto com bastante impacto nas nossas escolas.

Limitações encontradas nas Escolas dos Estágios:

No entanto, no nosso estágio deparámo-nos com diversas dificuldades e entraves à prática física e desportiva realizada nas duas escolas, tais como:

- a falta de espaços, tanto interiores como exteriores, destinados à prática física (campos referentes às mais variadas modalidades, estruturas de apoio, etc.);
- o mau aproveitamento dos espaços de recreio, que muitas vezes são construídos sem qualquer fundamento nem de acordo com o seu público-alvo;
- a escassez de materiais e equipamentos que possam ser mobilizados para esses espaços;
- a insuficiente oferta de programas das Escolinhas de Desporto.

Apesar de haver exceções, estas e outras são as realidades normalmente encontradas nas escolas e é a partir destas condicionantes que iremos aqui sugerir algumas medidas de intervenção futura, para que possamos construir uma escola promotora de atividade

Sugestão encontrada para as Escolas dos Estágios:

A possibilidade de conceção de um projeto educativo que construa as práticas da sua comunidade escolar tirando proveito dos espaços e recursos destinados à prática física e desportiva e que se encontram a uma distância relativamente curta das escolas. Através da iniciativa de contacto das escolas com clubes, serviços de desportos, autarquias de poder local e regional, existirá a possibilidade de estabelecer acordos de cooperação mútua baseados no seguinte:

- as escolas ganham a possibilidade de utilizar espaços e equipamentos de qualidade, como campos de futebol, pavilhões desportivos, piscinas cobertas, o Parque Aventura, espaços verdes, entre outros, tendo em vista a melhoria da prática em aulas de Educação Física e em momentos de lazer, atividade física e desportiva;
- os clubes locais poderiam beneficiar deste protocolo na captação/ apoio a novos atletas para a prática desportiva federada através do protocolo estabelecido, devendo haver uma diversidade de práticas oferecidas para além dos desportos coletivos (lutas marciais, dança, natação, ginástica, outras)
- os serviços regionais e autárquicos, responsáveis por gerir as instalações lúdicas e desportivas, teriam uma área de atuação no que diz respeito à garantia que existiria uma maior adesão da população de crianças e jovens a uma prática física, lúdica, desportiva e saudável.

Esta nossa proposta, vai ao encontro dos resultados alcançados por Gonçalves, (2015, p. 200), que no seu estudo sobre a prática de AF numa região norte do País, menciona que com a ausência de espaços desportivos de lazer diminui a prática de AF dos residentes na área, situação que dificulta a transformação de comportamentos de risco em comportamentos promotores de saúde. Ainda para Sarmiento (2004, cit. em Gonçalves (2015, p. 14) “Verifica-se que as práticas desportivas bem estruturadas propiciam valores adicionais no desenvolvimento das crianças e são consideradas um meio excelente de educação, de convívio, de ética social”.

### **3. Considerações finais do Relatório de Estágio**

O estágio pedagógico, tanto ao nível da Educação Pré-Escolar como no 1.º Ciclo do Ensino Básico resultaram em experiências extremamente enriquecedoras e colocaram o estagiário à prova em diversos aspetos. Foi necessário um grande investimento pessoal para ultrapassar as dificuldades, algo que foi recompensado pelo feedback recebido dos alunos e pela constatação das suas aprendizagens e evolução ao longo das semanas de intervenção. A verdade é que o apoio das professoras cooperantes e das orientadoras foi fundamental e revelaram-se como uma “luz” nas alturas de maior inquietação e incerteza quanto ao rumo a seguir. Uma das particularidades com que o estagiário se deparou nas turmas onde decorreram os estágios foram os contextos socioeconómicos das crianças e as dificuldades de aprendizagens que muitas crianças foram revelando, tendo esses aspetos permitido um contato com uma realidade não tão favorável à prática pedagógica, mas que, ao mesmo tempo, foram um grande motivo de motivação extra para fazer face às dificuldades dos alunos e que, olhando para trás, fica um sentimento bastante gratificante.

Na elaboração do presente relatório de estágio fomos-nos deparando com avanços e recuos, sempre na procura de conseguir retratar da forma mais fiel possível os contextos de estágio. Quanto às atividades levadas a cabo durante os estágios, fica um pouco a sensação de que muito mais havia a fazer, mas as limitações, já referidas anteriormente, ao nível da escassez de carga horária para a Educação Física fizeram com que, no geral, sejam positivos os resultados alcançados dadas as condicionantes. Como aspeto menos positivo podemos referir que, devido à grande carga em termos de trabalho e tempo que os estágios ocuparam, houve alguma dificuldade em organizar os conteúdos a inserir no relatório de estágio, algo que só foi possível após a finalização dos mesmos.

Focando no desempenho do estagiário, podemos afirmar que houve uma evolução gradual ao longo do estágio na Educação Pré-Escolar, que surgiu em primeiro lugar, e esse facto teve influência aquando do estágio no 1.º Ciclo, uma vez que houve uma maior capacidade de responder aos desafios que foram surgindo. De forma sincera, podemos revelar que fica um sentimento de dever cumprido, mas ao mesmo tempo a ideia de que poderia haver uma evolução mais acentuada caso os tempos previstos para

a duração dos estágios fosse alargada, o que permitiria desenvolver mais atividades e, conseqüentemente, aumentar o nível de experiência do estagiário.

No que refere ao estudo realizado deparamo-nos com uma dificuldade: a realização de inquéritos por questionário a encarregados de educação que não surtiram o efeito desejado, uma vez que a taxa de resposta foi extremamente reduzida e o seu conteúdo pouco enriquecedor, pelo que foi tomada a decisão de não englobar esta parte metodológica no relatório. Esta seria uma sugestão de melhoria do presente relatório de estágio, uma vez que poderia enriquecer o estudo empírico através da introdução das conceções dos encarregados de educação relativamente às práticas físicas levadas a cabo nas escolas, às condições existentes nos recintos escolares para a prática física e permitiria obter algumas informações acerca das práticas físicas extracurriculares das crianças envolvidas nos estágios.

No início deste estudo partimos com a ideia de pensar a construção de um projeto educativo em que, a partir das escolas de estágio, as crianças/ alunos pudessem usufruir e tirar proveito de espaços destinados à prática física e desportiva e que se encontrassem a uma distância relativamente curta das escolas, com estratégia de rentabilização de recursos da comunidade – específicos de prática desportiva, de lazer e jogo para valorização da prática de atividade física de qualidade.

Deixámos uma sugestão para um projeto educativo que construa uma escola cada vez mais promotora de atividade física, mas muitas outras poderiam ser sugeridas num projeto de futuro.

#### 4. Referências bibliográficas

1. Abrunhosa, S. (2008). *Concepções dos professores do 1.º ciclo do ensino básico sobre a educação para a cidadania*. Lisboa: Universidade de Lisboa;
2. Alarcão, I. e Roldão, M.C. (2008). *Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*. 1.ª Edição. Portugal: Ed. Pedagogo, Lda.;
3. Alarcão, I., Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica – Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. Coimbra: Livraria Almedina. 2ª Edição;
4. Alonso, L., et al. (2011). *Currículo Regional da Educação Básica. Referencial Curricular para a Educação Básica na Região Autónoma dos Açores*. Açores: Secretaria Regional da Educação e Formação – Direção Regional da Educação e Formação;
5. Azevedo, J. (2016). *Pensar a relação Sociedade-Escola*. In Ferreira, A. et al (eds). *Educação e Desenvolvimento* (p. 97-108). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
6. Beltrão, L., Nascimento, H. (2000). *O Desafio da Cidadania na Escola*. 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Presença;
7. Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora;
8. Carrilho, M. (2011). *Trabalho colaborativo entre professores e inovação educacional: contribuições da investigação*. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
9. Castro, G. (2009). *Imaginando, Imaginando, Cá Vamos Brincando*. In Condessa, I. (2009). *(Re) Aprender a Brincar: da especificidade à diversidade*. (pp.95-102) Açores: Universidade dos Açores;
10. Condessa, I. C. (2015). *"A Matemática, a Educação Física e o Jogo: discursos e práticas para o Ensino da Educação Básica"*. In A. P. Garrão, M. R. Dias & R. C. Teixeira (Coord.). *Investigar em Educação Matemática: Diálogos e Conjunções numa Perspetiva Interdisciplinar*, Capítulo IX, (pp. 151-164), Ponta Delgada: Letras Lavadas. URI: <http://hdl.handle.net/10400.3/4063>;
11. Condessa, M.I.C. (2015). *Educação Física e Desporto para Crianças e Jovens. Boas Práticas: da Educação Física ao Desporto*. In J. Nascimento., E. Souza., V.Ramos. & J. RochaJ. (2015). *Educação Física e Esporte: convergindo para*

*novos caminhos...* Coleção Temas em Movimento. Volume 7, pp: 427-450, Florianópolis: Editora da UDESC. URI: <http://hdl.handle.net/10400.3/4064>

12. Cortesão, L. (2002). *Formas de ensinar, formas de avaliar. Breve análise de práticas correntes de avaliação*. In Paulo Abrantes & Filomena Araújo (Coordenação). *Reorganização curricular do Ensino Básico. Avaliação das Aprendizagens. Das concepções às práticas* (p. 35-42). Lisboa: Ministério da Educação;
13. Constantino, J.M. (1994) *Desporto e Municípios*. 1.º Edição. Lisboa: Horizonte da Cultura Física;
14. DGE (2006). *Organização curricular e Programas – 1.º Ciclo*. 5.ª Edição. Mem Martins: DEB-ME;
15. DGE. Programa de Desporto Escolar 2017-21. DGE/ME. [http://desportoescolar.dge.mec.pt/sites/default/files/pde\\_2017\\_2021\\_dge\\_final.pdf](http://desportoescolar.dge.mec.pt/sites/default/files/pde_2017_2021_dge_final.pdf) acessado em 20 de Novembro de 2017;
16. Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012-07-05. <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2012/07/05/p/dre/pt/html>, acessado a 20 de Novembro;
17. Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes – Uma Estratégia de Formação de Professores*. Porto: Porto Editora;
18. Ferreira, C. (2007). *A avaliação no quotidiano da sala de aula*. Porto: Porto Editora;
19. Ferro, M. (2001). *O desenvolvimento e a avaliação de competência(s) no contexto da observação de aulas*. In E. Machado, M. Alves & F. Gonçalves (eds.), *Observar e avaliar as práticas docentes* (p. 95-105). Santo Tirso: De Facto Editores;
20. Formosinho, J. (Coord.) (2009). *Formação de Professores: Aprendizagem profissional e acção docente*. Porto: Porto Editora;
21. Freire, A. (2001). *Concepções orientadoras do processo de aprendizagem do ensino nos estágios pedagógicos*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Consultado em <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/afreire.pdf> em 15/09/2017;
22. Gonçalves, E.C.J. (2015). *A prática de atividade física de crianças/ jovens e de seus familiares adultos na promoção da saúde: um estudo em três comunidades*

- locais. Tese de Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: -  
Universidade do Minho;*
23. Herdeiro, R & Silva, A. (2008). *Práticas reflexivas: uma estratégia de desenvolvimento profissional dos docentes*. Consultado em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9819/1/Pr%25C3%25A1ticas%2520reflexivas.pdf>;
  24. Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, consultado em [http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei\\_5\\_2007.pdf](http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf);
  25. Lei de Bases do Sistema Educativo, consultado em [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei\\_bases\\_do\\_sistema\\_educativo\\_46\\_86.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei_bases_do_sistema_educativo_46_86.pdf);
  26. Lopes da Silva, I. , Marques, L., Mota, L. e Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministérios da Educação/ Direção Geral da Educação (DGE);
  27. Meirinho, S. (2012). *Práticas Educativas num Jardim de Infância para a Aprendizagem das Ciências- Escutar educadoras e escutar crianças*. Lisboa: Universidade de Lisboa;
  28. Ministério da Educação. Organização Curricular e Programas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. 4.ª Edição;
  29. Nóvoa, A. (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002;
  30. Nóvoa, A. (2007). *O regresso dos professores*. Consultado em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/687/1/21238\\_rp\\_antonio\\_novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/687/1/21238_rp_antonio_novoa.pdf)
  31. Oliveira, I., Serrazina, L. (2002). *A reflexão e o professor como investigador*. Consultado em <http://lcead.nutes.ufrj.br/constructore/objetos/oprofessorcomoinvestigador.pdf> em 20/08/2017;
  32. Pacheco, J. (2011). *Currículo, Aprendizagem e Avaliação: Uma abordagem face à agenda globalizada*. *Revista Lusófona de Educação*, (17), 75-90. Recuperado em 03 de setembro de 2017, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502011000100006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000100006);
  33. Patrício, M. (1990). *A Formação de Professores à Luz da Lei de Bases do Sistema Educativo*. Lisboa: Texto Editora. 3ª Edição;

34. Pereira, V., Pereira, B. & Condessa, I. (2016). *As interações no recreio: qual o papel do adulto neste espaço*. URI: <http://hdl.handle.net/1822/43363>;
35. Perrenoud, P. (2002). *A Prática reflexiva no ofício de professor: Profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artimed Editora;
36. Pombo, O. (2002). *A Escola, a Recta e o Circulo*. Lisboa: Relógio D'Água Editores;
37. Resende, R., Carvalho, M., Silva, E., Albuquerque, A., Lima, R., & Castro, J. (2014). *Identidade profissional docente: Influência do conhecimento profissional*. In P. Queirós, P. Batista & R. Rolim (Eds.), *Formação inicial de professores: Reflexão e investigação da prática profissional* (pp. 145-164). Porto: Editora FADEUP;
38. Ribeiro, A., Ribeiro, L. (1989). *Planificação e Avaliação do Ensino – Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta;
39. Ribeiro, J. (2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*. 3.<sup>a</sup> edição. Livpsic – Psicologia;
40. Rodão, M. C. (2004). *Gestão do Currículo e avaliação de Competências*. 2.<sup>a</sup> Edição. Lisboa: Editorial Presença;
41. Rodrigues, D. (2016). *Escola e Sociedade*. In Ferreira, A. et al (eds). *Educação e Desenvolvimento* (p. 89-95). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
42. Silva, Maria (2011). *A aprendizagem significativa no ensino da História: o peddy paper como recurso didáctico*. Faculdade de Letras do Porto. Porto;
43. Silva, I. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério da Educação/Direção Geral da Educação;
44. Zabalza, M. (2000). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Porto: Edições Asa;
45. Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola*. Rio Tinto: Edições ASA. 2.<sup>a</sup> Edição.

## Anexos

### Anexo 1 - Grelha de observação do estagiário durante a atividade de peddy paper.

Critérios	Sempre	Por vezes	Nunca
Explica a atividade e dá todas as indicações necessárias previamente	X		
Exemplifica a atividade		X	
Tem um discurso adequado e claro	X		
Acompanha a atividade de perto		X	
Dá feedback aos executantes sempre que possível	X		
Tem preocupação em corrigir os praticantes individualmente	X		
Elogia o desempenho dos praticantes em voz alta	X		
Auxilia os praticantes com maiores dificuldades, quando necessário	X		
Mantém os alunos motivados e concentrados, evitando dispersões no espaço e indisciplina		X	
A atividade foi idealizada com dificuldade adequada aos praticantes	X		
Gere o tempo de forma correta, dando as mesmas oportunidades a todos os praticantes	X		

## Anexo 2 - Declaração de Consentimento informado

### Declaração de Consentimento informado

No âmbito do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, está a decorrer uma investigação, realizada por mim, que tem como finalidade recolher dados sobre o tema "Construindo escolas promotoras de atividade física" que serão apresentados no meu relatório de estágio.

Neste sentido, venho solicitar-lhe o seu consentimento para a utilização dos dados obtidos através da entrevista que lhe será efetuada.

Existem determinados aspetos que pretendo cumprir rigorosamente e que lhe dou a conhecer:

1. A participação é voluntária, salvaguardando-se o direito à recusa ou abandono do estudo em qualquer momento;
2. A confidencialidade dos dados que me fornecer e a sua privacidade encontram-se completamente asseguradas;
3. Os dados que me fornecer não se destinam a avaliá-lo individualmente.

Eu, abaixo-assinado, declaro que compreendi as informações que me foram fornecidas sobre a investigação e aceito/não aceito\* participar de livre vontade.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

\*(Riscar a opção que não se aplica)

Eu, João Andrade, abaixo-assinado, declaro que expliquei a natureza da investigação e confirmei o seu correto entendimento. Comprometo-me a cumprir rigorosamente os aspetos de confidencialidade, privacidade e esclarecimento supracitados.

Data: Ponta Delgada, 29 outubro 2017

Assinatura do investigador: \_\_\_\_\_

### **Anexo 3 – Guião de Entrevista**

A seguinte entrevista surge na sequência da investigação no âmbito de Relatório de Estágio, que está a ser desenvolvida no Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e tem como objetivo obter informações acerca das práticas relacionadas com a Educação Física nas escolas de Educação Pré-Escolar e do Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, mais concretamente sobre temáticas como: o significado da Expressão Motora para crianças em idade de Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, a importância das escolas enquanto promotoras de práticas físicas relevantes e a relação entre as escolas e o meio envolvente, políticas que influenciam a atividade física na Região Autónoma dos Açores, as infraestruturas e equipamentos à disposição das escolas e crianças e ainda projetos existentes ao serviço da atividade física na região. Os dados obtidos serão mantidos em completo sigilo e apenas serão utilizados para efeitos do estudo em curso.

#### **Dados pessoais:**

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Cargos que ocupa: \_\_\_\_\_

Anos de serviço: \_\_\_\_\_

1- No âmbito das medidas implementadas nos últimos anos na Região que influenciam diretamente o Desporto Escolar ou outra área da Educação Física, quais as que acha mais relevantes e com maior impacto, na população infanto-juvenil?

2 - A nível nacional, houve alguma medida com influência na R.A.A.?

3 - Nos últimos anos muito se tem discutido acerca do sedentarismo das crianças e do afastamento das mesmas em relação às atividades ao ar livre, aos desportos, entre outras. Na sua opinião, que fatores têm contribuído para esse facto e como se pode combater esta situação?

4 - Para si, qual é a importância que é dada à Educação Física nas escolas na R.A.A.? O que deveria melhorar?

5 - Onde posiciona as escolas no que concerne ao papel que estas têm, ou deviam ter, na criação de condições para os seus alunos terem práticas físicas relevantes e estimulantes?

6 - Na sua opinião, qual o papel da sociedade e das instituições que rodeiam as escolas no evoluir da prática desportiva e/ou física?

7 - O que poderia ser feito para melhorar essa relação entre escolas e meio envolvente, de forma a haver melhores condições para as crianças usufruírem e criarem bons hábitos no que diz respeito à atividade física?

8 - No que respeita à prática desportiva e física, qual é o balanço que faz das estruturas físicas e equipamentos existentes nas escolas?

9 - Em relação ao projeto das Escolinhas do Desporto, qual o balanço que faz tendo em conta os resultados apresentados? O que poderia ser melhorado?

10 - Na Educação Pré-Escolar, por exemplo, existem turmas que não têm um professor de Educação Física destacado e no seu horário apenas veem contemplado um período de 45 minutos para a Expressão Motora, à responsabilidade do educador titular. O que acha desta situação?

11 - Antigamente a Educação Física era supervisionada pela Direção Regional da Educação Física e do Desporto. Atualmente compete à Direção Regional da Educação essa função. Qual a sua opinião acerca deste facto e como avalia a articulação existente entre estas para a melhoria da prática física nas escolas?

12 - Relativamente ao projeto Escolinhas do Desporto, em que medida releva o seu impacto na adesão das crianças ao desporto? Em que medida existe envolvimento entre as escolas e as instituições/clubes locais ?

13 -Relativamente ao projeto Escolinhas do Desporto em que medida releva o seu impacto na adesão das crianças à prática da atividade física? Em que medida existe envolvimento entre as escolas e instituições de poder local?

14 - Idealizando um projeto baseado na prática física nas escolas e apoiado pela comunidade, diga de que forma o projeto do Parque Aventura surgiu e tem evoluído? Como projeta os benefícios que poderão daí advir para as crianças das escolas de Ponta Delgada, por exemplo?

14.1 - Pensam estender este projeto a recreios escolares? Qual a viabilidade desta possibilidade?

15 - O que podia mudar no projeto das Escolinhas do Desporto em duas escolas de exemplo? Na Escola Cecília Meireles, na Fajã de Cima, onde não existe qualquer núcleo

(sabendo que na freguesia existe um campo e clube de futebol e um campo e clube de ténis de grande relevância) e na Escola da Mãe de Deus, que tem um grande potencial em termos de espaço dentro do recinto escolar e uma excelente localização, com diversos espaços e instituições existentes ao redor da escola.